



1910000207



Nilce Aparecida Lodi

O ENSINO MÉDIO EM RIO PRETO (SP).

1920 - 1949

Contribuição à História das Instituições
de Ensino no Brasil.

Tese apresentada à Faculdade
de Filosofia, Ciências e Let-
tras de São José do Rio Prê-
to, para obtenção do grau de
Doutor em Filosofia.

Nilce Aparecida Lodi

São José do Rio Preto, 1967.

BIBLIOTECA
- DA -
Fac. de Filosofia, Ciências e Letras
- DE -
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

207/84

Rio Preto: 1910 - 1940 - 1967



7. QUESADO DE CIPAU PÊLO EM RIO PRETO.

1. Colégio "Santo André".



7. Escola de Comércio "19 de Abril".



V. O ENSINO DE GRAU MÉDIO EM RIO PRETO.

1. Colégio "Santo André".
2. Colégio "Lyceu São José".
3. Ginásio "São Luís".
4. Ginásio Diocesano de Rio Preto.
5. Ginásio do Estado.
6. Ginásio Riopretano.
7. Escola de Comércio "30 de Outubro".
8. Escola SENAC "Paiva Meira".

V. O Ensino de grau Médio em Rio Prêto.

(1920 - 1949)

Não é fácil escrever a história do ensino de grau médio de Rio Prêto, pois, numa história deste gênero devem ser considerados diversos elementos: as escolas, sua natureza, sua distribuição; os currículos; os alunos, sua origem, a gama das suas aptidões e aquilo que esperam dos estudos; os mestres, sua formação e seu comportamento; as relações da Escola com o Estado, a Igreja e a Família; enfim, a natureza da administração escolar e da inspecção. Ora, não há legítima história sem sério e criterioso levantamento de dados de toda ordem e, no caso do ensino riopretense, estamos ainda longe de dispor dos elementos indispensáveis a um trabalho de síntese. Quase nada existe neste campo. Os trabalhos de Carlos Nogueira Rodrigues (1), Basileu Toledo França (2), os artigos de J.M.Martins e Dario de Jesus (3) esclarecem apenas alguns problemas do ensino neste ou naquele momento, neste ou naquele grau. Não são todavia /

(1) C.R.Nogueira: São José do Rio Prêto 1852/1945.

(2) B.T.França: Três Instantes de Rio Prêto.

(3) In Album Ilustrado da Comarca de R. Prêto..

suficientes para fundamentar e justificar um ensaio de síntese.

Nossa tarefa inicial será, portanto, contribuir de alguma forma, a êsse levantamento prévio das fontes da história educacional riopretense e da sua sistematização, a fim de que o esforço de síntese a ser posteriormente intentado, possa corresponder às exigências mínimas de trabalho, metódica e cientificamente organizado, com base num acervo maior de documentos bem interpretados, -como relatórios, jornais, álbuns ilustrados, memórias, etc.

Bem quisêramos que nosso trabalho fôsse de síntese interpretativa da instrução secundária em Rio Preto, todavia, ~~de~~ ^{da} inexistência de contribuição histórica a êsse respeito, nós ~~a~~ ^{la} restringimos] ao campo da apresentação de subsídios baseados em documentos.

Foram de grande auxílio, não só os documentos arquivísticos publicados pelo poder estadual paulista e pela União, como em especial os inéditos da Prefeitura/Municipal local. Uma enorme massa de documentos, de grande valor para o estudo da história de Rio Preto, se encontram à espera de publicação. Os anos, no entanto, vão passando e nada se faz para a revolução dessas fontes de informações e de pesquisas. Se pouca ou muita coisa já se escreveu, com base em algumas fontes oficiais riopretanas, isto se deve, com mais razão, antes ao esforço paciente e beneditino de investigadores conscienciosos, que ao poder público, pois êste, como se vê, não tem propiciado, com a publicação, condições necessárias para colocar essa farta documentação de que dispomos em casa à mão dos interessados, muitos dos quais, /

por circunstâncias várias, não têm tempo suficiente para permanecer longos períodos nos arquivos, à cata, às vezes, de dados de difícil localização. A penúria dos documentos publicados em face da massa de fontes informativas existentes, alia-se ao descaso que se vota à matéria, deixando-se ao abandono incompreensível milhares de papéis e textos antigos. Esse acervo, conservado até hoje graças à boa vontade, compreensão e esforços individuais de funcionários públicos e de particulares entu^usiastas, deveria ser confiado à guarda e à competência/ de pessoal especializado, não só para sua conservação, como também para sua restauração, para que fôssem copiados e publicados, salvando-os assim, para benefício da cultura riopretense e paulista, de um fim melancólico e previsível.

Para isso, é indispensável que sejam concedidas verbas necessárias para publicá-los, a fim de que : não se perca irremediavelmente êsse contingente precioso de elementos que poderão servir para explicar talvez pontos obscuros do complexo cultural e histórico de Rio / Preto.

Talvez por isso, muitos capítulos desta tese se tornaram cansativos, áridos, repletos de datas, números de leis e decretos, de nomes e de relato de fatos. Mas, somente fundamentados nesse trabalho inicial de levantamento e sistematização é que poderemos indicar os marcos da evolução do ensino médio riopretense, caracterizando as fases diversas de seu desenvolvimento. Não estranhem, pois, se o que encontrarem neste trabalho fôr apenas uma tentativa, o esboço de uma história a ser escrita, destinada a sugerir problemas ao investigador e

ao historiador que, amanhã, se aventurarem neste setor.

O estudo das origens e desenvolvimento da educação institucionalizada em Rio Preto, compreendida como processo sistemático de transmissão da cultura, não poderá esquecer a influência das condições peculiares ao regime agrário patriarcalista em que viveu durante a sua estruturação como arraial, vila, distrito de paz, sede de município e comarca, e que se manteve por muito tempo. É provável que, no tipo de sociedade estabelecida de 1852 a 1915, não tenha havido e nem poderia haver o mínimo interesse pela cultura, pois esta não representava necessidade e, por isso, não encontrava nela lugar, nem função. É duvidoso mesmo que, entre os primeiros moradores vindos para o oeste paulista, no fim do século passado, houvesse, como traço geral, o referido interesse. Se tivesse existido, desapareceria aqui esmagado pelas condições do meio. Ninguém se ligou estreitamente à educação institucionalizada, nem se encarregou do ensino, no que tange ao ensino de grau médio, até a segunda década do século XX.

A criação, desenvolvimento, diversificação e o nível em que se colocam algumas instituições de ensino médio riopretense, a partir de 1915, em suas manifestações históricas, traduzem, não resta dúvida, os imperativos das transformações da economia regional e paulista como um todo, com o desenvolvimento da agricultura / cafeeira e o movimento imigratório. Refletem, igualmente, o processo de transformação por que passou a organização e a estrutura do ensino do país. Reformas sobre

reformas, sugestões sobre sugestões, discussões, leis que encontramos a cada instante na história do ensino secundário ~~em~~ projetam^{se} sobre as instituições nascentes, reorganizando-as, reestruturando-as, mas, muitas vezes, eliminando-as.

Não serão simples reformas ditadas do alto para baixo que haverão de resolver o problema do ensino brasileiro e riopretense, seja ele primário, secundário ou superior.

A lógica do sistema democrático exige que o Estado se preocupe com a boa marcha dos estabelecimentos/educacionais, e que assuma, por si mesmo, a direção e a manutenção destes. Ora, a esta lógica se opõe a própria estrutura econômica do Estado, sempre insólida e arcaica. O Estado republicano não possui, por esta época, nem os recursos, nem os serviços administrativos necessários para assumir, de forma direta, a carga que a instrução pública supõe. A solução prática consistiu em recorrer/à iniciativa particular para assegurar o funcionamento/dêste serviço, do interesse de alguns. O esforço, porém, não foi bastante para tornar acessível o ensino secundário, senão a uma certa parte da sociedade e a uma pequena fração de adolescentes.

Aparentemente, as criações se processaram em Rio Preto, no período de 1920 a 1949, como se fossem uma simples questão entre particulares. A complexidade do problema era de tal ordem, porém, que a Municipalidade de sempre teve de contribuir, parcialmente na sua manutenção, pelas mais diversas formas e durante períodos variáveis de tempo. Através de subvenções mensais, de auxílios anuais, de isenção de impostos, ou pelo ~~paga~~



mento do aluguel, reformas e adaptações de prédios, melhoramentos das instalações,... o poder municipal sempre participou da vida de todas as instituições de ensino no médio riopretense, sem exceção alguma.

"Se a qualidade, o nível, o "significado", enfim das manifestações espirituais independem da força dos fatores históricos, não é menos verdade que o desenvolvimento e a expansão de uma rede educacional têm a sua força propulsora nos fatores de ordem social, que lhe permitem fácil ampliação de seu quadros e de sua capacidade de aproveitamento da população escolar".(4) O entusiasmo pelo ensino médio é, em parte, devido ao crescimento demográfico e em parte, causado pelo desenvolvimento do próprio ensino. A cidade, sob o impulso da lavoura, transformava-se em ritmo mais acelerado, e as variações da população e a evolução da vida econômica, em consequência do surto comercial que se verificou, depois da chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Araraquarense em 1912, tinham que apresentar um conjunto de transformações características de sua vida social. A estabilidade e a rotina não deviam prolongar-se por muito tempo. Tudo cresceu desmedidamente, de atropêlo, sem qualquer planejamento ou idéia de distribuição racional.

Na década dos anos vinte, trinta e quarenta, a vida cultural riopretense reflete em suas instituições/ de ensino de grau médio, dois tipos ideais de Homem, que, embora aparentemente diversos, se integram harmoniosamente nos propósitos expansionistas e desenvolvimentis-

(4) L.Ramos de Carvalho: O ensino em São Paulo. In "Ensaio Paulistas", p.604.

tas da Região Norte-Occidental do Estado de São Paulo: o ideal de Homem Culto e o ideal de Homem Económico (de negócios).

A organização e o funcionamento de instituições de ensino médio para instrução académica, semelhante às que já existiam em outras cidades do interior de São Paulo e na Europa, são sintomáticos. O ideal de "homem culto" satisfazia as aspirações dominantes, no meio social em geral e, especialmente, nas famílias dos fazendeiros, como na burguesia urbana, que continuava a ver nas profissões de médico, advogado e engenheiro as ocupações mais nobres e, na educação, uma escala de ascensão social e política. O título de doutor é visto, não só como um ornamento, se não como uma recomendação mais para a alta administração ou para o sucesso na vida política. Simultaneamente, o título de doutor é visto como instrumento de ascensão, ou de testemunho e comprovante da ascensão das famílias que aspiram a elevar-se na hierarquia social.

"O ginásio, preparando para as escolas superiores, e estas, formando bacharéis e doutôres, tinham por missão, não manter o indivíduo nas ocupações habituais de seu meio, mas elevá-lo em dignidade social, / dar-lhe um título e abrir-lhe, com a inclusão em uma das profissões intelectuais, o acesso ao jornalismo e às letras, aos cargos administrativos e às atividades / políticas".(5)

Em termos locais, a educação secundária é vista

(5) Fernando de Azevedo: *Cultura Brasileira*, vol.III, pp.85.

também, como decorrência do ideal de "homem culto", como formadora de futuros agentes públicos. Grande número de carreiras do serviço público exige, de seus servidores, apenas um nível de cultura ginásial. É aí que, em princípio, o jovem modela a linguagem, moeda de alto valor nas operações do serviço público; é aí que recebe sólida base humanística, e, em especial, se o ensino da Geografia e da História se fizer como iniciação satisfatória à compreensão dos problemas econômicos, sociais e políticos. Não se preocupam com o fato de que mais importante do que a cultura ou o conhecimento são a capacidade de pensar independentemente e o hábito de analisar, comentar, discutir e consultar livros. E isso se deve adquirir, desde o ginásio.

Não é, pois, de surpreender que, com essa mentalidade voltada primordialmente para as carreiras liberais, a administração e a política, cuidassem da criação de estabelecimentos de ensino médio, ginásial. As novas instituições escolares foram criadas por iniciativa ou sob a inspiração das elites culturais, políticas/ e administrativas, da cidade e estas, em sua maior parte, constituídas de bacharéis e doutores. Assim, essas instituições vieram a ser outros tantos instrumentos, / não de renovação, mas de conservação e difusão dos tipos de ensino tradicionais.

A medida que Rio Preto deixa de sustentar-se exclusivamente por economia agrícola e pastoril e passa, cumulativamente, para as atividades comerciais e industriais elementares, a burguesia urbana sente necessidade de contar com a participação de jovens preparados/ convenientemente para as funções de comerciário, guarda

livro, contador, chefe de escritório, supervisor, etc. Cuidou-se, pois, da criação de escola destinada à formação desde o funcionário subalterno, de escritório, aos categorizados, indispensáveis ao bom desenvolvimento financeiro das empresas e dos grupos que acumulam riquezas individuais. Nas condições específicas dos novos tempos, à burguesia não bastava a formação humanística. A fundação de uma Escola de Comércio, que se inicia a partir de modesta escola de datilografia, foi o meio de que lançou mão a própria burguesia local para formar o auxiliar do comércio, o técnico em contabilidade. Para isso empregou, muitas vezes, membros que compunham o seu quadro.

A mentalidade até então reinante entre muitos brasileiros e alguns grupos de imigrantes, de que o comércio e a indústria não eram ocupações apropriadas para homens de inteligência, sensibilidade e cultura, tende a desaparecer, na medida em que dão as maiores compensações econômicas e garantem prestígio e consideração social. Os que se dedicavam ao comércio e à indústria não mais se envergonham de suas atividades, muito embora a meta de suas ambições, ou de seus descendentes, continue a ser a tradicional: a propriedade de latifúndios e as profissões liberais como advocacia, medicina, jornalismo...

No interior do Estado, mais do que na Capital, os imigrantes vinculados às atividades comerciais e industriais, são mais influenciados pela escala de valores de seus vizinhos brasileiros. Conscientes das vantagens sociais, econômicas e políticas de uma boa educação, estão aqueles dispostos a qualquer sacrifício para

educar os filhos e, em proporção menor, as filhas. Podemos formular a hipótese de que a educação tem sido tal vez um dos canais mais importantes de mobilidade social pelos quais os imigrantes dedicados ao comércio e à indústria têm subido a escala social.

A medida que a família se enriquece, trata de melhorar a sua posição social e começa matriculando os filhos nas escolas frequentadas pelas elites. A preferência por determinadas escolas baseia-se nas ambições sociais e profissionais da família e seus filhos, na condição econômica e na posição social dos mesmos. É possível recapitular a ascensão social de muitas famílias riopretenses, analisando a posição social das escolas frequentadas pelos filhos e filhas.

Se, enquanto seus recursos são parcos, buscam escolas onde é possível educar os filhos sem gastar muito, à medida que seus ganhos o permitam, são atraídos por escolas do tipo tradicional, acadêmicas. Essa atração é explicada por diversas razões. Uma é que, matriculando seus filhos nelas, muitas famílias demonstram o seu nível social e financeiro. Em segundo lugar, há maiores possibilidades de que as crianças se mesclam com outras da mesma idade pertencentes a classes altas. Com a educação e a convivência, aprendem o comportamento e as maneiras das mesmas. E, um terceiro fator, muito importante, é que se tornam parte de um grupo que desempenhará papel preponderante na vida profissional e comercial futura, pois os membros de um mesmo grupo tendem a auxiliar^{se} mutuamente em suas carreiras. Assim, enviar os filhos a escolas apropriadas é garantir-lhes acesso e participação em grupos sociais de projeção. Não

^{nos} podemos ~~nos~~ iludir, pensando que este é o único meio de ascensão. Em regiões novas, como a de Rio Prêto, riqueza é sinônimo de prestígio, consideração social, e participação nos mais altos círculos sociais.

Assimilando o valor que os brasileiros atribuem às profissões liberais de médico e advogado, e ao prestígio social conferido por um diploma de Faculdade de Direito ou Medicina, os imigrantes bem sucedidos economicamente, começam a matricular seus filhos em escolas de grau médio do tipo acadêmico, para mais tarde, mandá-los para escolas superiores.

A iniciativa particular no ensino médio manifesta evidente preferência por dois ramos de ensino: o acadêmico e o comercial. No primeiro, ela se justifica, / pois o ensino de natureza clássica e humanística atende aos reclamos daqueles que buscam a escola como via de ascensão social. No segundo, porque, especializando-se / em assuntos comerciais, com cursos diurnos e noturnos, de mensalidades baixas, atrai os pais econômicos que vêem nêle uma possibilidade de educar seus filhos sem gastar muito, além de possíveis concessões de bolsas.

Devemos assinalar, na história das instituições de ensino médio de Rio Prêto, no setor do ensino comercial, que por volta dos anos vinte, duas sociedades dos empregados de comércio nela atuavam poderosamente. Uma, a União dos Empregados do Comércio e a outra, a Associação dos Empregados do Comércio. Duas entidades com objetivos de irmanar, estimular e permitir aos que trabalham no comércio melhores condições para o exercício da profissão e possibilidades de ascensão. Ambas têm, em seus dirigentes, posição definida tanto no que se refe-

re à manifestação da importância social da classe e dos associados, como em reivindicar e trabalhar para a satisfação de seus ideais e necessidades próprias. Tal é o prestígio das mesmas que, anualmente, a Municipalidade considera Feriado Municipal o dia 30 de outubro, em homenagem ao Dia do Empregado no Comércio.(6) Nessas oportunidades, os membros das entidades se reúnem para comemorações como a que encontramos descrita no jornal local "A Notícia", de 30 de outubro de 1928:

"Antigamente, o empregado no comércio, vivia no olvido, desprezado das leis, da sociedade da imprensa, de tudo. Não tinha valor algum o moço caixeiro, aquelle que dentro do balcão, procurava ser amável para com os freguêses ao mesmo tempo que servia os interesses do patrão. E, note-se ainda, essa palavra patrão -- valia quase a carrasco, senhor ou feitor. Hoje, porém, a coisa está mudada -- essa multidão de moços, essa grande parcella da população do país -- já levantou o seu grito, já fez o seu protesto contra o olvido em que vivia. Dahi a razão de já contar-se no Calendário o dia da classe, dahi a razão de ser do projeto Orlando Prado. Os empregados no Commercio representam já uma potência, uma grande fôrça a pezar na balança do progresso do nosso paiz. Antes não era. Existia já essa multidão de comerciários, mas eram todos olvidados. E é por isso que afirmamos que os empregados no commercio já **representam** uma potência, porque elles já têm o seu valor próprio e

(6)Do acervo de leis, decretos e resoluções municipais destacamos: Lei nº25, de 23/10/1926; Resolução nº41, de 27/10/36, nº56, de 29/10/37, e nº101, de 28/10/41.

já constituem uma grande massa de povo que se orienta / nos ideais elevados de uma grande classe. E é por tudo isso que se comemora, hoje 30 de outubro, o Dia do Comerciário".

Para festejar tão significativo dia, a população riopretense foi despertada ao som da banda de música, "que fez a alvorada percorrendo as ruas da cidade . As 14 horas, os associados participaram, juntamente com grande número de convidados, do tradicional churrasco , numa festa simples em que imperou a perfeita harmonia que familiariza a classe toda". A noite, na sede social da Associação realizaram sessão cívica seguida por um grande baile! (7)

E'com o empenho dessas entidades de classe e de seus membros que Rio Prêto contará, a partir de 1928, / com uma Escola de Comércio, onde os estudantes de seus cursos noturnos buscam formação profissional para se capacitarem ao desempenho das funções que então se apresentavam no mercado de trabalho.

Entre os riopretenses, o ensino comercial não foi tão prestigiado nem socialmente valorizado ~~da mesma~~ ^{como} ~~f~~ o ginasial, e não poderia ter sido de outra forma, numa sociedade como a nossa. Apesar de ser cidade predominantemente comercial, só mesmo os preconceitos e a incompreensão, de que esse ensino tem sido vítima, podem aclarar porque Rio Prêto, durante o período / de 1928 a 1949, contou apenas com uma única escola desse tipo, cuja expansão foi obra quase que exclusiva de iniciativa particular.

(7) Jornal "A Notícia", 30 de outubro de 1928.

Do ponto de vista da estrutura, o ensino médio riopretense, manteve-se mais ou menos fiel às origens dos estabelecimentos desse gênero no Brasil: o mesmo espírito e o mesmo caráter, sem modificações essenciais. Do ponto de vista qualitativo, as escolas que então se criaram ou se desenvolveram, muito contribuíram para a renovação cultural da cidade e região. Graças aos esforços das instituições particulares, religiosas e leigas, novas perspectivas se abriram aos jovens das décadas dos anos vinte, trinta e quarenta. De qualquer forma, entretanto, a expansão da rede educacional de Rio Preto, em especial no seu grau de nível médio, com os diversos tipos de escolas, serve de testemunho da pujança socioeconômica da civilização que se irradiou, com avanços e recuos, daquele pequeno arraial descrito pelo Visconde de Taunay(8) e no qual o Autor não depositava nenhuma esperança de sobrevivência.

Por isso tudo, consideramos as escolas de comércio e os estabelecimentos de ensino ginásial instalados em Rio Preto, perfeitamente adequados aos propósitos econômicos e culturais de uma época e de uma região. Os trabalhos práticos, em geral de natureza mais manual, segundo a opinião corrente, não exigiam preparo em escolas. Por idênticas razões, não era de esperar que o ensino comercial obtivesse desenvolvimento mais amplo, / nem que o ensino técnico ou agrícola se institucionalizasse, pois Rio Preto até 1950 apresenta-se com caracte

(8) Vide texto anexo a este trabalho. Anexo nº 1.



rísticas de uma sociedade sem indústrias.

Delinçiam-se desta maneira, nos anos vinte e trinta, em seus traços fundamentais e característicos, os rumos da política educacional instaurada em e para Rio Prêto, se não para todo o interior de São Paulo. / Uma política que só será reformulada, significativamente, na década dos anos cinquenta.

No setor da educação de grau médio, as atividades em Rio Prêto, se iniciam, provavelmente, em 1915, com a fundação do Colégio Rio Branco. Foi, porém, no início do terceiro decênio do século XX que a questão do ensino médio se apresentou, de maneira intensa, ampla e concreta, com a adoção de modelos selecionados pelos intelectuais e homens públicos da época. A forma em que se concretizou o ensino médio em Rio Prêto, a partir de 1920, deve constituir o ponto de partida para compreender o sentido do desenvolvimento educacional que ocorreu em toda região Norte-Occidental do Estado de São Paulo. O levantamento e a análise das iniciativas particulares e dos Governos Estaduais e Municipais, a serem feitos em seguida, fornecerão os recursos necessários à compreensão desse problema.

As principais iniciativas, durante as décadas dos vinte, trinta e quarenta, foram em número de oito. Cinco foram instaladas nos anos vinte: Colégio Santo André e Liceu São José, em 1920; Escola de Comércio 30 de Outubro, de 1927; Ginásio São Luís, mais tarde Ginásio Municipal de Rio Prêto, em 1928; e Ginásio Diocesano, posteriormente, Ginásio São Joaquim de Rio Prêto, em

1929. A década de trinta apresenta apenas dois fatos de grande interêsse para a história da educação riopretense: a ampliação do Colégio Santo André, com a organização de sua Escola Normal Livre, em 1932; e a instalação do Ginásio do Estado, em 1939. Os anos quarenta, / além de ampliações dos cursos existentes no estabelecimento de ensino oficial, registram duas novas aquisições -- o Ginásio Riopretano (1940) e o SENAC (1948).

No próximo Quadro, apresentamos os estabelecimentos de ensino secundário vigentes em Rio Prêto, de 1920 a 1949, determinando-se o tempo em que funcionaram.

A seguir, vão ser expostas as iniciativas das instituições de ensino médio, de modo que se percebam, de um lado, o clima cultural em que se discutiram os problemas da escola secundária e organizaram suas escolas, e de outro, o relacionamento entre o modo de concretização das aspirações educacionais e as transformações histórico-sociais da época. Veremos as seguintes instituições riopretanas:

1. Colégio "Santo André.
2. Colégio "Lyceu São José".
3. Ginásio "São Luís".
4. Ginásio Diocesano de Rio Prêto.
5. Ginásio do Estado de Rio Prêto.
6. Ginásio Riopretano.
7. Escola de Comércio "30 de Outubro".
8. Escola SENAC "Paiva Meira".

 ESTABELECIMENTOS DE ENSINO MÉDIO vigentes em RIO PRÊTO

1920 - 1949

1920	1925	1930	1935	1940	1945	1950
------	------	------	------	------	------	------

XX
 Colégio "Santo André" (1920 até nossos dias)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
 Lyceu "São José"
 (1920-1929)

XXXXXX
 Ginásio "São Luís" - Municipal (1928-1931)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
 Ginásio "São Joaquim" - Diocesano (1929-1930)

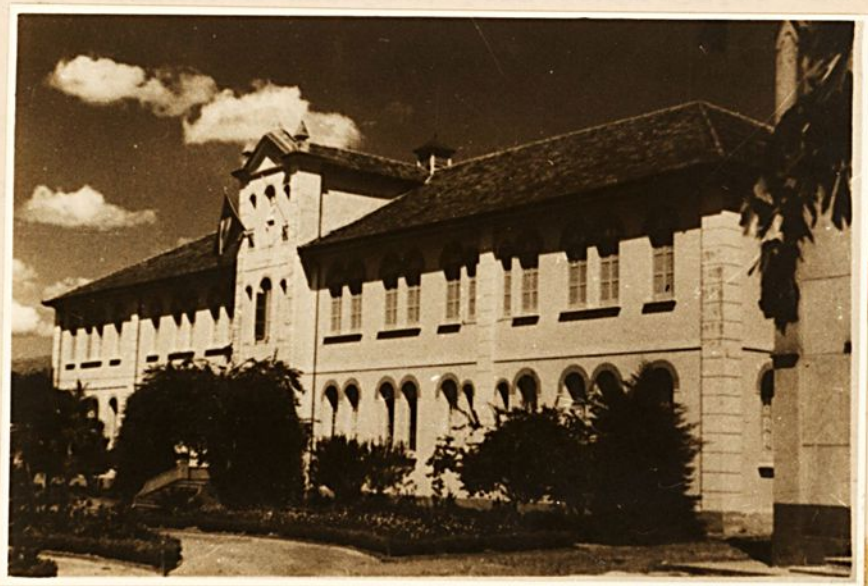
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
 Ginásio Estadual de Rio Preto - (1939 até nossos dias)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
 Ginásio Riopretano - "Ateneu Riopretano" (1940 até n/dias)

XX
 Escola "30 de Outubro" (1927 até nossos dias)

XXXXXX
 Escola SENAC "Paiva Meira" (1948 até nossos dias)

1. COLÉGIO "SANTO ANDRÉ" DE RIO PRÊTO.



Colégio "Santo André" de Rio Preto.

1. COLÉGIO "SANTO ANDRÉ" DE RIO PRETO.

O Colégio "Santo André" de Rio Preto é a mais antiga instituição de ensino médio, particular e confessional, da cidade. É dirigido pela Congregação das Religiosas de Santo André. Congregação que nasceu de condições históricas particulares, que vamos relatar de forma sucinta, indicando apenas os seus pontos principais.

Fundada em 1231, em Tournay, tinha como finalidade hospedar romeiros que se dirigiam em peregrinação, à Terra Santa. Até 1611, acumulou essas funções com as de asilo para crianças abandonadas. A partir desta data e até 1690, as Religiosas dedicaram-se às atividades essencialmente espirituais, transformando-se o Convento em Casa de Oração. Na segunda metade do século XVII, passaram a sentir a influência dos princípios pedagógicos de Fénelon, Arcebispo de Cambrai, cuja sede episcopal está localizada em Tournay.

Incentivadas pelas doutrinas pedagógicas do prelado e fundamentadas em novas Regras e Constituições, inspiradas nos moldes jesuitas, as Religiosas de Santo André dedicam-se ao apostolado pela educação das moças.

Até essa época, pouca atenção se dava à educação da mulher. "Para elas se diz, comenta Fénelon, que não é necessário que sejam cultas, que a curiosidade as

torna vãs e presunçosas, e que obedeçam seus maridos / sem raciocinar. A doutrina pedagógica de Fénelon apresenta domo modelo feminino, ideal, "a mulher ajuizada, aplicada e religiosa", pois "é a alma de uma grande casa, é a que põem ordem aos bens temporais e à salvação eterna". "Suas ocupações não são menos importantes para o público que as dos homens já que elas têm a casa para cuidar, o marido a quem fazer feliz e os filhos a quem educar / bem. Acrescentai a isso, que a virtude não tem menor importância para as mulheres que para os homens; sem falar do bem ou do mal que podem fazer, elas constituem a metade do gênero humano resgatado pelo sangue de Jesus Cristo e destinado à vida eterna".(1)

Instadas a participar da solução do problema da educação feminina, as Religiosas recebem as primeiras alunas em fins do século XVII. Em 1796, porém, as Resoluções Governamentais ditadas após a Revolução Francesa / determinaram a interrupção da obra educacional da instituição. As alunas foram devolvidas às suas casas e as Religiosas desalojadas do Colégio. Mais tarde, abrem / uma pequena "instituição de civismo" onde acolhem algumas alunas.

Em 1836, inicia-se a reorganização da Congregação e do seu trabalho educacional. A Companhia de Jesus exerce sobre ela influência marcante, nesta fase / de sua história. Após seis séculos de vigência num mesmo local, a Congregação de Santo André inicia sua expan

(1) Fénelon, *Traité de l'Education des filles*. Tomo Troisième, Paris, Didot. Publicado por Franc-Amb. Didot, 1787. Citações do Capítulo I. A obra foi escrita em 1680.

são pelo mundo, criando novas comunidades e estabelecimentos de ensino no Inglaterra, nas Ilhas de Jersey, em Charleroi, Bruges, Bruxelas, no Brasil e Congo.

A história dos estabelecimentos de ensino das Religiosas de Santo André no Brasil tem origem na proposta apresentada à Madre Superiora, pelo Pe. Antonio de Menezes S.J., em nome de D. José Marcondes Homem de Melo, arcebispo de São Carlos (Estado de São Paulo). Desejava o Arcebispo, uma Congregação para dirigir dois colégios femininos, em sua Diocese.

A 29 de janeiro de 1914, cinco religiosas conduzidas pela Superiora Madre Lúcia Marie Doyle embarcaram para o Brasil a bordo do "Araguaia", e animadas pela benção especial de Pio X. A 16 de fevereiro, chegaram a Joticabal (SP), após breve estadia em São Paulo e São Carlos. Em Joticabal, iniciaram sua primeira missão: abrir um colégio para moças. Foram recepcionadas com entusiásticas saudações por parte dos representantes da Comarca e pela população em geral. Acolhidas pelo casal dr. Joaquim Antonio de Oliveira Neves, Juiz de Direito de Joticabal e senhora, procuraram adaptar-se à nova vida, aprendendo a língua portuguesa e os costumes regionais.

O local reservado para o Colégio oferecia condições mínimas indispensáveis e a 2 de março de 1914 as aulas foram iniciadas. Os resultados logo se fizeram sentir e no segundo ano de funcionamento as alunas eram admitidas aos exames de suficiência da Escola Normal da Praça da República (Instituto de Educação "Caetano de Campos", da Capital).

A guerra de 1914 acarretou dificuldades inesperadas à comunidade que acabára de receber mais quatro / membros que vieram auxiliar as primeiras. Eram, portanto, nove religiosas. O número de alunas aumentava ano a ano. O prédio em que estavam instaladas era insuficiente para abrigar as todas. Duas novas equipes de missionárias são enviadas, respectivamente, em 1915 e 1916, apesar da guerra. Esses reforços permitiram à Madre Lúcia/Maria, aceitar a incumbência de organizar dois novos estabelecimentos de ensino: em Araraquara (2) e Rio Preto.

Em 1917, com a presença do Arcebispo D. José Marcondes Homem de Mello é lançada a pedra fundamental do Colégio de Jaboticabal, que reproduzirá a Casa-mãe instalada em Tournai. Edificá-lo, porém, representou obra de vários anos. O Instituto Central não lhes podia enviar verbas, pois a conflagração européia acarretara / verdadeiro marasmo nos negócios em geral.

Em princípios de 1922, após terem ocupado durante mais de quatro anos as antigas dependências do Ginásio de Jaboticabal, que encerrara suas atividades, reiniciaram os trabalhos da edificação do Colégio e para / lá se transferiram ao final desse mesmo ano.

O número limitado de religiosas e postulantes, bem como a determinação da Casa-mãe de interromper por quatro anos o recrutamento de novos membros, na Europa após a guerra, criaram para a Superiora no Brasil, sério problema. A Congregação não poderia continuar mantendo os três colégios instalados: Jaboticabal (1914), Arara-

(2) O Colégio de Araraquara foi aberto em 1916, a pedido do Pe. Saraiva, Vigário da cidade.

quara (1916) e Rio Prêto (1920). O de Araraquara, depois de seis anos de atividades, deixa de pertencer à Congregação de Santo André. Transferido para dona Julie Villalobos recebe o nome de Colégio Progresso. O de Rio Prêto foi escolhido porque a cidade àquela época, não possuía nenhum estabelecimento de ensino para meninas e moças e estava mais distante dos grandes centros.

"No Brasil, como na maioria das nações ocidentais civilizadas, foram as congregações religiosas docentes/as primeiras que se dedicaram efetivamente à solução do problema da instrução para o sexo feminino. Era natural e lógico. No ensino, como em todas as obras duradouras, nada se faz sem grandes instituições. Portanto, o papel das religiosas é insubstituível, pois dois contrafortes garantem sua continuidade e pleno êxito: a dedicação total de almas que se consagram inteiramente a esse serviço e a implícita estabilidade do sistema comunitário religioso".(3)

O caso da Congregação das Religiosas de Santo André é típico. Nascida em condições históricas muito / particulares, passou sucessivamente a desempenhar diferentes atividades de apostolado até a adoção da atividade de educacional de moças. Assumiram-na por consciência / cristã e por amor ao próximo. Adaptaram suas Regras e seus estabelecimentos de ensino aos critérios estabelecidos para responder a cada momento histórico, em parti

(3) Leda Maria Pereira Rodrigues C. B. (Madre M. Angela)

cular.

As religiosas de Santo André chegaram ao Brasil em 1914. Durante 53 anos ininterruptos, têm acompanhado e vivenciado momentos privilegiados da história do país, tais como: as profundas mudanças políticas, sociais e econômicas, a população multiplicada, o surto urbano e industrial de todo Estado de São Paulo; as transformações do ensino, prescritas pelos decretos, portarias, / comunicados oficiais e diretrizes emanadas dos órgãos / competentes. Por isso, ela se sente ligada ao problema / da educação feminina brasileira por laços profundos e com responsabilidades concretas.

Os seus Colégios são, no Brasil, fundados e mantidos pela Associação Literária e Educativa Santo André, sociedade de caráter civil e personalidade jurídica, cujos Estatutos (4) determinam, como sua finalidade essencial: "a educação moral e intelectual da juventude". / Este objetivo é mais claramente expresso no trecho seguinte: "Dar às meninas uma educação completa e sólida mente cristã e prepará-las, assim, para o cumprimento / integral de seus deveres, em qualquer posição social / que a Providência lhes destinar. Tal é o fim a que se propõem as religiosas de Santo André, e procurarão "consegui-lo por meio da confiança e da persuasão, mantendo no Colégio em verdadeiro espírito de família".(5)

(4) Estatutos da Associação Literária e Educativa de / Santo André, publicação no D.O. de 31 de dezembro de / 1925.

(5) In, Relatório da Escola Normal Livre e Ginásio Santo André de Rio Preto. Arquivo do Estabelecimento.

A Sociedade é de duração indeterminada e durará enquanto puder realizar os seus fins, E' dirigida por / "uma diretoria composta de três membros: uma diretora , uma secretária e uma subdiretora, eleitas pela Assembleia geral, e cada qual com as atribuições determinadas no Regimento Interno. A Diretoria representa a Sociedade, ativa e passivamente, em juízo e fora d'êla, e, em tôdas as relações com terceiros". (6) Constituem seu patrimônio social todos os bens móveis e imóveis que adquirir para a realização de seus fins.

A criação de um instituto de ensino para a educação do sexo feminino na cidade paulista de Rio Preto/ está vinculada a uma nova maneira de ver, sentir e aceitar a vida, os seres humanos, a sociedade. E' a expressão de uma nova mentalidade sobre a mulher, o seu papel na sociedade e sobre a instrução feminina. Gerações anteriores à de 1920 não manifestaram nenhum interesse o aplicação em que as jovens se instruissem. Aliás, meios não havia, a não ser algumas filhas de famílias abastadas as quais recebiam, em suas próprias casas, aulas ministradas por professores particulares que lhes ensinavam os rudimentos da leitura, escrita e aritmética. A mentalidade dominante ainda considerava o cultivo intelectual do sexo feminino como algo inútil e até pernicioso, algo superficial e mesmo perigoso.

(6) In, Estatutos da Associação Literária e Educativa / Santo André, Art. 4º e ss.

Em Rio Preto, como em outras cidades interioranas, lentamente se elabora um novo tipo-ideal feminino. O ambiente agrícola dificulta a sociabilidade. A vida reclusa das fazendas e o retraimento dos habitantes das vilas fecham em círculos de família a sociedade local. Gradualmente, com a urbanização é cultivado o gosto do convívio social, do contato mundano e das reuniões. Durante a fase agrária-rural o ideal da educação feminina é a formação da jovem prendada, da senhora do lar, dedicada exclusivamente aos trabalhos domésticos, aos bordados e costuras. "A educação feminina tomará incremento apenas quando um ambiente mais polido exigir um aprimoramento de boas maneiras e um aperfeiçoamento mais acurado" (7)

"A conquista progressiva da igualdade social, política e econômica pelas mulheres é uma das realizações mais notáveis da época contemporânea. Ao mesmo tempo, as mulheres adquiriram a possibilidade de fazer estudos secundários e superiores, de obter títulos escolares e universitários e ter acesso a profissões que exigem estudos superiores. No momento atual, a legislação de quase todos os países reconhece expressamente ou tacitamente o direito de todas as crianças, sem distinção de sexo, à instrução primária gratuita e obrigatória e, salvo raras exceções, o período de escolaridade obrigatória é quase sempre o mesmo para os dois sexos. A igualdade de acesso ao ciclo não obrigatório do ensino de segundo grau é quase universalmente reconhecida como um direito

(7) Leda M. Pereira Rodrigues, Op.cit. p.41.



e, desde o início do século, em todos os países onde este ensino se desenvolveu regularmente, um dos principais fatores dessa expansão tem sido o aumento dos efetivos/femininos. Todavia, é ainda muito variável a medida em que as meninas prolongam seus estudos além do prazo da escolaridade obrigatória. (...) no plano mundial, as meninas estão longe de beneficiar-se, na mesma medida, do ensino do segundo grau, sendo ainda mais sensível esta diferença no ensino de nível universitário! (8)

A idéia do Colégio para meninas, que não era novidade no interior paulista, encontra em Rio Preto condições que favoreceram sua concretização. De um lado, / estavam as famílias em melhores condições sociais e econômicas preocupadas em dar às filhas, formação esmerada que abranja mais do que as primeiras letras e as prendas e economia doméstica. De outro, as religiosas de Santo André, animadas pelo desejo de incutir nas jovens a consciência cristã, simultaneamente com os estudos.

Em meados de 1919, Madre Lúcia Maria, Superiora do Colégio Santo André, de Jaboticabal, recebe de D. José Marcondes Homem de Mello, arcebispo de São Carlos, um telegrama convidando-a a visitar a cidade de Rio Preto, cuja população, por intermédio de pessoas gradas, solicitava com insistência a fundação de um colégio religioso.

Madre Lúcia Maria, acompanhada de Madre Francisca, atendem ao convite e vêm a Rio Preto conferenciar / com o Prefeito Municipal de então, Sr. Victor Britto Bas

(8) G. Parkyn: O Ensino de Segundo Grau. p.72.



tos. Dêste encontro, resultou a Câmara Municipal obrigar-se a custear o transporte de cinco religiosas, que sem tardança, viriam da Bélgica, e a pagar pelo lapso de três anos o aluguel do prédio destinado ao funcionamento do Colégio.(9)

Já em janeiro de 1920, inscreveram-se trinta e três alunas e depois mais nove. Com êsse número animador de inscrições, volta Madre Lúcia Marie a Jaboticabal, aguardando aviso de que a casa destinada ao Colégio fôsse desocupada. Ao retornar, com surpresa, verifica que o prédio continua com seu ocupante e por êste motivo / hospedam-se, temporariamente, no edifício do Banco Comercial.

A entrega das chaves do prédio prometido não se fêz esperar e a 12 de março era inaugurado o Colégio / Santo André de Rio Preto, com já setenta e duas alunas.

Desde a sua fundação, o Colégio mantém os cursos primário e secundário. As alunas dêste último preparam-se para os exames parcelados do curso ginasial e os exames são prestados no Ginásio do Estado de Campinas ou no Ginásio São Luís de Jaboticabal.

Madre Lúcia Marie Doyle requer autorização para o funcionamento do estabelecimento e recebe a seguinte resposta:-

"O Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, atende a que a senhora Irmã Lucia Maria, /

(9) Não encontramos documento que comprove a primeira / parte dêsse acôrdo. No que tange ao pagamento dos aluguéis, basta consultar as leis municipais nº 86, de 3/7/1923 e nº 138, de 13/10/24. Vide "A Notícia", 6/6/1945.

do Colégio "Saint André", estabelecido em Rio Preto, a rua Bernardino de Campos, nº 50, preencheu as condições exigidas para o funcionamento desse estabelecimento de ensino, resolve conceder-lhe a precisa autorização para esse fim, ficando a mesma Senhora, por si ou por seus sucessores, obrigados à observação de todas as despesas legais e regulamentares, que a respeito forem estabelecidas".(10)

A 21 de setembro de 1921 é deferido favoravelmente o Registro (nº 18) do Colégio, junto à Seção do Ensino Municipal e Particular do Estado de São Paulo.

Grande problema para o desenvolvimento da instituição é o que se refere à escassez de instalações apropriadas. Alojadas em casa alugada, com o auxílio dos cofres municipais (11), as religiosas moram e ministram aulas em cômodos pequenos e insuficientes. A ausência /

(10) Ofício da Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo ao Colégio Santo André. 21/9/1921.

(11) Lei Municipal nº 138, de 13/10/1924:- art. 1º. "Fica a Prefeitura Municipal autorizada a mandar fazer no prédio que arrendára ao Dr. Adolfo Guimarães Corrêa, situado a rua Dr. Bernardino de Campos, nº 50, desta cidade, onde esteve por dois anos instalado, por conta da municipalidade, o Colégio Santo André, os consertos e reparos necessários que se obrigou a fazer por força do contrato de arrendamento passado nas notas do Primeiro/Tabelião 1.52, fls. 70 e seguintes, podendo dispendir com serviços e material para esse fim, até a importância de seis contos, quatrocentos e cinquenta e três mil e quinhentos réis." Neste local, está hoje o Cine R. Preto.

de móveis e utensílios necessários ao bom funcionamento das aulas também é constante. É necessário improvisar , adaptar, consertar, aguardar.

Por estas razões, as religiosas buscam um novo/ local, mais amplo e adequado às finalidades propostas , que permita a acolhida do número crescente de candidatas. A cifra de 75 alunas inscritas em 1920 atinge 130 em 1925. A Prefeitura Municipal colabora, autorizando por lei, despesa "até a quantia de sete contos e duzentos / mil réis, na adaptação de um dos prédios municipais"... "O Collegio Santo André passará a funcionar no prédio,/ até que construa o seu". A entidade terá "o prazo de um ano, no máximo, para a construção de que fala o artigo/ 2º, (acima transcrito), findo o qual o Collegio Santo / André, que com a aceitação do benefício renuncia dos privilégios de prazos e notificações, desocupará o prédio, necessário a obras municipais".(12) Mudam-se, pois, para o prédio, também adaptado localizado à rua Voluntários de São Paulo, na mesma praça que o anterior.(13)

O prazo para a entrega do prédio foi ampliado / pois somente aos 19 de junho de 1926, às 16,30 horas, / realizou-se a solene cerimônia do lançamento da pedra fundamental do novo edifício a ser construído para o Colégio Santo André. Estiveram presentes as seguintes pessoas: Revmo.Cônego Paiva, enviado especial e represen--

(12) Lei municipal nº 86, de 3 de junho de 1923. Contém cinco artigos. Transcrevemos aqui os artigos 1º e 2º. Livro de Leis da Câmara Municipal....-1894-1937.

(13) O prédio é hoje ocupado pela Clínica "Dr.Sinésio".

tante do Exmo.Revmo. Bispo Diocesano de São Carlos, que benzeu a pedra fundamental e pronunciou discurso mostrando o papel saliente da Igreja na formação dos povos e na educação e progresso das sociedades; Revmos.Padres / da Paróquia; Madre Clemence, superiora geral do Colégio Santo André; Irmãs Lucy, Julie, Dominique, Estephany, / Pauline e Zoué, da Congregação de Santo André; Dr.Aureliano de Mendonça, representando o Dr.Juiz de Direito;/ Dr. Álvaro de Barros, promotor público; Dr.Alceu de Assis, prefeito municipal; Dr.Cândido Rocha, presidente / da Câmara, representando também o Dr.Presciliano Pinto de Oliveira; Dr. Nelson Veiga e Ângelo Corrêa, vereadores municipais; Dr.Tavares de Almeida, Comissário de Polícia; Drs. Matheus Chaves, Jacinto Angerami, Irineu Vilela, Ponzio Hippolito, Peregrino da Silva, Alfredo de M.Sacramento, Srs. José Spínola Castro, Nagib Gabriel, / Júlio B.Rodrigues, Prof.Álvaro Marcílio, redator "d'O / Município", Dr.Costa Alemão, do "São Paulo Jornal", Júlio de A. Corrêa, representante geral de "A Notícia" e Alfredo Leite de Aguiar, correspondente d'"O Estado", / famílias, professores e alunos do Colégio Santo André.

Para obter fundos para essa construção são promovidas festas e quermesses, como assinala o artigo do / jornal local "A Notícia", de 15 de setembro de 1926.

No edifício da rua Voluntários, como no anterior não havia internato, por falta de instalações. Quando, / finalmente, em 1929 o edifício próprio é concluído, o Colégio Santo André diferencia-se das demais escolas / particulares, não só porque é para meninas, mas especialmente porque com o internato (1930) se dedicam à educação integral das jovens, no primeiro e segundo grau,

além de primeiras letras, prendas e economia doméstica. O novo regime (internato) instituído por ocasião da mudança para o prédio construído no bairro da Vila Ercília, na rua Rubião Júnior, vem ampliar o campo de ação da entidade.

A Prefeitura colaborou na edificação desta obra "com a quantia de vinte contos de réis, pagos em quatro prestações anuais de cinco contos de réis cada uma, com a condição do Estabelecimento beneficiado conceder matrícula gratuita para duas alunas externas, enquanto funcionar o Collégio e de livre indicação do Prefeito".
(14)

A compreensão dos estudos profissionais como o único meio capaz de tornar as moças úteis à sociedade / do tempo ou elevá-las às fileiras do magistério, e o espírito utilitário que se desenvolvia, parte sob a pressão de necessidades imediatas, parte pela predominância da própria cidade na região, tinham de forçosamente incentivar e reforçar o requerimento, ao Governo do Estado, solicitando a criação de uma Escola Normal Livre. / Acrescent-se a essas considerações que, "não era a criação sem critério de escolas que haveria de satisfazer / as necessidades de um povo que se educa, mas a formação de bons professores, convenientemente e decentemente remunerados".(15)

Analisando a situação da Comarca de Rio Preto /

(14) Lei municipal nº702, de 17 de maio de 1929. Art.1º
Contém três artigos apenas.

(15) Leda M. Pereira Rodrigues, Op.Cit. p.95.

em 1929, Dario de Jesus escreve:--

"Chama-nos a atenção o número de escolas (primárias) já criadas e que no entanto até o presente data não tiveram provimento. De fato, as escolas criadas na Comarca orçam por 51. Destas, conservam-se ainda vagas 39 e as 12 outras só puderam ser providas por professores leigos em começos d'este ano, graças a uma nova medida posta em prática pelo Governo do Estado, para remediar o mal. Eis, pois, em que pé se acha entre nós, a í importantíssima questão. A despeito do empenho e do es fôrço das autoridades escolares, recenseando a infância; a despeito da boa vontade do governo, criando as escolas e promovendo outras medidas continuou o problema / sem solução do mesmo modo. De tudo o que, con---

clui-se, que o que nos falta são professores. A carência de professores é o eixo da questão e é este ponto - de que vamos nos ocupar... Contra esse obstáculo tem-se inutilizado todas as tentativas, todos os esforços - de boa vontade. Os professores de outras regiões do Estado diplomados por escolas muito distantes desta zona, de modo algum buscam esta Comarca. Todos temem a nossa zona, pela sua distancia da capital e também pelo fato da estrada de ferro chegar até a nossa cidade e a maioria dos outros municípios estarem a grande distância da qui, obrigando a viagens prolongadas. Temem, também, - os professores, esta zona, - como alias ainda muita gente que não nos conhece de perto - pelo infundado receio de falta de segurança que infundadas informações lhes - produzem no espirito e pelas quais Rio Preto é ainda uma zona deserta, bárbara, perigosa e onde impera o banditismo. Dest'arte, não poucas vezes já tem se regis-

trado o caso de voltarem professores desta cidade, pois, aqui chegando, já um tanto desanimados pela grande distancia vencida, vêm-se mais desolados ao saber que ainda têm que vencer mais oito ou dez léguas de sertão para acharem a sua escola em Monte Aprazível, Tanabi ou José Bonifácio. Depois, mesmo que se de a localização de um ^{ou} outro professor nessas regiões - o intuito dele é livrar-se o mais breve possível da zona, tendo se registrado já também o caso de escolas reunidas que compo- tam perfeitamente quatro, cinco ou seis classes, esta-

rem funcionando como uma ^{única classe, como mais uma} qualquer outra do Estado, ^{As zonas já é conhecida entre os professores pela denominação de "zona de castigo" e depois de penetrar nela, vem deparar ainda com um centro inteiramente} costumes diversos, com uma atividade assombrosa o que -

por sua vez trás também um alto custo de vida. Desta sorte, as escolas, são postas em concurso mas não sur- gem candidatos que as prefira.

Nestas condições têm-se acentuado cada vez mais, no espírito daqueles que mais se interessam pelo proble- ma e que mais de perto conhecem que o meio mais seguro de se remover o mal será a criação de uma ESCOLA NORMAL na Comarca. Uma Escola Normal é a grande necessidade - da Comarca de Rio Preto. As mesmas autoridades escola- res que conosco convivem ou que nos visitam e que têm - observado o nosso elevadíssimo coeficiente de analfabe- tos e as condições de vida entre nós sob todos os aspec- tos - são unânimes em opinar por essa grande medida. / Além disso, se observamos, veremos que todas as zonas - do Estado, com excessão da nossa, acham-se providas des- te importante melhoramento: dispõem de escolas normais. A Escola de Itapetininga serve o sul do Estado; a de / Guaratinguetá serve ao chamado norte; a de Botucatu ser- ve à Sorocabana e Noroeste; a de Casa Branca serve à zo

na Mogiana e o centro do Estado, mais populoso, conta - com seis escolas normais: duas na Capital, uma em Campinas, uma em Piracicaba, uma em São Carlos e uma em Piragununga. E no entanto, a nossa Comarca que já por si é colossal em extensão e riqueza e que tem sem dúvida, / marcado um desenvolvimento extraordinário, ainda se ressente dessa falta.

Uma Escola Normal na Comarca, atrairá estudantes de todos os seus recantos, que gozarão de grandes vantagens, pois trata-se de elementos já identificados com o nosso meio e familiarizado com a vida da região. As professoras naturais da Comarca facilmente se localizarão nos vários pontos, pois deles tendo saídos, neles irão encontrar depois como professores, excepcionais / vantagens que a estranhos não se podem deparar. E, não será demais supôr-se, até, que o trabalho desses professores seja porventura mais produtivo, familiarizados como serão eles com o nosso meio, com nossos costumes, lecionando com prazer e com toda a comodidade, em suas / próprias casas, em meio dos seus e sem a eterna preocupação de deixarem a zona pelo primeiro trem da Araraquarense". (16)

A questão da criação da Escola Normal não foi tão simples como parece à primeira vista. Transcrevemos um artigo do jornal "A Notícia" de 27 de janeiro de 1932, que deixa transparecer conflitos de opiniões:

"Escola Normal Feminina de Santo André de Rio -

(16) Dario de Jesus, As grandes necessidades desta Comarca. In Album Ilustrado da Comarca de Rio Preto -- 1927-1929.

Prêto existe?

"Em nota à parte, que publica este jornal hoje mesmo, e examinando o anúncio que noutra lugar se encontra, verifica-se que está em pleno exercício legal a Escola Normal Livre feminina do Colégio Santo André.

Nem todos compreendem o esforço que se empregou para levar a bom termo esta aspiração que é um surto de progresso para esta terra; nem todos apreciam o empenho que as boas religiosas vem fazendo, desde longo, para o desempenho cabal da sua missão e os sacrifícios que mesmo agora estão fazendo para sustentar mais esta conquista, que mais importa a Rio Preto que para elas mesmas.

Mas o fato da Escola Normal, aprovada pelo Departamento do Ensino, quando, dentro e fora desta cidade e município, houve quem se comprazesse em desviar alunas do Colégio; é uma resposta esmagadora aos que pretendiam desta forma, por vaidade estulta ou falso patriotismo inutilizar todo este trabalho e toda esta devotação.

Chamamos a atenção dos bons riopretenses para tudo o que se passa, a fim de que invalidem os maus intuitos de loucuras sem caráter e sem consciência, e aos pais chamamos a atenção para o anúncio e nota que acima nos referimos para que saibam cumprir o seu dever.

Que não passem desapercibidos as condições da matrícula no 1º ano complementar, que pode fazer-se com o diploma de aprovação no grupo e da matrícula no 1º ano Normal que pode fazer-se com o certificado do exame complementar, efetuado em qualquer Escola Normal Livre ou oficial.

As boas religiosas ficam exarado afim nesta hora,

o nosso preito de homenagem pelo que já têm feito, e os votos sinceros para que sua ação se exerça em larga escala nesta querida e abençoada região, onde aparecem filhos espúrios, é certo, mas onde podem contar com singulares e verdadeiras dedicações".

A fiscalização prévia lhe foi concedida à 27 de janeiro de 1932, pela Diretoria Geral do Ensino. (17)

A 4 de fevereiro, por determinação dessa mesma Diretoria, a escola pode aceitar os pedidos de matrícula, no 1º ano do Curso Normal, de alunos que não o tenham feito em outra escola. Do mesmo modo, as alunas -- que concluíram o curso dos grupos escolares e escolas -- de aplicação oficiais, podem matricular-se no 1º ano de escola complementar, independente de exame de admissão.

Sob a direção de Madre Maria Plácida Lacôrte e tendo como inspetor fiscal, o Sr. Octacílio de Oliveira Ramos, diretor do Grupo Escolar de Mirassol, as aulas -- começaram à 1º de março de 1932. A 22 de abril desse mesmo ano, recebem a honrosa visita de Sud Mennucci, na época Diretor Geral do Ensino.

O funcionamento da Escola efetuou-se segundo as diretrizes emanadas do Departamento de Educação, acompanhando as modificações do regime escolar, prescritas --

(17) Ofício nº 00296, de 27 de janeiro de 1932, da Diretoria Geral do Ensino ao Colégio "Santo André" de Rio / Preto, autorizando a abertura de uma Escola Normal junto ao estabelecimento de ensino médio mantido pela entidade solicitante. Neste mesmo ofício é comunicada a concessão da fiscalização prévia para a mesma.

pelos decretos, portarias e comunicados oficiais. (18)

Desejando obter as regalias do Estabelecimento Livre, concedidas pelo Governo Federal, a Associação Literária, por sua representante legal, requer a inspecção preliminar do Curso Ginásial. Com o objetivo de realizar as exigências da inspecção prévia, esteve no Estabelecimento o Inspetor Federal do Ensino Secundário, Dr. Sócrates de Oliveira. Em fevereiro do mesmo ano, conforme telegrama nº 71.693/2 de 14/2/1935, foi designado o Dr. José de Freitas Henriques para proceder aos exames de admissão, validados condicionalmente, e dependendo da concessão da inspecção preliminar para sua validação. Por despacho do Exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde Pública, conforme telegrama nº 113/16, de 15 de junho de 1935, foi concedida a inspecção preliminar ao Colégio Santo André de Rio Preto a 14 de maio de 1935, sendo designado pelo telegrama nº 139.803/2, de -

(18) Para citar apenas alguns exemplos: decreto 5.801, de 16/1/1933 que modifica o regime de férias para os estabelecimentos de ensino; decreto 5.804, de 16/1/1933 que institui a carreira do magistério público primário; decreto 5.846, de 21/2/1933, regula a formação profissional de professores primários e secundários..., estabelece providências para o ajustamento das escolas normais livres à nova organização; decreto 5.884, de 21/4/1933, institui o Código de Educação do Estado de S. Paulo, decreto 6.201, de 11/12/1933, estende às Escolas Normais Livres do Estado, o disposto no artigo 810, do decreto nº 5.884 de 21/4/1933., etc...

24 desse mesmo mês o Sr. Prof. José Clozel para exercer as funções de Inspetor Federal junto ao Colégio.

Assim, o Curso Complementar de três anos, criado simultaneamente com a fundação da Escola Normal, / transformou-se nas três primeiras séries do Curso Ginásial e os dois primeiros anos Normais em quarta e quinta série, respectivamente. O terceiro e quarto Normal em curso Normal de dois anos apenas. A partir de 1935, passa a funcionar no Colégio Santo André, as cinco séries do Curso Secundário, sob a Inspeção Federal, até que a Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 9 de abril de 1942, modifique as séries do referido curso. O curso ginásial passa a funcionar com quatro séries e não mais cinco, e aos dois anos profissionais, antecede o Curso Pré-Normal ou Pré-Especialização.

O exame das condições do Estabelecimento segundo as exigências do artigo 51 do Decreto 21.241 de 4 de abril de 1932 confere ao Colégio Santo André a categoria de "Excelente".

Mais tarde, pelo decreto nº 3.150, publicado no Diário Oficial do Rio de 10/2/1939:

"O presidente da República resolve, nos termos do artigo 55, do Decreto nº 21.241, de 4 de abril de / 1932, conceder inspeção permanente ao Colégio Santo André, com sede na cidade de Rio Preto, Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1938. (19)

(19) No ano seguinte, no decreto-lei nº 1.545, de 25/8/ 1939, que dispõe sobre a adaptação ao meio educacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros, incumbe -

Assinado por Getúlio Vargas e Gustavo Capanema.

Neste mesmo ano, fundam o Curso Preparatório aos exames de admissão à primeira série ginasial, ministrado pela prof.^a Amneris Galcazzi, registrada sob nº 4.260 de 1939.

A 14 de dezembro de 1940, em oração proferida / durante a Missa de Formatura, o Revdo. Monsenhor Gonçalves insiste com as formandas em sua futura obra:-

"Cidade ou vila, aldeia ou fazenda, grupo ou escola isolada tudo serão arenas para o vosso combate para o vosso combate por Deus e para Deus. Ao receberdes este documento, junto de vossa protetora (Santa Inês) seja este ato o inequívoco juramento e o solene compromisso para o desempenho dessa missão grandiosa e salvadora. Acreditadas pela missão dada e confiada na cooperação do Senhor, servis em toda a parte, hoje e amanhã, e sempre, as pregoeiras dos direitos de Deus e as lídinas defensoras de nossa religião, única e verdadeira. Assim, ades

ao Ministro da Educação e Saúde, entre outras atribuições, a de "subvencionar as escolas primárias de núcleos coloniais, criadas por iniciativa nos Estados ou Municípios; favorecer as escolas primárias e secundárias fundadas por brasileiros"(art.4º, letra "b"). Determina ainda, esse mesmo dispositivo que, "nenhuma escola poderá ser dirigida por estrangeiros, salvo os casos expressamente permitidos em lei, e excetuadas as congregações religiosas especializadas, que mantêm institutos em todos os países sem relação alguma com qualquer nacionalidade (artigo 11º).

trá-las para as refréguas e tão seguras das arenas que /
hão de servir-vos, quem poderá desalentar-vos sequer e/
ainda menos tentar vencer-vos?

"Avante, pois, queridas professorandas! Pela vos-
sa consciência de educadoras, pela salvaguarda do futuro
das famílias brasileiras, para glória vossa e para maior
glória de Deus, caminhai ardorosas e confiantes que es-
tão reservadas uma parada de vigilância e ~~uma~~ defesa es-
tratégica à vossa colaboração generosa, sã".(20)

Anos mais tarde, "como surgissem inadiáveis em-
preendimentos em bem da perfeição do ensino ginasial, /
ao mesmo tempo em que a manutenção do curso normal, fre-
quentado por número exíguo de candidatas e exigindo /
avultado dispêndio no seu prosseguimento, causando vexa-
tivamente resultados deficitários, foi decidida a sus-
pensão, talvez definitiva, deste último curso".(O curso
Normal) (21) Premidas por circunstâncias especiais de-
corrente da falta de recursos, a Associação Literária e
Educativa "Santo André solicita a supressão do funciona-
mento da Escola Normal.

"Ofício nº 44, de 17 de dezembro de 1940.

Exmo.Srs.Membros da Comissão Verificadora das
Escolas Normais Livres.

Comunico-vos, para os devidos fins, que a Dire-
toria da Associação Literária e Educativa "Santo André"
entidade mantenedora desta Escola Normal Livre, anexa /
ao Colégio Santo André de Rio Preto, resolve requerer a
supressão do funcionamento da mesma escola, a partir de

(20) In "A Notícia", de 15 de dezembro de 1940.

(21) In, "A Notícia", Colapso do Curso Normal, 10/6/1945.

1941. Respeitosas saudações. Ass. Madre Maria Plácida / Lacôrte".

O fechamento da Escola Normal causou grandes / transtornos às estudantes e suas famílias. Os insistentes pedidos e a promessa de um subsídio da Prefeitura / Municipal (22) determinaram o reinício de suas atividades em 1942, mediante autorização concedida no mesmo / ano pelo Diretor Geral do Departamento de Educação e o pagamento da taxa de inspeção correspondente. (Cr\$15.000)

Um auxílio no valor de Cr\$20.000,00 é concedido "ao Colégio Santo André para manutenção da Escola Normal", pelo Decreto-lei municipal nº 79, de 8 de julho / de 1943. Duvidamos, porém, da presteza com que o mesmo foi entregue, pois na correspondência arquivada na Prefeitura encontramos um pedido de Madre Eugênia, Superiora do Colégio, nos seguintes termos: "Estamos em vespere da devolução da quantia que nos foi emprestada para pagamento da taxa de inspeção da Escola Normal, 1941 e 1942. Seria possível à Câmara a entrega, por estes dias, da subvenção prometida?"

Desde fevereiro de 1944, além dos cursos ginasial e Normal, o Colégio Santo André mantém a Escola / de Aplicação "Bom Jesus", que, inicialmente, funcionou / em dois períodos: um de frequência masculina e outro de frequência feminina. Trata-se de uma instituição social registrada junto ao Departamento de Serviço Social de São Paulo, sob nº 539. A Escola de Aplicação mantém um

(22) Decreto-lei nº 62, de 13 de novembro de 1942: orça a receita e fixa a despesa do Município de São José do Rio Preto para o exercício financeiro de 1943.

orfanato onde recebe meninas desamparadas, órfãs ou não, de famílias que não ^{podem} possam dar o sustento material ou o amparo moral.

Com tôdas essas ampliações e transformações, o Estabelecimento recebe duas designações. A primeira, por ocasião de sua criação (1920), Colégio Santo André, e a segunda, em 1935, Ginásio e Escola Normal Livre Santo / André.

A Entidade tem a seguinte organização adminis-
trativa: direção, secretária, tesouraria, auxiliares da administração, corpo docente e pessoal subalterno. (23)

Durante o período estudado neste trabalho, foram Superiores: Madre Julie Casier, Madre Joana Maria Nienwland, Madre Eugenia Dugardin, Madre Margarida Maria Cor^{re}ã. Ocuparam o cargo de Diretora do Ginásio: Madre Anastácia (1920-21), Madre Julie Casier (1922-31), Madre Joana Maria Nienwland (1932).

Com a fundação da Escola Normal, o Estabelecimen-
to passou a ter uma só diretora para o Ginásio e a Esco-
la Normal. Foram as seguintes: Madre Maria Plácida La-
côrte (1/1/1932 a 24/9/1936), Madre Paulina Bittencourt
(25/9/36 a 13/4/37), Madre Maria Plácida Lacôrte (14/4/
37 a 4/2/44), Madre Maria Cristina Morcira (5/2/44 a 18
1/48), Madre Maria Regina de Saboya Catunda (19/1/48 a
4 /7/52).

(23) A partir de 14 de dezembro de 1966, o Colégio San-
to André tem novo Regimento Interno, composto de 133 ar-
tigos.

Foram secretárias da Instituição: Madre Maria / Augusta Cooman(24), Madre Maria Regina Saboya Catunda , Madre Maria Paula Moreira, Madre Marta Maria Gonçalves, e Madre Maria de Lourdes Prado.

A tesouraria esteve a cargo de Madre Maria August^a Cooman e ~~Madre~~ Luíza Marie del Fossa et d'Espieries.

O Colégio conta ainda com o pessoal subalterno, constituído pelos empregados que servem na portaria, la vanderia, jardinagem, cozinha, limpeza, do prédio e instalações.

Da história do Santo André de Rio Preto desponham muitos outros nomes de religiosas além dos aqui citados. Ao meu ver, não se torna necessário identificá-las uma a uma. A obra não é de uma nem de duas; é de todas, é da Congregação. E esta perdura, tem continuidade, pois não se fundamenta em uma pessoa ou uma família, mas numa comunidade estável.

A organização financeira da entidade educacional obedece ao sistema de escrituração mercantil. É feita em livros próprios e em ordem cronológica. Contudo, / por ^{não} estar sujeito às exigências mercantis seus livros / não obedecem às formalidades dos livros comerciais. A escrituração é feita para facilitar a administração e a vida econômica da Escola. No início de cada ano letivo, a direção elabora um orçamento de receita e despesa, com preendido sob os seguintes títulos:

Receita:-- Contribuição dos Alunos.

(24) Madre Maria Augusta Cooman é co-autora de uma obra didática muito difundida nas Escolas Normais. Trata-se da "Pequena História da Educação", de Madre Peeters .

- Despesas: 1. Honorários do corpo docente leigo.
 2. Honorários do pessoal subalterno.
 3. Manutenção do Internato.
 4. Expediente.

Sob a rubrica "Capital" se escripturam os valores correspondentes a prédio e dependências, material e instalações do Gabinete de Física, do Laboratório de Química, do Museu de História Natural, material de Geografia, História, Desenho, Música, secção de Educação Física, móveis e utensílios.

Todo o movimento de Reccita e Despesa é controlado na tesouraria pelo sistema de fichas, permitindo o exame rápido e completo da vida financeira do Estabelecimento. A reccita é apurada em épocas certas e determinadas. Os saldos são revertidos no próprio Estabelecimento que, constantemente renova seu equipamento didático e acrecece suas instalações materiais.

O corpo docente é composto por religiosas e leigos. Julgamos extensa a lista dos professores dos diversos cursos que lecionaram no período de 1920 a 1949. Por isso, optamos por apresentar apenas a relação daqueles que exerceram o cargo de Professor de Educação da Escola Normal Livre "Santo André":- Octacílio de Oliveira / Ramos (29/132 a 7/10/34), Alípio de Barros (8/10/34 a 28/11/35), Dermeval Arouca (25/5/36 a 5/9/36), João de Souza Ferraz (10/9/36 a 30/11/36), Fernando Leite (21/5/37 a 30/11/37), Geraldo Boaventura da Silva (7/4/38 a 18/10/38), Eneida Lima (19/10/38 a 30/11/38), José da Silveira Baldy (24/4/39 a 28/9/42), Angela Adelina de Sandre (29/9/42 a 27/4/44), Izabel Botelho Camargo Schtzer (28/4/44 a 31/5/45), Angela Adelina de Sandre (5/9/

45 até depois de 1949).

O corpo discente do Colégio Santo André é constituído de meninas e moças residentes na cidade e região. O sistema de externato, semi-internato e internato vem solucionar, em grande parte, as dificuldades das famílias que residem em locais onde não há escolas para suas filhas.

As diretrizes do internato são, em resumo, as seguintes: a) As alunas poderão ser visitadas por seus pais ou parentes fora dos horários das aulas. b) As alunas poderão sair com os pais ou responsáveis aos domingos e dias santos, sem prejuízo para as aulas, exigindo-se, porém, uma autorização por escrito. c) Exige-se a mais rigorosa pontualidade na entrada das alunas. d) As alunas podem escrever às famílias todas as semanas. E' proibida qualquer correspondência não autorizada pelos pais. e) E' permitido às alunas, atenderem a telefonemas dos pais ou responsáveis. f) Os livros mandados às alunas, bem como ~~qualquer~~^{quaisquer} outros objetos, serão vistos pela Diretoria do Colégio antes de serem entregues. g) O Colégio disporá em favor dos pobres, todos os objetos / que não forem reclamados no prazo de três meses. h) O Colégio não se responsabiliza pela perda de jóia e objetos de valor. i) Todos os objetos e roupas de uso da aluna / devem trazer o número determinado pelo Colégio, marcado / com linha vermelha ou número tecido. j) A mala com o enxoval da aluna deverá ser enviado com oito dias de antecedência. l) Em caso de doença serão dispensadas às alunas os mais assíduos cuidados, avisando-se a família, / sempre que o mal seja de importância ou se apresente /

com certa gravidade.(25)

O aumento contínuo do número de alunas é observado em todos os cursos que a Escola mantém e testemunha o alto conceito de que gozam os mesmos, seja na preparação intelectual eficiente, seja na formação moral e religiosa profunda das mesmas. No Quadro da página seguinte, damos o total de alunas matriculadas no "Santo André", desde a sua fundação até 1949, em seus diferentes cursos.

A Escola Normal, que em 1935 conferia os diplomas à primeira turma composta de 10 alunas, formou no período de quinze anos (1935-1949) um total de 337 professorandas.

Desde 1920, o Estabelecimento recebe alunas gratuitas e concede abatimento nas taxas em casos especiais. Neste sentido, é auxiliada pela Municipalidade, como verificamos no texto da lei municipal nº 86, de 3 de julho de 1923 que diz: "art. 4º: O Collegio Santo André enquanto receber subvenção da Comarca ou estiver estabelecido em um dos prédios municipais, fica na obrigação de conceder gratuitamente a Câmara Municipal de Rio Preto matrícula para dez (10) alunas pobres".(26)

(25) Grande parte das diretrizes aqui enumeradas não se aplicam aos nossos dias, no Colégio Santo André. Isto / reflete a preocupação de criar um ambiente mais agradável às alunas internas e atender às orientações pedagógicas derivadas das Ciências da Educação.

(26) Livro de Leis e Decretos da Prefeitura local.

COLÉGIO SANTO ANDRÉ de Rio Preto:--Matrícula Geral.

Ano	Primário(27)	Secundário	Normal	Total
1920	75	---	---	75
1921	85	---	---	85
1922	93	---	---	93
1923	88	---	---	88
1924	123	---	---	123
1925	130	---	---	130
1926	119	---	---	119
1927	116	---	---	116
1928	120	---	---	120
1929	170	---	---	170
1930	167	---	---	167
1931	156	---	---	156
1932	170	---	---	170
1933	199	---	---	199
1934	237	---	---	237
1935	97	135	25	257
1936	110	142	29	284
1937	98	163	25	286
1938	104	217	22	343
1939	106	201	25	332
1940	138	193	27	358
1941	139	201	---	340
1942	149	210	37	396
1943	126	208	77	411
1944	284	247	117	648
1945	325	266	103	694
1946	358	243	116	717
1947	259	224	141	624
1948	270	219	132	621
1949	332	217	117	666
1950	350	230	73	653

(27) Os dados de 1920 a 1934 reúnem as alunas do curso primário e as que se preparam para os "exames parcelados".

Este Quadro foi organizado pela Secretaria do Colégio / Santo André.

Fizemos o levantamento do total de alunas favorecidas pela gratuidade de matrícula e demais pagamentos em seus diversos cursos, a partir de 1942. Os resultados estão no Quadro abaixo:

Curso	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950
Primário	18	16	151	176	204	164	209	243	261
Ginasial	31	20	38	40	40	33	18	16	14
Normal	9	16	7	10	14	13	15	16	12
Total	58	52	196	226	258	210	242	275	287

Comparando o número total de alunos matriculados por curso e o número de alunos gratuitos, temos as porcentagens seguintes:

Curso	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950
Ginasial	14%	9%	15%	15%	16%	18%	8%	7%	6%
Normal	24%	20%	5%	9%	11%	9%	11%	13%	16%

Desses dados, pode-se concluir:

- O Curso Normal manteve maior porcentagem de alunas gratuitas no ano em que reiniciou suas atividades / em 1942 (24%) e quando passa a sofrer a concorrência de uma entidade oficial, o Ginásio e Escola Normal Estadual "Monsenhor Gonçalves", em 1950 (16%). Este fato explica também o número decrescente dos alunos nesse curso em 1950.

- As porcentagens de alunas gratuitas do curso Ginásial variam de 18% em 1947 a 6% em 1950.

- A partir de 1948 a porcentagem de alunas gratuitas do curso ginásial diminuiu, enquanto que a do curso/

Normal ascende. Isso se deve provavelmente à existência de outros estabelecimentos de ensino secundário na cidade, gratuitos ou com taxas mais modestas. A procura do curso Normal é ^{den}ascendente pois é a única escola desse tipo na cidade, até 1950.

Todo juízo objetivo acerca das instituições de ensino no Brasil deve levar em conta como as mesmas se enxertaram nas tradições escolares do século XX.

O método que seguimos ao descrever a evolução / do Colégio Santo André e os documentos que consultamos, ~~mas~~ permitem^{nos} apresentar um balanço objetivo do resultado dos esforços da Congregação das Religiosas de Santo / André. O esforço pedagógico realizado durante um século nas mais diversas nações, o esforço de mais de meio século em nosso país, e o esforço de mais de seis lustros em São José do Rio Preto, fala por si ~~mesmo~~ em favor / próprio.

No Brasil, acrescenta-se que não é tão fácil / levar a cabo a estruturação de um sistema de ensino duradouro, no curso de gerações (de 1913 aos nossos dias).

Devemos ressaltar que em matéria de educação, as religiosas não foram nem revolucionárias, nem inovadoras. Não pretenderam romper com as tradições escolares vigentes, nem mesmo trouxeram-lhes contribuições inéditas. / Ajustaram-se às exigências da sua época e procuraram satisfazer-lhes com a perfeição que lhes foi possível.

O êxito das escolas fundadas não teria sido um nino, se seu conceito sobre a educação não houvesse cor-

respondido às necessidades mais profundas da época. Isso tem sido reconhecido por aqueles que as visitam e as frequentam.

Fundado exclusivamente com a função de atender à clientela feminina e à formação intelectual e moral das futuras mães e mestras, o Colégio "Santo André" leva em conta que o período escolar coincide com o período de desenvolvimento biológico com grandes transformações do corpo, do espírito e da sociabilidade.

Se a obra educacional das religiosas de Santo André responde a um ideal, esse ideal foi concebido por inteligências extraordinariamente realistas e de conformidade com as necessidades de uma época determinada, e à capacidade de assimilar e atender às exigências novas.

Por ocasião das comemorações das Bodas de Prata do Colégio de Rio Preto, foi escrito em artigo publicado no jornal "A Notícia", de 13 de maio de 1945:-

"O futuro mostrará, de modo bem visível o papel que o afamado educandário tem desempenhado na vida local e regional, mas não há quem conhecendo Rio Preto e sua zona, nestes 25 anos não tenha já notado a influência profundamente benéfica exercida pelo Colégio nos costumes da cidade, através de um ambiente familiar, mediante a formação educativa e polimento de caráter de muitas centenas de moças, grande parte das quais hoje em dia mães de família em quem a educação recebida no Santo André deixou traços indeléveis, concorreu poderosamente para a criação do nosso "standard" de costumes e hábitos sociais. (...) A firmeza da orientação dada desde o início do educandário e sustentado ao longo destes anos deu em resultado um magnífico instituto educa-

tivo que possuínos e que é um dos melhores títulos de nossa cidade. Assim, o acontecimento que no próximo mês se comemorará há de ser, certo, não apenas uma festa / das madres de Santo André; das antigas alunas e do seu Colégio, se não também uma festa de que prazerosamente participarão os riopretenses e de um modo geral a população desta zona".

A descrição que apresentamos neste trabalho vai até 1950. Cremos que a avaliação feita pelo articulista com relação aos lustros de atividades do Colégio Santo André se aplicam à todo o período ora estudado.

2. LYCEU "SÃO JOSÉ"

Dentre as instituições de ensino de grau médio/que tiveram importância na evolução da comunidade de Rio Preto, no período anterior à 1930, destaca-se o Lyceu "São José", que durante anos preparou a juventude /riopretense aos exames parcelados e aos cursos superiores. Impossível determinar, com segurança, as datas que assinalam o marco inicial e o término de suas atividades educacionais. Os documentos existentes nos oferecem pequena série de dados e acontecimentos com os quais podemos traçar um esboço sumário de alguns momentos da vida deste estabelecimento secundário.

A entidade, inicialmente, tem o nome de COLÉGIO SÃO JOSÉ e seu diretor é o Professor João Chaves (1), /que recebe, como tutela da Prefeitura Municipal, modesta subvenção mensal. Dois anos depois, a referida instituição, já sob a designação "LYCEU SÃO JOSÉ", conta com o mesmo auxílio mensal, desde que funcione "obedecendo/ aos Estatutos apresentados" (??) "e sob imediata fiscalização do auxiliar de inspeção estadual".(2)

(1) Lei Municipal nº424, de 23/3/1920: "manda pagar auxílio ao Director do Colégio "São José", prof. João Chaves

(2) Lei Municipal nº42, de 22/5/1922, art.2º.

Mais tarde, a 2 de janeiro de 1924, o prefeito Dr. José Amâncio de Faria Motta, promulga a lei decretada pela Câmara, sob nº 120, que "autoriza a construção de um prédio destinado a um Collegio em terreno que for mais conveniente e mediante planta que for apresentada/pelo Inspector de Obras e aprovada pela Prefeitura, despendendo-se no dito prédio, até a importância de cinquenta contos de réis".(3)

"O prédio poderá ser feito ou por empreitada / ou por administração e o preço convencionado será pago em prestações semestrais". Logo que seja concluído "será entregue ao director do Collegio "Lyceu São José", desta cidade, pelo prazo de dez annos improrrogáveis, mediante a cláusula de arrendamento gratuito ("commodato") para no mesmo ser instalado o Lyceu São José". Findo esse prazo, "o director do Lyceu fica na obrigação de fazer a entrega do prédio à Prefeitura, no mesmo estado em que o recebeu e de zelar do mesmo, durante aquêlo período, salvo convenção em contrário".(4)

Dessa forma, a Prefeitura Municipal de Rio Preto, pretende oferecer os recursos materiais para instalação de um Colégio onde funcionará o "Lyceu São José" já existente, e para o qual em 1920 oferecia modesta / subvenção mensal. Suas exigências, porém, não se restringem apenas ao aspecto material do estabelecimento.

A Lei nº 120 estabelece diretrizes para o ensino a ser aí ministrado, no intuito de garantir o seu

(3) Lei Municipal nº 120, de 2/1/1924. Art. 1º.

(4) Idem, art. 2º, 3º e 4º.

funcionamento dentro dos padrões de ensino recomendados nos grandes centros do país. Por isso, "o director do Lyceu "São José" fica na obrigação de installar um Collegio para o ensino primário e secundário, cujo programma official seja o mesmo adotado pelo Collegio D. Pedro II, da Capital Federal e de ceder, gratuitamente, matrícula para cinco alunos pobres externos".(5)

Como todos os estabelecimentos de ensino secundário das primeiras décadas do século XX, subvencionados pelas Municipalidades, almejam copiar o paradigma -- Colégio Pedro II -- empenhando-se em preparar uma "Elite", que se recomende pela esmerada formação humanística, a qual os cursos superiores ou técnicos apenas se acrescentem, sem diminuir-lhe a importância ou ofuscar-lhe o prestígio.

De conformidade com o padrão imposto (6), o Lyceu São José deveria compreender duas secções: internato e externato. "Em ambas as secções se fará em cinco annos um curso gymnasial sufficiente para ministrar aos estudantes sólida instrucção fundamental, habilitando-os a prestar, em qualquer academia, rigoroso exame vestibular".(7)

(6) Leis municipais que especificam o "Lyceu São José": lei nº 424, de 24/3/1920 (subvenção); lei nº 42, de 22/5/1922, (auxílio); lei nº 120, de 2/1/1924 (autoriza construção do prédio); lei nº 22, de 14/10/1926 (subvenção); lei nº 30, de 30/10/1926 (subsídio); lei nº 3, de 27/10/1927 (subsídio); e lei nº 719, de 25/10/1929 (subsídio).

(7) Decreto Federal nº 11.530, de 18/3/1915. Art.157, es.

(5) Lei municipal nº 120, de 2/1/1924, art.5º.

Em 1925, o ensino secundário, entendido como "prolongamento do ensino primário, para fornecer a cultura média geral do país", compreende um conjunto de estudos com duração de seis anos, pela forma seguinte:

- 1º ano: Português, Aritmética, Geografia Geral, Inglês, Francês, Instrução Moral e Cívica, Desenho.

- 2º ano: Português, Aritmética, Geografia (Chorografia do Brasil), História Universal, Francês, Inglês ou Alemão, Latim, Desenho.

- 3º ano: Português, História Universal, Francês, Inglês ou Alemão, Latim, Álgebra, Desenho.

- 4º ano: Português (Gramática Histórica), Latim, Geometria e Trigonometria, História do Brasil, Física, Química, História Natural, Desenho.

- 5º ano: Português (Noções de Literatura), Cosmografia, Latim, Física, Química, História Natural, Filosofia, Desenho.

- 6º ano: Literatura Brasileira, Literatura das Línguas Latinas, História da Filosofia, Sociologia. (8)

Esse plano de estudos confere aos estabelecimentos de ensino secundário de tipo clássico, predominância dos estudos literários e adaptados menos às condições / especiais do meio do que às tradições morais e intelectuais do país. Os estudos científicos, intercalados com os de línguas clássicas e modernas, são acentuadamente europeizantes e, como tal, não poderiam deixar de ser meras "informações".

O ano letivo está dividido em dois períodos: o primeiro, de 1º de abril a 15 de julho; o segundo, de 1º de agosto a 15 de novembro. Os períodos de 15 a 31 de

(8) Decreto nº 16.782 A, de 13/1/1925. Art. 47 e ss.

julho e de 1º de janeiro a 1º de março serão considerados férias escolares. O curso é dado por meio de preleções de 50 minutos e de aulas práticas, com intervalo de 20 minutos para o recreio, no período da manhã das 7,30 às 11 horas ou no período da tarde, das 12,30 às 16 horas.

As taxas, em qualquer dos anos da escola, são / cobradas mensalmente. Segundo o testemunho de ex-alunos, as mensalidades variam de ano para ano, em 1924, Rs.- 15\$000; em 1925, Rs.20\$000 e em 1926, Rs.25\$000, mensais inclusive o período de férias de "verão".

A Lei Municipal nº 120, esclarece ainda que "fica o Dr. Prefeito Municipal auctorizado a lavrar o competente contracto, na ocasião da entrega do prédio, com o professor Virgilio Nogueira Chaves e de consignar no / mesmo as cláusulas que reputar indispensáveis à garantia dos interesses do Município". "O numerário destinado ao pagamento da construção do prédio e despesas para a aquisição ou desapropriação do terreno será tirado na / verba "Obras Públicas", e conclui, "fica extinta a subvenção de Rs.300\$000 mensal, que é dada ao Professor / Virgilio Nogueira Chaves, logo que, na forma do artigo/ 3º lhe seja feita a entrega do prédio!" (9)

Diversos foram os arrendatários do Colégio "Lyceu São José". O "commodato especificado em lei, não impedia que o contrato fôsse transferido a terceiros. Desconhecemos porém, as condições e o sistema de transferência ou substituição adotados para o caso. O Lyceu es

(9) Lei Municipal nº 120, de 2/1/1924, art. 6º, 7º e 8º respectivamente.

têve sob a direção dos seguintes professores:

- 1920, João Chaves (10); 1922/1926, Virgílio Nogueira Chaves (11); 1926, Antonio Carlos da Fonseca (12); / 1926/1928, José Carlos dos Santos (13).

O corpo docente contou com os préstimos das seguintes pessoas: Francisco Cimino, Antonio de Mendonça, Dr. Aureliano de Mendonça, Profs. Herbert, Romualdo, Luciano Terra, Julieta Baraldi, Meirice Cabral e o "Cônego". Não pudemos estabelecer o ano em que lecionaram, / Quanto ao "Cônego", citado muitas vezes pelos ex-alunos nas entrevistas, somos levados a identificá-lo com o / Revmo. Cônego Doutor Arthur Augusto Teixeira Barbosa da Guerra Leal que, conforme os apontamentos do Livro do Tombo da Catedral de Rio Preto, tomou posse do cargo de Vigário da Paróquia a 6 de maio de 1924 e foi substituído a 21 de setembro do mesmo ano. Era ôle, encarregado / das aulas de "civilidade", como se recordam os ex-alunos.

De acôrdo com os depoimentos colhidos, entre os jovens da década dos anos vinte que cursaram o Lyceu S.

(10) Lei Municipal nº 424, de 23/3/1920.

(11) Leis nº 42, de 22/5/1922 e nº 120, de 2/1/1924.

(12) Edital:- "Comunica-nos o Sr. Professor Antonio Carlos da Fonseca que acaba de firmar contracto de arrendamento do Lyceu São José, desta cidade, que va e ser dirigido por S.S. e pela Exma. Senhora. A matrícula, para este estabelecimento de ensino, abrir-se-á, no próximo / dia 15". Publicado no Jornal "A Notícia", de Rio Preto, de 15 de março de 1926.

(13) A lei municipal de 14 de outubro de 1926 destina / subvenção mensal ao diretor do Lyceu: José C. dos Santos.

José, temos os senhores: Neif Nasser, Eduardo Matheus Chaves, citado como "inteligente estudante que comandou a linda festa em comemoração ao grande vulto nacional:-- Tiradentes"(14), Renato Peregrino da Silva, Anoar Sabino, Joaquim Faustino dos Santos, Justino de Carvalho, / Tomás de Aquino, Kalim Cury, José Elias Caux, Benedito e Antonio Fidelis, Lauro Demonte, Arlindo Camareiro, Anisio José Moreira e Aluisio Nunes Ferreira.(15)

Reunindo as informações de alguns dêles, esboçamos um quadro da vida escolar do citado Colégio: -- Cada sábado levava o aluno para casa uma nota semanal com / observações sobre "frequência", "lições" e "comportamento", para que os pais pudessem fiscalizar como se conduziam os filhos. Quanto aos castigos, como toda escola / do interior, consistiam em admoestações particulares ou perante os colegas e os professores, inutilização das "notas semanais" e consequente rebaixamento na classificação do fim do ano; permanecer de pé algum tempo; privação do recreio; apanhar papel picado lançado no chão; retenção depois das horas habituais de aula para cópia de sentenças referentes à falta cometida ("não devo fazer....") e, nos casos mais graves, aplicação da palmatória (ou da vara de marmelo). Funcionando a escola em prédio adaptado, não havia pátio apropriado para os exercícios ginásticos ou jogos de qualquer natureza. O recreio era aproveitado para dar "um pouco de movimento ao corpo, principalmente às pernas e à língua, compensando as horas de imobilidade e mudez". Assim, o menino

(14) Artigo publicado in "A Notícia", de 23/4/1926.

(15) Os dois últimos foram Deputados Estaduais.

te, vindo da fazenda para a cidade, aumentou seus conhecimentos de português, estudando a gramática, e iniciou o estudo do francês, do latim, do inglês. E, estudou / com tal empenho e proveito que obteve nota para aprova-
ção.

As últimas referências escritas sobre este Colégio são encontradas no Album Illustrado da Commarca de Rio Prêto, 1927/1929. A primeira, nos informa que, em 1927, funcionava o Lyceu com três classes e estavam matriculados quarenta e quatro alunos. A segunda referência, está contida no artigo de J.A.Martins Gomes: Os grandes problemas de Rio Prêto, no mesmo Album:--."É verdade que o seu concurso pode prestar os melhores e mais benéficos serviços ao povo, como tem prestado mui digna e honradamente outros estabelecimentos de Ensino dos quais / quase não se falla e entre os quais seria justo destacar o Collegio Santo André, dirigido pelas religiosas dessa instituição a quem tanto devemos e o Lyceu São José dirigido pelo culto professor José Carlos dos Santos, sem fallarmos das tantas outras instituições de ensino particular que brilhantemente e poderosamente tem contribuido com a luz de sua intelligência e o enorme sacrificio de seu apostolado, para a illustração do carater de centenas de indivíduos que ahí accordam pela doutrinação lúcida, as faculdades lactentes na sua estrutura intellectual..."

A última informação sobre aquêle que se supõe / ^{ter sido} o primeiro estabelecimento de ensino secundário, acadêmico, de Rio Prêto, é encontrada na Lei nº 719, de 25 de outubro de 1929, da Prefeitura Municipal. Mais / uma vez, lhe é destinada uma subvenção, agora no valor /

de Rs.2.400\$000 (dois contos e quatrocentos mil réis). É curioso, porém, que nos anos entre 1920 e 1926, as subvenções eram no valor de Rs.300\$000 mensais, perfazendo Rs.3.600\$000 ao ano. A dotação de 1929, atinge a cifra anual inferior, indicando sensível diminuição de recursos disponíveis pela entidade. Isto, provavelmente, veio dificultar a manutenção do Lyceu, se considerarmos que as contribuições dos alunos escasseiam com a queda do número de alunos inscritos.

Depois disso, alguns depoimentos verbais, e nada mais. O Colégio "Lyceu São José" desaparece da história das instituições educacionais de Rio Preto sob um sigilo inexplicável. O ano de 1929 foi um ano de crise e os dois seguintes, de transição e dificuldades financeiras. Não há quem saiba ou queira informar, quando, como e porque o Lyceu deixou de existir. Os motivos apontados, em caráter reservado e após grande insistência, são diversos: a doença grave de Prof.Dr.Aureliano de Mendonça; a decrepitude do diretor José Carlos dos Santos; o pequeno número de alunos; a ausência de fiscalização e oficialização dos cursos; e finalmente, o aparecimento de outras escolas de nível secundário na cidade.

Os ex-alunos entrevistados referem-se ao Lyceu e ao seu corpo docente e administrativo com profundo respeito e extraordinário carinho, considerando-os Pioneiros na difusão da cultura e do saber na interior paulista.

3. GYMNASIO SÃO LUIZ DE RIO PRÊTO.

Considerando, como René Hubert, que "cada sociedade é levada a construir o sistema pedagógico que convém a suas necessidades, a seu espírito, e, mais ainda que a suas necessidades materiais, a suas concepções do homem e à vontade de preservá-las", (1) poderemos tentar compreender o esforço que mais um grupo de homens, residentes em Rio Prêto, empreenderam com o objetivo de organizar e fazer funcionar um novo estabelecimento de ensino médio, acadêmico.

Em 1928, a cidade possuía apenas três entidades de ensino médio: um Colégio, exclusivo para moças, um **Liceu** para rapazes e uma Escola de Comércio. Alguns insistiam que era preciso mais e o Ginásio São Luís de R. Prêto, fundado pelo Dr. Assonipo de Sarandy Raposo, advogado, professor e ex-examinador do Colégio D. Pedro II do Rio de Janeiro, veio aumentar o número das instituições escolares de Rio Prêto.

Participaram ativamente neste empreendimento, os senhores Enoch de Moraes e Castro, funcionário do Banco do Brasil nesta cidade e, vice-diretor do Estabelecimento, os "Lentes":- Dr. Augusto de Medeiros, Dr. Floriano

(1) R. Hubert: História da Pedagogia. P. 4.



de Lemos, J.A.Martins Gomes, Dr.Mario Campos, Dr.Espiridião Queiróz Lima, Dr.Theotônio Monteiro de Barros Filho, Dr.Guimarães Santos, e as professoras Bartira Almeida, Hilda F.Sacramento e Alzorina S.Sacramento.

Em julho de 1928, o Ginásio começa a funcionar / em regime de externato, com oitenta alunos, "matrícula que seria bastante elevada se não tivesse começado no meio do anno os diversos cursos, em virtude de muitos / paes terem já matriculado seus filhos em outros collegios de cidades próximas", comenta o Autor do artigo sobre o citado Ginásio, inserido no Album Illustrado da Commarca de Rio Preto, publicado em 1929.

Pelo quadro de professores e pela referência aos "diversos cursos", no artigo acima citado, somos levados a formular a hipótese de que além do curso secundário eram ministrados os cursos primário e de datilografia, no próprio Ginásio. Trata-se, contudo, de simples conjectura, pois nada podemos apurar.

Para o ano seguinte, cogita-se da fundação de um internato que amplie as possibilidades de atendimento da população em idade escolar, vindas de outras cidades. Para este fim, organiza-se uma comissão constituída pelo Dr.Adolpho Guimarães Corrêa, Dr.Assonypio de Sarandi Raposo, Dr.Espiridião Queiróz Lima, Srs.J.A. Martins Gomes, Chaim José Elias, Edgard Caramurú, Dr.Theotônio Monteiro de Barros Filho, Alberto Ismael e Belmiro José Gomes,. Fundam uma Sociedade Anônima, por ações, da qual são os incorporadores. O projeto porém, não foi concluído.

Os fundadores do Ginásio São Luís alimentavam /



uma outra idéia:-- a Municipalização da Entidade. A 18 de junho de 1929 é promulgada lei (2), que diz:-- " O / Gymnasio de Rio Prêto é considerado estabelecimento municipal de ensino, passando a denominar-se Gymnasio Municipal de Rio Prêto". "Reger-se-á por estatutos próprios, sob a condição de adóttar o programa do Collegio Pedro II". "As relações entre o Gymnasio e a Municipalidade, decorrentes da nova situação criada pela presente lei serão regulamentadas por um contracto entre as duas partes, ficando o Prefeito autorizado a assigná-lo".

O contrato realmente é firmado no dia 11 de julho do mesmo ano, nos seguintes termos:

"Aos onze dias do mez de julho de 1929, na Secretaria da Câmara Municipal de Rio Prêto, alli presente, o Sr.Dr. Cenobelino de Barros Serra, Prefeito Municipal, como seu representante, compareceu o Sr.Dr. Assonipo de Sarandy Raposo, director do Gymnasio Municipal de Rio Prêto, para o fim de assignar o contracto a que se refere o artigo terceiro da Lei nº711, de 18 de junho do corrente anno, da Câmara Municipal de Rio Prêto, estabelecendo as obrigações recíprocas entre o Gymnasio Municipal de Rio Prêto e a Municipalidade, decorrentes/ da sua Municipalização, decretada pela mesma lei, sob as seguintes cláusulas:

1º. A Câmara Municipal de Rio Prêto e o Gymnasio se compromettem a cumprir o disposto no capítulo X, do decreto federal nº 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925, no que se refere à equiparação dos gymnasios.

2º. A direção technica e a organização financeira /

(2) Lei municipal nº 711, de 18 de junho de 1929.

do Gymnasio continuarão a cargo do Director do Gymnasio Municipal de Rio Prêto, o qual gosará de completa autonomia didac**ti**ca, administrativa e econô**m**ica.

3^o. A Câmara Municipal, pelo acto da Municipaliza**ç**ão do Gymnasio, não assume compromissões pecuniários pa**ra** com o Gymnasio, nem para com terceiros, salvo as / obrigações decorrentes do capítulo X, do já citado decreto federal nº 16.782 A.

Para constar, lavrou-se este termo. E eu, Zacharias D'Avilla, secretário da Prefeitura Municipal, o es**crevi** e assigno! (3)

Todo o contrato de Municipalização do Ginásio / está, pois, baseado no Decreto federal nº 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925, que entre outras medidas, reforma o ensino secundário. Segundo êle, os estabelecimen**tos** de ensino particular poderão obter juntas examinado**ras**, para os diferentes anos do curso secundário, desde que sejam observadas as seguintes condições:- "I. ser a concessão proposta pelo Direto Geral do Departamento Na**ci**onal do Ensino e deferida pelo Ministro da Justiça e Negó**ci**os Interiores. II. Provar o estabelecimento que / dispõe de corpo docente idôneo e que observa nos seus cursos programa igual ao Colégio Pedro II. III. Depositar a quantia necessária para a remuneração dos membros das juntas examinadoras. IV. Observar as prescrições / constantes do Regimento Interno do Departamento Nacional do Ensino".(4)

(3) Livro de Registro dos Contratos com a Prefeitura Mu**ni**cipal de Rio Prêto. 1923-1938.

(4) Decreto nº 16.782 A., art.270.

Em dezembro de 1928, os alunos do Ginásio São / Luís de Rio Prêto, submeteram-se a exames finais para o primeiro ano ginásial, perante bancas examinadoras procedentes da Capital Federal. O fato demonstra que foram tomadas providências no sentido de obter o reconhecimento oficial da escola. As provas dos exames eram: orais, pela Junta Examinadora, e, escritas, por Comissão diversa, designada pelo Diretor do Departamento Nacional do Ensino. "As provas escritas, rubricadas pela Junta Examinadora, serão enviadas à Comissão, imediatamente pelo Correio, sob registro, como serviço público".(5) Os alunos poderão inscrever-se apenas para exames nas matérias do seu ano de curso, "não lhes sendo permitido exame de mais de um ano do curso em uma só ou nas duas épocas sucessivas".(6)

A exigência contida na Lei Municipal nº 711, de 18 de junho de 1929, com relação à adoção dos programas do Colégio Pedro II, se justifica. Para haver perfeita/ equivalência nos cursos e possibilidades de transferência de seus alunos, torna-se indispensável que os ginásios equiparados observem o plano de ensino do citado / estabelecimento. Para muitos, porém, "não é cabível a sua subordinação aos programas do collegio official, por que isso seria realmente attentar contra a verdadeira/ autonomia didáctica do magistério dêsses institutos".(7)

O ensino secundário é entendido, na época, como

(5) Decreto nº 16.782 A., art. 276.

(6) Idem, art. 273.

(7) José Bernardino Paranhos da Silva: Consolidação da Legislação Federal do Ensino Superior e Secundário. p. VII

"prolongamento do ensino primário, para fornecer a cultura média geral do país," compreende seis anos de estudos e as mesmas disciplinas já especificadas no ~~relato~~/ anteriormente feito sobre o Lyceu São José.

O Ginásio Municipal de Rio Preto funcionou no prédio sito à rua Antonio de Godoy esquina com a ~~Tira~~ dentes, até fins de 1930, sob a direção do Dr. Assonipo de Sarandy Raposo. A propriedade do estabelecimento bem como a sua direção são transferidas ao Dr. Augusto de Medeiros, que assume o cargo a 20 de fevereiro de 1931(9). A partir de então, nada mais se sabe a respeito deste / Estabelecimento de ensino médio.

O Ginásio Municipal, com apenas quatro anos de duração, desaparece sem deixar nada registrado. Seu corpo docente é absorvido, quase integralmente, pelas demais instituições de ensino existentes na cidade e o / mesmo, cremos deva ter ocorrido com o corpo discente,

Considerando que a lei municipal que municipali-
zou a escola e o contrato estabelecido entre as partes, garantiam autonomia completa ao diretor da entidade, so-
mos levados a conjecturar que o fechamento do Ginásio /
Municipal se deve, principalmente, ao desinterêsse do
nôvo proprietário em manter a escola em funcionamento, /
embora fôsse dela professor desde o início. Talvez por-
que a mesma já não estivesse atendendo às aspirações /
que surgiam, talvez porque o Ginásio Diocesano fôsse /
concorrente sério para o número de alunos que diminuira,

(9) Ofício endereçado ao Prefeito Municipal, assinado /
pelo Dr. Assonipo de Sarandy Raposo, de 20 de fevereiro /
de 1931. Arquivo Municipal: Correspondência.

em virtude das crises econômica e política, respectivamente em 1929 e 1930, e que agora manifestava mais intensamente seus efeitos.

Ao relatar os poucos dados que obtivemos, depois de exaustiva pesquisa, sobre o "Gymnasio São Luiz de Rio Preto," mais tarde "Gymnasio Municipal," destacam-se à primeira vista algumas particularidades: o corpo docente / da entidade, fundada em 1928, já participara na fundação da Escola de Comércio "30 de outubro", no ano anterior; os membros (alguns) da comissão organizadora, destinada a cuidar da construção do prédio para a escola, participaram, alguns anos depois, da comissão constituída para tratar da escolha do ante-projeto de construção do edifício do Ginásio Diocesano; e, as professoras que atuam, no Ginásio São Luiz, provavelmente, são ex-alunas do Colégio Santo André da cidade.

Neste relato, ficam evidenciados os primeiros / passos dados no sentido de oficializar o ensino médio, através da municipalização. Todavia, são ínfimos os resultados positivos, e, é difícil para o historiador concluir, com precisão, quais os motivos propulsores que determinaram a encampação e o fechamento do Ginásio Municipal de Rio Preto. Parece-nos que a entidade buscou reforço nominal, num órgão administrativo mais forte do que ela. Não é apenas isso, porém, suficiente para assegurar a manutenção de uma instituição. Considerando a exiguidade dos documentos e testemunhos, preferimos não concluir sobre o assunto.

4. GINÁSIO DIOCESANO DE RIO PRÊTO.

"Ad Augusta per Angusta".(1)

Nos últimos anos da década vinte, a cidade e a região de Rio Preto atingem extraordinário desenvolvimento econômico-financeiro, graças às abundantes safras de arroz (1927) e café. O ambiente de prosperidade e a confiança no progresso contínuo e ininterrupto, aliados ao anseio de poder oferecer às jovens gerações as condições indispensáveis a uma formação intelectual e técnica aprimorada, incentivam o aparecimento e a união dos esforços de pessoas interessadas em promover a educação sistemática na cidade. Aos pais, agradava a idéia de / poder dar aos filhos, sem ter que vê-los se separar, ~~ne-~~ **lhor instrução** do que aquela que eles próprios, quando jovens, tiveram oportunidade de receber. Ao Poder Municipal, agradava, igualmente, a idéia de colocar-se entre as cidades do interior capazes de atender às necessidades básicas de seus municípios.

Do desenvolvimento da cidade e região, em todos os setores, parte também a exigência de melhores condições de funcionamento para as escolas existentes ou que

(1) Lema do Ginásio Diocesano, adotado em 1931.

estão para se instalarem. Se a população carece de instrução, primária e secundária, é indispensável que as escolas que se propõem fornecê-la, o façam num ambiente de estabilidade e segurança, de tal modo que os alunos/tenham instrução de alto nível e que esta seja reconhecida pelos poderes públicos, através do reconhecimento dos certificados que distribuem.

Històricamente, o Ginásio Diocesano concorre para a solução desta situação que se agravava, dia a dia. Com êle se inicia, definitivamente, o ensino secundário para os meninos em Rio Prêto. Mais tarde, através da /doação de seu prédio e de suas instalações materiais, pela Municipalidade ao Poder Estadual é que a cidade consegue o primeiro ginásio oficial, mantido pelo Estado.

No estudo das instituições de ensino médio rio-pretense, o estabelecimento de ensino que ora abordamos, desempenha papel de relêvo, cuja importância não nos é permitido desconhecer. Durante dez anos de atividades /ininterruptas, destaca-se na Região como instituição de organização definida.

Pedagògicamente, a vigência do Ginásio Diocesano é coroada de êxito, seja no número de matrículas, sempre crescente, seja na qualidade do ensino ministrado, patenteado no sucesso profissional dos alunos que se encaminham para funções liberais.

A obra educativa nêle realizada, não só é um dos fatores atuantes nas reivindicações culturais e educacionais da cidade e da região, senão também, que a ela se acha ligada grande parte da elite intelectual, religiosa, política, econômica e escolar atuantes das e nas últimas décadas.

Seus ex-alunos desempenham hoje, funções de responsabilidade e projeção, nos diversos setores da vida comunitária, como sacerdotes, médicos, advogados, professores, magistrados, farmacêuticos, dentistas, inspetores de ensino, funcionários públicos. Para não lembrar senão alguns, dos muitos que nêle cursaram o curso secundário fundamental, citamos: Dom José Joaquim Gonçalves, Bispo Auxiliar e Vigário Capitular da Diocese de Rio Prêto (1967); Oscar de Barros Serra Doria, Edgard / Licurgo Archimedes Beolchi, Fernando Purita, Tasso do Amaral Botelho, Radovir Antonio dos Santos, Arnaldo Rossi, Aniloel Nazareth Filho, Irineu Sanches, médicos; Basileu Toledo França, José Jorge Cury, Eduardo Ferreira / Fontes, advogados; Dionízio Fedozzi, dentista; Araury / Assis Ferreira, professor; Adib Buchala, Dario Berto, Paulo Nunes Ferreira, Anoar Calil Casseb, Eladio Arroio Martins, Osmar Milani, Michel Raduan, Luiz Sérgio, Miguel Tranjan, Antonio Ferez Kfourri e outros.

Disto, ^{poderemos supor} ~~se considerarmos~~ que é para o ginásio e escolas superiores que afluem os rapazes do tempo, com possibilidades de estudar. As atividades públicas, administrativas e políticas, postas em grande realce pela vida do município e do Estado, e pelo regime burocrático-democrático, assim como os títulos conferidos aos que concluem cursos, contribuem cada vez mais para valorizar o letrado, o bacharel e o doutor, constituindo com as profissões liberais, o principal consumidor das elites intelectuais.

Para maior compreensão do papel desempenhado pelo Ginásio Diocesano de Rio Prêto e o alcance de suas / realizações, julgamos oportuno indicar suas origens e

as grandes linhas que o caracterizam.

Um dos pontos centrais do plano apóstólico do Vigário da Paróquia de Rio Preto, em 1929, Padre Joaquim Manuel Gonçalves, é a instalação de uma instituição de ensino secundário, para meninos e rapazes. Contando com a aprovação de Dom José Marcondes Homem de Mello, arcebispo de São Carlos e Administrador Apostólico da Diocese de Rio Preto, empenha-se em conseguir adeptos à concretização de seu plano:— fundar um Ginásio.

A esta época, Rio Preto contava com um estabelecimento de ensino médio destinado às meninas, dois estabelecimentos para ambos os sexos: o Liceu São José e o Ginásio Municipal (2), os dois últimos, sem grandes / perspectivas de se firmarem.

A 14 de agosto de 1929, a convite de Pe. Gonçalves, concentra-se, na Casa Paroquial, um grupo dedicado ao magistério, para uma reunião "com o fim de ultimar a fundação do Gymnasio Diocesano de Rio Preto, (...)idéia que não era preciso encarecer aos presentes, da necessidade da fundação de um estabelecimento de ensino secundário, nesta cidade, estabelecimento que satisfizesse / amplamente os desejos de todos quantos querem, sinceramente, dar sólida educação moral e intelectual a seus / filhos". Para isso o pároco "contava com o concurso valioso de todos os presentes, para que o Gymnasio Diocesano de Rio Preto fôsse uma afirmação categórica do mui

(2) Vide V.3- Ginásio São Luís. A Municipalização do citado estabelecimento se deu por força da Lei Municipal, nº 711, de 18/5/1929. O contrato entre a Prefeitura e o diretor da Escola foi lavrado a 11/7/1929.

to que pode e quer o elemento intelectual desta cidade",
Enfim, "dotar Rio Prêto de um estabelecimento à altura/
de seu progresso".(3)

Muitas dificuldades deveriam ser superadas. Uma
delas, de ordem financeira. Padre Gonçalves, declara em
reunião que "no momento, não podia dispor o novo estabe-
lecimento de ensino do auxílio pecuniário de qualquer /
natureza", e esperava a colaboração gratuita dos profes-
sores. Para poder orientar sua ação, esperava que " os
presentes se manifestassem com toda a sinceridade sobre
se podiam ou não, prestar os seus serviços profissionais
gratuitamente". Em resumo, "os presentes manifestaram--
se declarando prestar seu concurso, independentemente /
de qualquer remuneração, até que o Gymnasio Diocesano /
estivesse em condições financeiras de lhes pagar uma /
gratificação ou ordenado digno do esforço de cada um em
particular".(4)

Em seguida, a indicação de Pe.Gonçalves para /
que a direção do Ginásio fôsse entregue ao Prof.Francis-
co Felipe Caputo, foi submetida à apreciação dos presen-
tes e aprovada. Deliberou-se ainda, que "As aulas come-
çariam a funcionar dia 16 de agosto, depois de amanhã ,
como já estava anunciado e o senhor Director do Gymnasio,
incumbido de distribuir o professorado de accordo com /
as suas aptidões e de conformidade com as suas preferên-
cias".(5)

(3) Ata da Fundação do Gymnasio Diocesano de Rio Prêto,
14/8/1929. Anexo nº 3 . Arquivo do I.E. "Mons.Gonçalves"

(4) Idem.

(5) Idem.

Dois dia depois, a 16 de agosto de 1929, no prédio da Casa Paroquial, na rua Plínio de Godói, 8, esquina com a Voluntários de São Paulo (6) e com carteiras / tomadas por empréstimo ao Primeiro Grupo Escolar da cidade, as aulas dos cursos primário, admissão e ginásial foram iniciados.

Em dezembro deste mesmo ano, os alunos do curso de admissão foram a Jaboticabal, prestar os exames ao primeiro ano ginásial, no Ginásio Municipal São Luís da aquela cidade.

Neste mesmo mês, os alunos inscritos aos exames de admissão ao primeiro ano da Escola de Comércio de / Rio Preto, do Ginásio Diocesano, prestaram os exames es eritos de português e aritmética, perante a banca exami nadora presidida pelo Sr. Carlos Junker, diretor da Esco la de Comércio de Jaboticabal, na qualidade de Inspetor. Após o julgamento das provas escritas, iniciaram-se as argüições orais. Além do Inspetor, estiveram presentes: "o diretor da Escola de Comércio de Rio Preto, sr. Fran cisco Felipe Caputo, e o Padre Domingos da Silva Braga, examinador!" Os alunos inscritos: Domingos Chaves, José Bignard, Eduardo Chaves, José Balthazar Scitter, Osma-ny Silveira Mendes, e Moacir Colturato, foram aprovados com notas que variavam, de 4,0 a 10,0.

Quando se relata a história do Ginásio Diocesa-
no, é totalmente esquecido o fato que relatamos sô-
bre o propósito de nêle ser também ministrado o ensino/

(6) Atualmente, neste local se ergue o Edifício da Caixa Econômica Estadual. O nome da rua Plínio de Godói foi mudado para Siqueira Campos.

comercial. Não resta, porém, dúvida alguma que, inicialmente, foi feito esforços neste particular. A experiência de 1929 está documentada no Livro de Atas dos Exames de Admissão ao Primeiro Ano da Escola de Comércio de Rio Prêto, pertencente ao Arquivo do atual Instituto de Educação "Monsenhor Gonçalves". A citada ata, é a única registrada no Livro e está assinada pelos Professores Maria Duarte de Almeida, Carlos Junker, Francisco Felipe Caputo, Padre Domingos da Silva Braga, Padre Joaquim Manuel Gonçalves e João da Costa Andrade. A iniciativa, porém, não teve prosseguimento. Isso nos leva a refletir sobre as causas da sua existência tão efêmera. Os motivos, pensamos, são de duas ordens:- o número reduzido de alunos que buscaram o ensino comercial e, o funcionamento, na cidade, de uma entidade com o propósito/único de ministrar esse tipo de ensino, a Escola de Comércio "30 de Outubro".

Os resultados do primeiro semestre de atividades do Ginásio Diocesano foram compensadores e no ano letivo de 1930, o número de matrículas cresceu sensivelmente, evidenciando a oportunidade da criação de um estabelecimento de ensino acadêmico e a confiança nele depositada pelos moradores da cidade. Neste ano, funcionam os seguintes cursos: pela manhã, primário e ginásial; à tarde, os "parcellados de Physica,,Chimica, Geometria e História Natural"(7); e à noite, primário gratuito, comercial e aulas de datilografia.(8)

(7)Livro de Atas de Exames, 1930.

(8) No Livro de Ponto do G.Diocesano, em 1930, consta o curso comercial. Não há nenhuma assinatura de professor ou distribuição de aulas. Provavelmente não funcionou.

O movimento revolucionário de trinta provocou, mudanças no sistema de ensino do país. O ensino secundário foi reestruturado com o Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931(9).

Procurando satisfazer às novas exigências legais, o Ginásio Diocesano de Rio Preto, transfere^{se} para um prédio mais amplo, adaptado, de propriedade do Coronel Oswaldo de Carvalho.

Por essa época, a documentação existente mostra como variou a denominação do estabelecimento, que passa a ser GINÁSIO DIOCESANO SÃO LUIZ DE RIO PRETO (10) e não apenas GINÁSIO DIOCESANO. No ano seguinte, porém, em homenagem ao seu fundador passa a denominar-se GINÁSIO / SÃO JOAQUIM DE RIO PRETO e assim permanece até 1938.

A designação Ginásio Diocesano São Luiz de Rio Preto é encontrada no Livro de Atas de Exames do Curso Primário em 1931, e no ofício dirigido ao Prefeito Municipal, Dr. Eduardo Nielsen, pelo Presidente do Centro Cívico Ginasial "Rui Barbosa", João Horst Alberto Richter. Este ofício "tem a honra de convidar V. Excia. e Exma. Família para assistirem às solenidades que promoverá no dia 16 do corrente, em comemoração ao segundo aniversário de fundação do Ginásio Diocesano São Luiz, desta cidade. O programa para estas festividades constará de / trez partes, a saber: a) as sete horas e trinta minutos Missa na Catedral, com comunhão geral do corpo docente e discente do Ginásio, sendo celebrante o Exmo. e Revmo Mons. Gonçalves; b) às nove horas, após o café oferecido

(9) Mais conhecido por "Reforma Francisco Campos".

(10) Livro de Atas de Exames dos Alunos do Curso Primário. 1929-1938.

aos alunos pela direção do Ginásio, haverá a solenidade de entrega das fitas aos Congregados Marianos de São/Luiz; c) às vinte horas, será a sessão litero-musical, em homenagem a sua Excia.Revma.Dom Lafayete Libanio e às famílias riopretanas".(11)

Em outubro dêsse mesmo ano, porém, a correspondência de D.Lafayete Libanio endereçada ao Prefeito Municipal revela a alteração do nome da entidade, para / GINÁSIO SÃO JOAQUIM DE RIO PRÊTO, e comunica que o mesmo, "funcionando sob os nossos auspícios, estará muito/ em breve em regime de inspecção preliminar". (...) "entre tanto, para que o Sr.Ministro da Educação e Saúde Pública despache favoravelmente o requerimento que se lhe dirigiu é necessário, satisfaga o ginásio umas tantas exigências, entre as quais a que se refere ao gabinete de Física, Química e História Natural, cuja aquisição deve ser imediata".(12) Sente-se aí, o interêsse em atender às exigências legais para o reconhecimento do ensino ministrado no Ginásio e o apêlo à união de esforços para a obtenção de recursos para o seu conveniente aparelhamento.

Tendo sido encaminhada solicitação para inspeção preliminar do Ginásio São Joaquim, em 1931, os alunos prestam seus exames no Ginásio do Estado de Ribeirão Prêto (SP). Somente no ano seguinte é que a instituição vê deferido e aprovado o seu pedido (13). Desde

(11) Arquivo Municipal: Correspondência, 14/8/1931.

(12) Idem, 31/10/1931.

(13) Ato de 1º de abril de 1932, publicado no Diário Oficial Federal de 7 de abril de 1932.

então, os alunos não têm mais necessidade de se transportar para outras cidades a fim de realizar os exames, pois os mesmos, quando aqui realizados são reconhecidos pelo Govêrno Federal.

Apesar desta primeira vitória, o ano que se inicia, -1932-, foi um ano difícil para o Ginásio São Joaquim. De um lado, as exigências estipuladas pela Reforma Francisco Campos, de outro, a situação precária generalizada, consequência da instabilidade social e econômica dos últimos anos. Mesmo assim, "as aulas dêste Ginásio estão funcionando com alguma regularidade, apesar de seus professôres e alunos estarem incorporados ao exêrcito constitucionalista", registra o Inspetor do Ensino em sua visita do dia 18 de setembro de 1932 àquele Estabelecimento.(14)

1932 é um ano difícil, mas simultâneamente, um ano de esperanças para Rio Prêto, no setor educacional. Pelo Decreto nº 5.494, de 29 de abril de 1932, "fica / criado um Gymnasio na cidade de Rio Prêto, com os mesmos programas dos demais gymnasios oficiais do Estado". A sua instalação "depende da doação ao Estado, pela Prefeitura Municipal de Rio Prêto, do prédio conveniente, bem como de mobiliário e gabinete necessário ao seu regular funcionamento. Tôdas as despesas de manutenção do Gymnasio, durante dois annos, a partir de sua instalação, correrão por conta da Municipalidade de Rio Prêto, pela forma que fôr estabelecida pela Secretaria da Educação/ e Saúde Pública". Concluindo, diz o decreto: "as primeiras nomeações serão feitas livremente pelo Govêrno do

(14) Anotação nº 16 do Livro de Ocorrências do Ginásio.



Estado".(15)

As exigências estavam expressas de forma clara, a Municipalidade, porém, não encontrou solução rápida / para as mesmas. O Ginásio Municipal não possuía prédio próprio e deixara de funcionar no ano anterior. Na cidade, apenas o Ginásio São Joaquim poderia "vir a ser" o Estadual, mas por esta época não possuía "prédio conveniente", nem "mobiliário e gabinete necessário ao regular funcionamento".

Mesmo assim, a correspondência do Diretor da Escola ao locatário do prédio em que o estabelecimento / funcionava desde 1931, Coronel Oswaldo de Carvalho, e daquele com o Prefeito Municipal Dr. Edgard Nielsen, comprovam a intenção de transformar o referido Ginásio em entidade de ensino estadual.

Ao primeiro, escreve o professor Caputo a 3 de maio de 1932:-- "Estando assentado que a Prefeitura Municipal de Rio Preto encampará o Ginásio São Joaquim, com o fim de transformá-lo em Ginásio do Estado, cumpre levar ao seu conhecimento que, dando início às negociações naquêlê sentido, a partir de 1º de junho próximo, o aluguel do prédio onde funciona este Ginásio, situado a / rua 15 de novembro nº 1.379 (16), e de sua propriedade, correrá por conta daquela Municipalidade, nas mesmas / condições estabelecidas para o corrente ano, isto é, à

(15) Decreto nº 5.944, de 29/4/1932. Assinado pelo Interventor federal, José da Silva Gordo, e por Salles Gomes Júnior. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo XL. 1932.

(16) Rua XV de novembro, esquina com a Jorge Tibiriçá.

razão de quinhentos mil réis (Rs.500\$000²). Para maior / esclarecimento entre as partes, faço esta em três vias, assinando-as comigo o sr. Prefeito Municipal de Rio Prêto, Dr. Eduardo Figueiredo Nielsen".(17)

Em dezembro de 1932, as esperanças alimentadas/ durante o primeiro semestre, desaparecem. O Diretor do Ginásio São Joaquim dirige-se ao Prefeito e "respeitosamente vem expôr e requerer a V.Excia, o seguinte:--

a) em 30 de maio, do corrente ano, foi endereçada/ ao sr. Oswaldo de Carvalho, proprietário do prédio onde funciona o Ginásio São Joaquim, uma carta assinada pelo requerente e pelo Prefeito Municipal de então, Dr. Eduardo Figueiredo Nielsen, pela qual a Prefeitura assumia a responsabilidade do pagamento do aluguel daquele prédio a partir de 1^o de junho, a razão de quinhentos mil réis mensais, doc.1. (18);

b) assumindo aquêlê compromisso, a Prefeitura dava início à transformação do Ginásio São Joaquim em Ginásio do Estado, doc.1;

c) em consequência, porém, de acontecimentos sobre- vindos, não foi possível ultimar as negociações para / instalar o Ginásio do Estado, entretanto, diante das di- ficuldades de ordem financeira com a qual vinha lutando o Ginásio São Joaquim, a Prefeitura houve por bem sus- tentar o compromisso, de conformidade com o expresso na carta aludida;

(17) Ocorrência nº 28, Livro de Registro de Ocorrências do Ginásio São Joaquim de Rio Prêto. Documento nº 1.

(18) O Documento nº 1 é a carta endereçada ao Coronel Oswaldo de Carvalho.

d) em Setembro do corrente ano, a Delegacia Escolar, empenhada em restabelecer o funcionamento dos grupos escolares da cidade, cujos prédios se achavam ocupados, / por forças, entrou em entendimento com a Diretoria Geral do Ensino, Prefeitura local e Diretor do Ginásio S. Joaquim, resultando dêsse entendimento a cessão do prédio do Ginásio São Joaquim, cujo aluguel já estava a cargo da Prefeitura e a locação, por parte do Estado, do prédio do Sr. Chaim José Elias, graças a essas medidas / foram restabelecidas as aulas dos dois grupos escolares da cidade;

e) à vista do exposto, respeitosamente requer à V. Excia. se digne mandar efetuar o pagamento do aluguel / do prédio do Ginásio São Joaquim, à razão de quinhentos mil réis mensais, desde 1º de junho até 21 de dezembro do corrente ano. Por ser de justiça. Pede Deferimento. Ass.F.F.Caputo". (19)

Além dêsses problemas, cuida o Diretor do Ginásio de tôdas as funções educacionais a que a instituição se propôs, tanto no campo intelectual como no campo da educação física ou religiosa. Destacamos duas ocorrências registradas no livro próprio e que atestam essas atenções:-

- "Nº 1. De 31/3/1932.

Ilmo.Sr.Dr.Agostinho Nogueira. Vila Neves.

"Levo ao conhecimento de V.S., para urgentíssimas / providências, o seguinte fato: os seus irmãos e tutelados, matriculados neste estabelecimento de ensino, negaram-se a responder às perguntas feitas pelo Professor /

(19) Ocorrência nº 28, de 6/12/1932.

de Religião, alegando serem ateus. Pouco se me dá ser este ou aquêlo o credo dos referidos alunos. O que não posso consentir, de forma alguma, é que não estudem a matéria e portem-se na crassa ignorância em que se acham, irreverentemente, para com o professor. Pelo Regimento Interno d'êste Ginásio, todos os alunos estão obrigados a assistirem com o mesmo amor e cuidado as aulas de Religião, com que estudariam ou estudam as outras matérias. Aguardo a sua breve resposta para meu govêrno e ultteriores providências. Atenciosas saudações". Ass. Francisco F. Caputo, diretor. (20)

Com relação a educação física, transcrevemos o ofício da 31/3/1932:

"Exmo. Sr. Inspetor do Tiro e Instrução Militar da /
IIª Região Militar.

Existindo nêste Ginásio, que goza das prerrogativas de Inspeção Preliminar, um número de mais de 50 alunos maiores de 16 anos, em condições de receberem instrução militar, de acôrdo com o artigo 73º do Regulamento da Diretoria Geral do Tiro de Guerra, consulto-vos se há / possibilidades de, presentemente, poder-se organizar / uma Escola de Instrução Militar, para funcionar anexa a êste Ginásio. Em caso afirmativo, solicito vossas acertadas providências no sentido de me serem remetidas as instruções necessárias para a já citada organização. / Aproveito, entretanto, de tomar a liberdade de indicar-vos para instrutor militar, o atual sargento do Tiro de Guerra 197, desta cidade, que, sem dúvida, durante a sua curta permanência nesta localidade, já tem demons--

(20) Ocorrência N: 1, de 31/3/1932. Livro de Advertências

trado carinho e desvêlo a tôdas as iniciativas patrióti-
cas. Apresento a V.Excia os meus mais elevados protes-
tos de estima e consideração."Ass.F.F.Caputo, diretor(21)

Do que se pretendia no início do ano quase nada
se efetivou, a não ser o pagamento do aluguel pela Muni-
cipalidade.

O Ginásio São Joaquim transfere-se, mais uma
vez, de prédio. Para a própria sobrevivência da institui-
ção impunha-se a construção imediata de prédio próprio.
A 15 de agosto de 1933, data em que se comemora o quar-
to aniversário de sua fundação, um terreno doado ao Bis-
pado de Rio Preto pelo Sr. Jesus Villanova Vidal (22), "
na presença das autoridades eclesiásticas, civis e mili-
tares, bem como dos representantes das Associações de
Classe desta cidade, do Corpo Docente e Discente do Gi-
násio e de muito povo, procedeu-se ao lançamento e ben-
ção da Primeira Pedra para a construção do novo edifí-
cio do Ginásio São Joaquim, desta cidade de São José do
Rio Preto".(23)

Treze dias após a cerimônia, reúne-se a comissão
(24) encarregada de dar parecer sobre os anteprojetos,
das plantas apresentadas pelos engenheiros Augusto Schi-
mith, Rodolfo Fehér, José A. Kleindienst e Teodoro Fehér
à concorrência pública para esta construção. A escolha
recaiu sobre o anteprojeto apresentado pelo engenheiro/
Rodolfo Fehér, sob o pseudônimo de "S. Paulista".

O arquiteto-construtor se propunha iniciar as o-
bras no prazo de quinze dias e concluí-las no de dez me-
ses, ambas contadas da data da assinatura do contrato /

(22) O terreno doado localiza-se no quarteirão limitado

de construção.

O preço total da obra monta Rs.175.000\$000 (cento e setenta e cinco contos de réis). O pagamento será efetuado da seguinte forma: " primeira prestação, de / Rs.15.000\$000, quando as paredes estiverem a altura do piso do andar térreo; segunda prestação, de Rs.25.000\$000 quando estiverem respaldadas ~~tôdas~~ as lajes de concreto armado, na altura deste pavimento; terceira prestação, de Rs.25.000\$000, quando o prédio estiver coberto; quarta prestação, de Rs.25.000\$000, quando todas as paredes estiverem revestidas, interna e externamente; quinta prestação, de Rs.15.000\$000, quando a obra estiver / concluída; e sexta prestação, de Rs.10.000\$000, sessenta dias depois da entrega das chaves. O pagamento dos / sessenta contos de réis restantes será efetuado em quatro prestações, pagas de seis em seis meses, vencendo / juros de dez por cento anual." (25)

O contrato entre o Bispado e o Engenheiro foi assinado no Cartório de 1º Ofício da cidade de Rio Preto, a 2 de dezembro de 1933. A 19 de novembro de 1934, o prédio foi oficialmente inaugurado na presença de D.La-

pelas ruas Presciliano Pinto, Silva Jardim, Jorge Tibiriçá e Floriano Peixoto. Os impostos sobre o mesmo, referentes aos exercícios de 1932-33, foram cancelados pelos Atos nº 27, de 6/9/1935 e nº 41, de 6/3/1936.

(23) Vide Anexo nº 4 :- Ata do Lançamento da 1ª pedra.

(24) Esta Comissão era composta por Aristides Carradine, Francisco Felipe Caputo, Drs. Euphy Jalles e Felipe Lacerda. Vide Anexo nº 5 e 6.

(25) Ata de 27/10/1933. Vide Anexo nº 6

fayete Libanio, bispo da Diocese, do Prof. Caputo, diretor do estabelecimento, do Corpo docente e discente, autoridades civis e militares, representantes da imprensa e do convidado especial Revmo. Cônego Dr. Henrique de Magalhães.

O Ginásio São Joaquim "tem por fim proporcionar a alunos internos, semi-internos e externos a instrução pré-primária, primária e secundária, necessária e suficiente ao bom desempenho dos deveres de cidadão. Para / consecução dêsse fim devem concorrer o diretor, professores, auxiliares de ensino e auxiliares da direção, cada um na esfera de suas atribuições".(26)

De conformidade com o Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932, "o curso fundamental do Ginásio será feito em cinco anos e as matérias são distribuídas pelas diversas séries. Haverá também aulas de religião e italiano".(27) O ensino de cada matéria será regulado por programas organizados pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, observando-se também, a orientação pedagógica preconizada pelo Departamento Nacional de Educação".(28)

O Diretor representará, oficialmente, o Estabelecimento e "será nomeado livremente pelo Bispo Diocesano, podendo recair a escolha entre os professores do estabelecimento".(29)

(26) Regimento Interno do Ginásio São Joaquim, aprovado a 1º de Outubro de 1934 pelo Bispo Diocesano. Art.1º.

(27) Idem, Art. 2º.

(28) Idem, Art. 6º.

(29) Idem, Art. 7º.

O corpo docente será composto de professores, / contratados anualmente pelo Diretor, dentre os profissionais habilitados perante o Departamento Nacional de Educação, sendo vedado aos mesmos, sob pena de serem excluídos das bancas examinadoras, o exercício do magistério particular remunerado, em relação aos seus alunos / do Ginásio São Joaquim.

O pessoal administrativo e subalterno será nomeado pelo Diretor, "ouvida a autoridade diocesana", e será composto dos seguintes membros: um auxiliar de diretor, um secretário, um porteiro e dois inspetores de alunos.

Os vencimentos dos membros do corpo docente e do pessoal administrativo "serão determinados no começo de cada ano letivo, mediante contrato assinado entre a parte interessada e o diretor".(30)

Mensalmente, no quinto dia útil de cada mês, haverá uma reunião dos professores do Ginásio, sob a presidência do Diretor, "onde só se tratará de assuntos atinentes ao ensino".

Determina o Regimento Interno do Estabelecimento, que a admissão e matrícula dos alunos obedecerá às prescrições ditadas pelos órgãos competentes, o mesmo ocorrendo com o regime escolar.(31) Somente aos alunos / devidamente matriculados, será permitido assistir às aulas dos diversos anos do curso e a presença dos alunos / será verificada pelo próprio professor. A frequência às

(30) Regimento Interno do Ginásio S.Joaquim, art.35º.

(31) Idem, Cap. VII, Arts. 42ª a 69ª

aulas é obrigatória, não podendo prestar exames no fim/ do ano o aluno cuja frequência não atingir a três quartos da totalidade das aulas da respectiva série.

Além disso, o Regimento Interno do Ginásio São Joaquim, em seu artigo 70º, especifica onze deveres a / serem cumpridos pelos alunos. A título de curiosidade, destacamos os seguintes:- (a) "apresentar-se sempre cor retamente vestido, com o máximo asseio e alinhado, não só a própria pessoa e no traje, mas nos livros, cadernos e mais objetos escolares",... (h) "portar-se nos recreios com a moderação conveniente a meninos e moços de fina educação, evitando as manifestações ruidosas, com gritos, vaias, aclamações, etc"... Como tôdas as determinações dêsse tipo, muitas e muitas vêzes não são obedeci-- das, para os casos de desobediência, as penas disciplinares variam de acôrdo com a gravidade da falta cometida, da simples repreensão à expulsão.

Tudo isso encontra justificativa na própria maneira de encarar o processo educativo pelos dirigentes/ do Ginásio. Eles argumentam dizendo: "Dentro dessas / normas é permitido ao aluno a liberdade pessoal, sem prejuízo do seu próprio bem e dos interêsses coletivos. O regime disciplinar está fundado na preocupação de criar no aluno o sentimento dos seus deveres, responsabilidades e direitos. Isto, entretanto, não exclui os processos corretivos que serão aplicados sempre que se tornarem indispensáveis ao aperfeiçoamento moral e intelectual do aluno. Haverá professores encarregados da / disciplina, os quais exercerão a sua influência de maneira que a vida colegial seja tanto quanto possível, a continuação do ambiente da família. Os alunos internos

tem permissão de escrever aos pais sempre que haja necessidade. O Gymnasio, porém, se encarregará de fazê-los / escrever regularmente, aos sábados. Poderão receber visitas dos pais ou pessoas autorizadas dos pais. Serão também sempre permitidas saídas aos domingos e feriados (32) e nos dias de semana em hora fixada pelo Regimento Interno, desde que não perturbem a marcha dos trabalhos dos alunos". Se os pais o permitirem, os alunos internos poderão sair aos domingos e feriados, as 10 horas e regressar as 18,30 horas. Por falta de regularidade na volta, perde-se o direito da saída seguinte. "Serão privados de saída os que se portarem mal ou não tiverem / preparado convenientemente as lições, a juízo da Diretoria, bem como os que tiverem média inferior a 60 em aplicação e a 80 em comportamento. Constituem falta de disciplina gravíssima toda e qualquer saída do aluno, sem ordem da Diretoria. Os casos de reincidência serão punidos com a eliminação".(33)

As contribuições variam se o aluno é externo, / semi-interno ou externo e segundo a série que está cursando. Para dois irmãos, dá-se 10% de descontos, para três irmãos, 15% e para quatro irmãos 20%. O pagamento da contribuição do externato é feita em dez prestações, pagas adiantadamente até o dia 10 de cada mês, exceto a última, que será na segunda quinzena de novembro. Durante o ano, para que o aluno possa prestar as suas provas parciais, tem que estar quite com a Tesouraria do Giná

(32) São considerados feriados:-- todos os dias de festa nacional, os três dias da Semana Santa, os três dias de Carnaval, todos os dias considerados de ponto facultativo

sio. As contribuições do semi-internato e internato são pagas adiantadamente, em duas prestações: a primeira, no ato da matrícula e a segunda, na primeira quinzena de julho. Em anexo (34), apresentamos a relação do enxoval/ exigido ao aluno interno e as taxas de contribuições estipuladas para o externato, internato e semi-internato.

Atendendo às exigências impostas pelo Decreto nº 21.241, de 4/4/1932, a 12 de fevereiro de 1935, é encaminhado um ofício solicitando a inspeção permanente// para o Ginásio São Joaquim. A Comissão designada para/ verificação das condições previstas no art. 51º, do citado decreto, fez minucioso relato do edifício, instalações, material didático; sobre o corpo docente, auxiliares de ensino, reunindo gráficos, tabelas, plantas e documentação fotográfica sobre o mesmo. (35)

Destacamos, do citado Relatório, alguns trechos que ilustram a situação do Ginásio São Joaquim, em 1937.

" A escripta financeira do Gymnasio São Joaquim obedece ao systema de escripturação mercantil, por partidas dobradas, e é feita em livros apropriados, em ordem chronológica de dia, mez e anno, com observancia rigorosa das prescripções do Código Commercial, excepto , quanto às formalidades extrinsecas dos livros, as quaes não estão sugcitos os estabelecimentos de ensino. No início de cada exercício, a direção do estabelecimento elabora um orçamento da receita e da despesa previstas, subordinadas às seguintes contas:

(34) Vide Anexo nº 7.

(35) Vide Anexos nº 8, 9 e 10. .

Receita:

1. Contribuição dos alunos
2. Matrícula
3. Taxa de Inspeção
4. Taxa de Exames
5. Subvenção

Despesa:

A. Gerais, compreendendo:

1. Honorários do Corpo Docente
2. Honorários do Corpo Administrativo
3. Honorários do Pessoal subalterno
4. Manutenção do Internato
5. Expediente
6. Lavagem de Roupa
7. Serviços de Inspeção Federal

B. Contas de Capital, compreendendo:

1. Construções
2. Gabinete de Física
3. Laboratório de Química
4. Museu de História Natural
5. Biblioteca
6. Material para Geografia e História
7. Educação Física
8. Móveis e Utensílios.

"A arrecadação da receita, com exceção da subvenção concedida pela Prefeitura Municipal (36), é feita em

(36) É difícil determinar desde quando a Prefeitura Municipal auxilia financeiramente o Ginásio São Joaquim. Não há nenhuma referência nos anos de 1929 e 1930. Durante o período que vai de 20/9/1930 a 16/2/1937, não /

épocas certas e controladas por um fichário que é elemento comprovante da Contabilidade Geral, e cuja organização permite a verificação prompta do movimento e estado financeiro do estabelecimento. Anualmente, a Contadoria apresenta o balanço geral, em três vias que, depois de aprovado pela direção do Estabelecimento, é levado ao Exmo. Sr. Bispo Diocesano para a aprovação final. A primeira via desse balanço fica em poder da Curia Diocesana; a segunda fica em poder do Diretor e a terceira via é archivada na Secretaria do Estabelecimento."

207/84

"O Gymnasio São Joaquim possui prédio próprio e é mantido pela Diocese de Rio Prêto. As fontes de renda são constituídas pelas mensalidades dos alunos, taxas / de certificados, taxas de exames submetidas à aprovação prévia das autoridades secundárias, subvenção da Câmara Municipal, etc. O patrimônio do Estabelecimento / eleva-se a quinhentos contos de réis (Rs.500\$000), calculados nesse total o valor do prédio, suas instalações, seu material didático,... Para ter-se uma idéia das / condições do seu funcionamento, apontam-se os saldos nos últimos annos de 1935 e 1936, superiores a Rs.40.000\$00 (quarenta contos de réis), em cada um dëlles. Como se trata de Estabelecimento mantido pela Diocese de Rio / Prêto, os saldos são revertidos ao próprio estabelecimento para melhoramento de instalações e aquisição de material didático."

encontramos senão, três informações:-- a Resolução nº16, de 25/4/35, que destina "Rs.12.000\$000 ao G. São Joaquim", o Ato nº 39, de 27/1/36, que concede Rs.10.000\$000 e o



"Outra contribuição que o Ginásio São Joaquim presta em prol da educação da mocidade são os alunos gratuitos, em número de dezoito. Doze destes são indicados pela Prefeitura Municipal que, em verdade, dá ao estabelecimento uma subvenção anual. Seis outros são mantidos pelo próprio Gymnasio que teve ocasião de oferecer um lugar gratuito ao menino reconhecidamente pobre e melhor colocado em concurso realizado entre alunos dos grupos escolares locais".

O Relatório ainda nos fornece outras informações importantes, como por exemplo, aquelas sobre seus professores, organização dos alunos internos, condições do prédio, que transcrevemos a seguir:-

" Todos os professores e auxiliares tem o seu contracto lavrado com a direção do Gymnasio. Os senhores auxiliares de ensino não tem ainda os dois annos de exercício exigidos para o respectivo Registro, de modo que, sob a vista do professor efetivo da respectiva disciplina, vão conseguindo tempo de ensino exigido, dentro da órbita de ação permitida pelas disposições vigentes."

"O educandário mantém um internato, cuja matrícula alcançou o número de cincoenta alunos, o máximo que pode receber nas condições atuais do prédio e em quanto foi fixada pelo diretor do estabelecimento. Os alunos estão divididos em três grupos: maiores, médios, e menores, ocupando respectivamente: doze, vinte e qua-

Ato nº27, de 6/9/35 ("considerando que esta Prefeitura, reconhecendo a utilidade desse Estabelecimento de ensino, o tem subvencionado annualmente"...)

tro e quatorze camas. Os colchões e travesseiros são de capim, renováveis anualmente. Possui o Gymnasio o serviço médico e o serviço dentário, o primeiro é dirigido pelo Dr. Francisco Purita e o segundo pelo cirurgião / dentista Dr. Oscar Arantes Pires". (37)

Para atender às condições higiênicas básicas, a direção do ginásio, com a colaboração da Prefeitura Municipal, faz contrato com a Empresa Melhoramentos de R. Prêto Água e Esgoto S.A., a fim de fazer a ligação do estabelecimento à rede da cidade. (38)

Apesar de obedecer a todas as exigências pedagógicas, de dispor de instalações e material didático em conformidade com o Decreto nº 21.241, de 4/4/1932, Artigo 51º, os redatores do Relatório (39) atribuem ao Ginásio São Joaquim o conjunto final de 9.465 pontos (Local: 96,10%; Edifício 100%; Instalações 97,75%; Salas / de aula 95,30%; e Salas Especiais 87,60%). "Não só pela parte material como pela sua idoneidade e ótimo padrão de ensino ministrado como de parecer lhe seja concedida Inspeção Permanente, de vez que o Gymnasio São Joaquim se coloca entre os educandários que honram a / tradição de um povo e caminha entre os BONS estabelecimentos que avançam numa caminhada gloriosa levando o nome do Brasil e na vanguarda das civilizações".

(37) Relatório do Ginásio São Joaquim. 1937. Patrimônio do Instituto de Educação "Mons. Gonçalves".

(38) Vide Anexo nº 6, deste trabalho.

(39) A Comissão é composta pelos Inspectores Professores José Clozel, Regina (sobrenome ilegível), e Carlos Foot Guimarães.

O Ginásio São Joaquim de Rio Prêto se impôs pela organização e foi reconhecido pelos órgãos competentes. A medida que concretiza os padrões exigidos para um estabelecimento de ensino secundário oficial, determina o seu próprio desaparecimento como entidade particular, porque o velho e acalentado ideal de dotar Rio Prêto de um Ginásio mantido pelo Estado não foi esquecido, ao contrário, torna-se cada vez mais, insistente. Desde 1932 ele se renova. Sendo classificado o Ginásio/São Joaquim entre os BONS estabelecimentos do Estado, suas instalações e materiais estão à altura de serem entregues ao Poder Estadual, mediante doação da Municipalidade, para ser transformado em estabelecimento oficial. Bastará, para isso, apenas algumas medidas legais precedidas de acordo prévio entre as partes. Isso iremos relatar, em detalhes, quando focalizarmos o Ginásio do Estado de Rio Prêto.

Finalizando, apresentamos no Quadro seguinte a matrícula geral do Curso Ginasial do GINÁSIO SÃO JOAQUIM de 1929 a 1938.



GINÁSIO SÃO JOAQUIM: matrícula geral. (1929-1938)

Ano	Série					Total
	1º	2º	3º	4º	5º	
1929	2	---	---	---	---	2
1930	14	7	---	---	---	21
1931	15	13	5	---	---	33
1932	29	12	10	---	---	51
1933	30	23	10	11	2	76
1934	34	18	20	15	9	96
1935	47	30	18	19	11	125
1936	47	40	20	17	13	137
1937	85	38	29	19	15	186
1938	93	49	44	28	14	228

Prédio construído para o Ginásio "São Joaquim".

Atual Instituto de Educação "Monsenhor Gonçalves".

5. GINÁSIO DO ESTADO DE RIO PRÊTO.

Se é certo que as instituições têm o valor que lhes damos, a instituição de ensino médio de maior importância para Rio Prêto a partir de 1939 é, sem dúvida, o seu primeiro Ginásio Estadual, hoje Instituto de Educação "Monsenhor Gonçalves".

Durante a década dos anos trinta, a educação escolarizada de grau médio deixa de ser matéria exclusiva de iniciativa privada e converte^{se} em objeto de regulamentação e criação oficial. É este um fato novo em Rio Prêto, pelo menos no que se refere à educação secundária. Sem dúvida, é a partir da Revolução de 1930 que ao legislador se atribui o dever estrito de legislar sobre a educação, mas esta tarefa está apenas se iniciando sistematicamente. A existência de uma verdadeira / "instrução pública secundária" a cargo do Estado continua sendo uma originalidade durante toda a década e só chega a tornar^{se} realidade em 1939. Para os riopretenses a legislação escolar se converteu nessa década no único veículo capaz de converter em realidade as aspirações educacionais de grande parte da população.

A origem do Ginásio Estadual remonta ao antigo Ginásio Diocesano fundado a 16 de agosto de 1929 e mais tarde denominado Ginásio São Joaquim em homenagem ao /

seu fundador Padre Joaquim Manoel Gonçalves. A transformação do Ginásio São Joaquim em Ginásio do Estado é lenta e constitui um exemplo das dificuldades que impedem o processo de difusão da instrução pública, de segundo grau, pelo interior paulista, na década dos anos trinta.

Criado pelo decreto 5.494, de 29 de abril de / 1932 (1), o ginásio da cidade de Rio Preto só será instalado se a Prefeitura Municipal doar ao Estado prédio conveniente, mobiliário e gabinete necessário ao / seu regular funcionamento. Ora, a cidade não possuía, na época, edifício algum que servisse para esse fim. Os ginásios particulares que funcionavam estavam alojados em prédios alugados e adaptados. Portanto a Prefeitura deveria, ou construir um prédio para esse fim ou esperar que alguém ou alguma entidade o fizesse, para depois / transferi-lo ao Estado. A solução foi a segunda, mas - prolongou-se por anos e anos.

Durante esse período, a Municipalidade e a Direção do Estabelecimento estudam a possibilidade de seu a proveitamento. "Em consequência porém, de acontecimentos sobrevindos, não foi possível ultimar as negociações para instalar o Ginásio do Estado". (2)

(1) Decreto 5.494, de 29 de abril de 1932 - Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo, Tomo XLII - / 1932.

(2) Carta do Diretor F. Felipe Caputo, do Ginásio São - Joaquim ao Prefeito Municipal de Rio Preto - 6 de 12 de 1932 -- Livro de Ocorrências do Ginásio S. Joaquim-Ocorrência nº 28.

Dois anos mais tarde, novamente, o Estado pelo decreto 6.717, de 1º de outubro de 1934, "cria Gymnasios oficiais em Rio Prêto e Pirajú". As exigências permanecem, pois deverá ser feita ao Govêrno do Estado, por intermédio das respectivas prefeituras municipais, doação dos prédios, instalações e do material didático, de acôrdo com o artigo 2º, § 4º, alinea 1, do Decreto Nº: 21.241, de 4 de abril de 1932 (3), bem como as verbas / destinadas à manutenção daquêles estabelecimentos, inclusive pagamento do pessoal, até 31 de dezembro de 1935. Por outro lado, "o quadro do pessoal docente e administrativo, assim como os respectivos vencimentos, serão estabelecidos pelo Decreto nº 6.601, de 11 de agosto último, aplicando-se aos estabelecimentos ora creados as demais disposições constantes do referido decreto!" (4)

No ano seguinte, o poder executivo é autorizado a adquirir, por doação, terrenos da Prefeitura de Rio Prêto (entre outras), para a construção do Ginásio do Estado (5). Nada porém foi efetivado neste particular.

Ao findar o ano de 1936, é "prorrogado, por mais dois anos, o prazo estabelecido no artigo 1º, do decreto estadual nº 6.717, de 1º de outubro de 1934, dentro

(3) Artigo 2º:—"O ensino secundário compreenderá dois cursos: fundamental e complementar".

(4) Decreto nº 6.717, de 1/10/1934, Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo XLV. Quarto trimestre. 1935.

(5) Lei nº 2.437, de 5 de outubro de 1935. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo XLV. Quarto trimestre. 1935.

do qual deverão ser entregues, por doação ao Governo do Estado, o edifício e as instalações do Gymnasio de Rio Preto. Durante êsse prazo, o Gymnasio poderá, a título provisório, iniciar o seu funcionamento, em prédio alugado enquanto se processa a construção ou a aquisição do prédio próprio". (6)

A Prefeitura Municipal pleiteia o funcionamento do Ginásio, nos termos desta última lei, provisoriamente, "enquanto não estiver construído o edifício próprio, "no prédio ocupado pela Escola de Commercio D. Pedro II, a rua General Glicerio." (7) Para êsse / fim haverá entendimento entre a Prefeitura e a diretoria daquela Escola, sobre a provável locação do mesmo - prédio, suas instalações e seu material didático, locação essa até o preço mensal de quinhentos mil réis. Não nos resta nenhum documento sobre tais demarches mas nada se concretizou neste particular.

Meses depois, a Prefeitura é autorizada pela Câmara Municipal (8) "a dispendir até a importância de --- quatrocentos contos de reis com a construção do prédio para a instalação do Gymnasio do Estado, neste município, incluindo-se nessa verba as despesas de mobiliário e aparelhagem necessária".

Parece-nos que o empreendimento do Ginásio São Joaquim, construído em dez meses, o seu prédio próprio, estimulava ação idêntica pela Municipalidade.

(6) Lei nº 2.807, de 28 de dezembro de 1936. Coleção de Leis e Decr. do Est. de S. Paulo - Tomo XLV - 1936.

(7) Lei Municipal nº 739, de 2 de março de 1937.

(8) Lei nº 743, de 7 de abril de 1937 (Municipal).

Da verba de quatrocentos contos de réis, (9) / três quartos devem ser gastos na construção da obra, e a quarta parte restante ^{de} destinar-se à aquisição do material escolar e aparelhos necessários. Tudo será realizado por meio de concorrência pública e o prazo para entrega da obra, de oito meses.

É de estranhar porém, que o Executivo Municipal, a 9 de setembro desse mesmo ano, fica autorizado "a abrir um credito especial na importância de R\$107.000\$000 para atender ao pagamento das despesas decorrentes do funcionamento do Gymnasio Official de Rio Preto, inclusive vencimentos dos professores, pessoal administrativo, inspecção, etc, durante o anno de 1937". (10) O orçamento aprovado para o exercicio financeiro de 1938 / (11), destina "auxilio de 95:000\$000 (noventa e cinco / contos de reis) ao Gymnasio do Estado, corpo docente, -

(9) Lei Municipal nº 743, de 7 de abril de 1937 - artigo 6º. "A verba de quatrocentos contos de reis, ora instituida, será integrada com os seguintes recursos financeiros: a) cento e quarenta contos de reis, que se acham depositados em conta especial, já destinados, por deliberação do Governo do Estado, á construção dessa obra; b) cinco consignações orçamentárias, feitas em 1938-1939-1940-1941 e 1942, no valor de cinquenta e dois contos de reis cada uma, cobertas pela renda tributaria normal do municipio".

(10) Lei Municipal nº 765, de 9 de setembro de 1937.

(11) Ato nº 54, de 14 de janeiro de 1938.

pessoal administrativo, aluguel e material".

Se a lei nº 2.807, de 28 de dezembro de 1936 autoriza o seu funcionamento a título precário; se a prefeitura sanciona crédito especial para pagar as despesas de 1937, o Ginásio do Estado já estaria funcionando? Onde? Quem eram seus professores e alunos? Como funcionava? Em que instalações? Completo mistério!

Tais fatos eram tão estranhos que a Portaria / nº 1, de 11 de abril de 1938 (12) designa o Sr. "Benedito Gomes, procurador auxiliar do departamento das Municipalidades, para presidir inquerito administrativo - na Prefeitura Municipal de Rio Preto para averiguar o - que houver de verdade nos fatos alegados na representação dirigida ao Sr. Secretario da Justiça e Negocios do Interior, em data de 31 de março de 1938, pelos senhores Aurélio Bataglia, presidente do sindicato dos Empregados do Comercio de Rio Preto, Julio Domingues da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Officinas varios de Rio Preto, Ricardo Pansa, presidente dos Motoristas, Simão Daud, Juiz de Paz de Nova Aliança e Afonso Mendes Carneiro, escrivão de Paz de Nova Aliança, / contra a actual administração do prefeito sr. Victor / Brito Bastos".

A citada representação contém onze pontos a esclarecer entre os quais um, com relação a "não instalação até hoje do Gymnasio do Estado, que se acha creado a cêrca de quatro ou cinco anos e existindo a importân-

(12) Portaria nº 1, arquivado na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Rio Preto.

cia de Rs 150.000\$000 em caixa destinada àquele fim".(13)

Mais uma vez, o prazo estabelecido no artigo 1º do decreto 6.717, "dentro do qual deverão ser entregues, por doação, ao Governo do Estado, o edifício e as instalações do Ginásio de Rio Preto", é prorrogado até 31 de dezembro de 1938. (14)

Diante de tantos desencontros, deparamos com uma coincidência de datas. Enquanto o poder estadual "abre no Tesouro do Estado, um credito especial de 117.762\$500, destinado ao custeio do corpo docente e administrativo do Ginásio do Estado, em Rio Prêto, durante esse exercício".(15), o Prefeito interino local, major João Baptista França resolve que "fica a Prefeitura Municipal autorizada a adquirir, por escritura pública de compra e venda, e pelo preço de quatrocentos e cinquenta contos de reis, o edifício, material didático e instalações do ex-Ginásio São Joaquim, de propriedade da Diocese de Rio Preto, compreendendo o respectivo terreno, sito à rua Presciliano Pinto, esquina da rua Silva Jardim, nesta cidade. (...) Fica ainda a Prefeitura Municipal a, nos termos da primeira parte do § 1º, artigo primeiro, do decreto 6.717, de 1º de outubro de 1934, doar ao Estado, o edifício, instalações e material didático a serem adquiridos, nos termos do artigo primeiro deste ato, para o funcionamento do Ginásio Oficial de - Rio Prêto". Para tanto, outorga a abertura de "crédito

(13) idem - item K.

(14) Decreto nº 9.684, de 26 de outubro de 1938-Coleção de Leis e Decretos do Est. de São Paulo-Tomo XLIII-1938.

(15) Decreto Estadual 10540, de 3 de outubro de 1939-idem.

especial de Rs 450.000\$000 para ser pago em cinco exercícios, em quotas de Rs 90.000\$000 a contar do corrente ano". (16)

Finalmente, após sete anos de espera, Rio Prêto consegue o ambicionado Ginásio Estadual. Sem dúvida, a simples apresentação de datas, decretos e leis não nos pode dar uma idéia clara e fiel das dificuldades superadas, as lutas internas e de grupos, os esforços e concessões de lado a lado.

Em princípios de 1939, são nomeados os professores para regerem as diversas cadeiras do Ginásio e que, em sua quase totalidade, são os mesmos pertencentes ao quadro docente do ex-São Joaquim. (17) Pelo visto, o -

(16) Ato nº 105, de 3 de outubro de 1939. Contém 4 artigos. Sobre o assunto pode-se consultar ainda o Decreto lei nº 2, de 31 de dezembro de 1939, que dispõe sobre a abertura do crédito especial de 117.762\$500, para acorrer ao pagamento da metade das despesas do Ginásio Estadual desta cidade, no exercício de 1939. E no Decreto-lei nº 17, de 8 de julho de 1940, sobre quatro cambiais no valor de 90.000\$000 cada uma para pagamento do saldo de transação.

(17) Professôres nomeados:

Português - Carlos Nunes de Mattos - Reg. nº 10.042, Matemática - Sila John Tave's - Reg. nº 10.658, Latim - Dr. Francisco Purita, História da Civilização - Rafael Leme Coelho Carvalho - Reg. 10.702, Geografia - Oscar A rantes Pires - Reg. 4.052, Ciencias Físicas e Naturais - Antonio de Barros Serra, Química - Ricardo Faria, História Natural - Dr. João Deocleciano da Silva Ramos - Reg.

artigo 4º do decreto inicial de 1932, de certa forma -- foi cumprido. (18) O mesmo ocorre com o quadro administrativo. Na verdade, o que realmente mudou foi a entidade mantenedora da instituição, que deixa de ser particular, mantida com as taxas pagas pelos alunos, para ser sustentada pelo poder estatal. A população riopretense pode agora gozar dos benefícios de uma escola oficial e gratuita, com garantias de funcionamento e validade de seus certificados e comprovantes de cursos.

Professores, funcionários e alunos foram convocados, por Edital e Convite, através do Jornal "A Notícia", para a reunião na sede do Estabelecimento a realizar-se no dia 29 de março de 1939, quando os primeiros/ tomaram posse de seus cargos e funções e os últimos assistiram às aulas. (19) O ato foi presidido pelo Inspe--

3.285, Física-- Didio da Silveira Baldy, Desenho -- Wolfgang Wehinger, Música -- Luis Figueiredo Filho, Regl2617 Educação Física -- Paulo Oliveira e Silva,

Como se pode notar, não foi nomeado professor de Francês nem de Inglês.

Os funcionários do Ginásio São Joaquim são também aproveitados para o preenchimento dos Quadros do Ginásio Estadual. Bibliotecário -- Manuel Machado, Preparador de Física e Química -- João de Oliveira Amaral, Preparador de História Natural -- José Augusto Alvarenga, Escriturário -- Miguel Duque, Inspetor de Alunos -- Cleveland Rodrigues, Inspetora de Alunas -- Maria Novaes de Toledo, Porteiro -- Joaquim Francisco de Carvalho, Ser-- ventes -- Agenor Martins Borges, Noemia Zaramello, Manoel Alvaronga Campos e Carolina Salles Souza.

tor Federal, Carlos Foot Guimarães e pelo Secretário da Inspetoria Regional do Ensino Secundário, sr. José S. - Baldy.

No dia 5 de abril de 1939, os estudantes elogearam a primeira diretoria do Grêmio Literário Esportivo Rui Barbosa (20) (GLERB), assim constituída: presidente: Helio de Oliveira Silva, vice presidente: Alfredo Gabriel, 1º secretário: Heloisa Goyos, 2º secretário: Ney E. Ramos, 1º tesoureiro: Albertino Piazon, 2º tesoureiro: Cacilda Góes, 1º diretor esportivo: Iong Ramos Viana, - 2º diretor esportivo: Francisco B. Moreno, 1º orador: / Arnaldo Rossi, 2º orador: Vilma G. Nora, Bibliotecário: Oliveira L. Borges, Conselho Fiscal: Eduardo Motta, Dimas Pimentel, Francisco Hernandez, Ulisses Ribeiro, Odila Moretti.

Não foram, entretanto, as dificuldades de ordem material as únicas que frearam a transformação do Ginásio São Joaquim em Estadual. Surgiram dificuldades de ordem disciplinar, metodológica, administrativa e de entrosamento do pessoal. Foram porém resolvidas gradualmente.

A partir de 1939, o Ginásio de Rio Preto passa a funcionar nos moldes das demais instituições de ensino médio oficial do Estado de São Paulo.

Ao terminar o primeiro ano de atividades, cada

Para secretário foi nomeado o Sr. Alvaro Duarte de Almeida e para diretor o Sr. Francisco Felipe Caputo.

(18) artigo 4º - "As primeiras nomeações serão feitas - livremente pelo Governo do Estado".

(19) In A Noticia de 29 de março de 1939

professor deve apresentar, em duas vias, os relatórios sobre os métodos de ensino empregados nas respectivas matérias e os resultados obtidos. (21) Para o ano seguinte, devem organizar "uma relação dos pontos contidos nos programas oficiais e distribuídos pelo nº provável de aulas a serem dadas naquele ano". (22)

Alguns problemas de disciplina são estudados e sobre os mesmos algumas deliberações são tomadas: "que o professor só poria o aluno fora de classe em casos excepcionais e nestas condições encaminhá-lo diretamente à Diretoria onde apresentaria os motivos para a aplicação do castigo". (23) O mesmo tema é retomado novamente nas reuniões seguintes e numa delas se afirma que / "os alunos que levam giz para o recreio cometem falta - indisciplinar". Para melhorar o bom andamento da casa, será tocado sinal de silêncio, os alunos formarão filas, à um segundo do sinal, seguirão para as classes à entrada da qual o professor os receberá". (24)

Em outra reunião fica assentado que "a inauguração da Bandeira Nacional, recentemente adquirida e dos quadros dos Presidentes da República e do Interventor -

(20) Em 1931, o Ginásio Diocesano São Luís de Rio Preto organizara o Centro Cívico Ginásial "Rui Barbosa", presidido àquela época por João Horst Alberto Richter.

(21) Livro de Atas das Reuniões Mensais Ordinárias do - Ginásio Estadual de Rio Preto, 9 de outubro de 1939.

(22) idem, 9 de outubro de 1939.

(23) Ata Reunião de 6 de maio de 1940.

(24) Ata Reunião de 5 de julho de 1940.

do Estado" será por ocasião das comemorações do decênio do governo do Dr. Getúlio Vargas. O programa preparado é constituído das seguintes atividades: a) "pela manhã, desfile dos alunos pelas ruas da cidade, b) às nove horas, Missa celebrada pelo Bispo e com o comparecimento dos alunos e professores, c) Benção da Bandeira, d) às 16 horas, no Salão Nobre do Ginásio, inauguração dos retratos do Presidente da República e do Interventor do Estado, f) discurso de inauguração dos quadros, pelo / professor Didio da Silveira Baldy, em nome do corpo docente, g) discurso do aluno Raja Atique, em nome do corpo discente, h) Orfeão apresentará o Hino Nacional e a Marcha de 19 de Novembro, i) Parte Esportiva: demonstração de cultura física e jogos pelas secções masculina e feminina". (25)

O corpo docente permanece atento às determina-
ções emanadas dos Órgãos Competentes e muitas vezes se manifestam contrários às suas deliberações ou sugestões. Destacamos um exemplo para ilustrar o debate travado entre alguns professores e o Diretor motivado pela Circular nº 1, de 8 de abril de 1942 - (26): "A Diretoria do Ginásio do Estado, em Rio Preto, acusa o recebimento da representação que lhes foi dirigida pelos senhores professores, na qual "comunicam" que: 1 - tomaram conhecimento da circular nº 1, de 8 de abril de 1942, 2 - não estão de acôrdo com o disposto nos seus parágrafos IV e VIII.

(25) Livro de Atas - Reunião de 5 de outubro e 8 de novembro de 1940.

(26) idem, 13 de abril de 1942.

"Pela atenção que os srs. professores fazem, a Diretoria não poria dúvida em informar a sua recomendação, se provado ficasse serem elas ilegais e importunas, como fizeram transparecer, em sua representação. Sem usar de bisantinismo pedagógico ou de subtilezas na interpretação dos textos legais, procurará a direção do / Ginásio esclarecer que são legais e úteis as medidas adotadas:

I. A legislação federal pede a discriminação da matéria lecionada afim de instruir o relatório mensal do Sr. Inspetor. Não vai além; a sua finalidade é evidente. A discriminação ou registro de lições poderá ser feito em cadernetas, em livro especial ou em fichas, à critério do diretor que é quem Superintende a administração, a disciplina e o ensino do estabelecimento.

II. A escrituração do registro de lições e da ficha de aula só na aparência constitue um pleonismo pedagógico, porquanto é sabido que o registro é feito a : / pressa, consignando-se apenas o título do ponto, ao passo que a ficha de aula, ora instituída, deve ser o resultado do preparo cuidadoso e antecipado da lição; deve ser a disposição metódica da aula; deve ser sistematização inteligente e pedagógica do programa de ensino/ que o professor vai desenvolver no decorrer do ano letivo.

III. Ensinar não é reproduzir oralmente, conhecimentos adquiridos. O conceito de ensino é mais elevado, por que por ele visa-se a formação intelectual do educando. Só há ensino proveitoso, verdadeiro, real, quando dele decorre conhecimento e só há conhecimento quando houve/

incorporação no complexo psicológico do educando. Não há, portanto, perda de tempo quando o professor, por si ou por sugestão de terceiro, procura aperfeiçoar o seu método de trabalho.

IV. A utilidade prática da ficha de aula é evidente sob o tríplice aspecto: a) habilita o aluno a ter -- diante de si um resumo bem feito e bem ordenado das lições do professor; b) permite ao professor não perder tempo com divagações desnecessárias e às vezes inopor-
tunas; c) habilita o diretor a conhecer, em caso de ne-
cessidade, o caminho trilhado pelo professor.

A alegação de que o aluno não tem tempo para -- preencher a ficha é destituída de senso didático: se o trabalho do professor é coordenado, a sua aula poderá ser iniciada pelo fornecimento do sumário da lição. O aluno, à medida que o professor ditasse ou escrevesse o sumário, preencheria a sua ficha e estaria apto a -- acompanhar a lição do professor. Sob o ponto de vista educacional, o uso da ficha seria útil, porquanto o aluno que tem no professor um exemplo, um modêlo, constataria que a aula do professor não foi feita na hora e sim o resultado de um preparo prévio, meticoloso, -- digno de ser imitado.

A última alegação de que a verificação das fichas consumiria 50% do tempo destinado às aulas é destituída de fundamento. A função do professor não é /
pautada pelo simples comparecimento ao Ginásio para /
dar a sua aula segundo o horário. As suas atribuições vão além. A verificação das fichas, se fôr necessário, poderá ser feita pelo processo a critério do professor, mas nunca em aula, como em aula não se corrigem provas

e exames ou outros trabalhos escritos.

Os srs. professores, manifestando o seu desacôrdo aos itens VIII, da circular referida, transcrevem o artigo 37 do Decreto 21.241. Esquecem-se, entretanto, de que a Portaria Ministerial nº 142, Capítulo X, item 59, exige que haja sempre, pelo menos uma arguição geral, oral ou escrita, realizada de preferência na 1ª ~~se~~mana de cada mês. Do exposto, e considerando que entre as atribuições do Diretor, artigo 595 do Código de Educação, a êle compete cumprir e fazer cumprir as disposições daquele código, aplicando aos ginásios, as determinações do Governo Federal e do Departamento de Educação e Superintender a administração, a disciplina e o ensino a seu cargo, resolve: I. reafirmar a recomendação de ser feita a ficha de aula, escriturada de maneira a orientar convenientemente o diretor sobre o trabalho que vai sendo realizado em classe; II. Essa ficha será entregue à Secretaria em dia imediato à aula, quando não puder ser feito no mesmo dia, o que é mais razoável e pedagógico; III. A segunda via da ficha, desde que o professor, continue a julgá-la um pleonismo pedagógico, e sem nenhuma utilidade o prática, o que se destinava ao arquivo do professor, fica dispensada; IV. A nota da arguição mensal, a partir de abril, será dada mediante a feitura de prova escrita, em papel almasso ou de exame, adquirido pelos alunos de 15 a 25 de cada mês. Depois de corrigidos, serão arquivados na secretaria. Além das provas mensais escritas, o professor arguirá os alunos computando-lhes notas.

Da decisão da diretora, os srs. professores poderão recorrer ao Sr. Diretor Geral do Departamento de

Educação, conforme lhes faculta o Estatuto do Funcionalismo Público civil do Estado, observadas as disposições contidas no artigo 219, item I, letras "a" e "b".⁷

Os professores se manifestam contrários às disposições vindas "de cima para baixo", rebelam-se contra uma organização aparente, imposta que poderá facilmente se transformar em formalismo, no cumprimento mecânico de determinações superiores. Por outro lado, as medidas impostas pela citada circular vêm exigir o preparo cuidadoso das aulas, a previsão e a graduação da matéria, assim como a verificação de que o que se ensinou foi assimilado convenientemente pelos alunos.

A partir de 1940, o Ginásio do Estado é mantido pelas verbas aprovadas para os Exercícios Orçamentários do Estado. No Quadro seguinte, apresentamos algumas cifras correspondentes às taxas e emolumentos atribuídos/ a receita do Ginásio do Estado de Rio Preto, em diversos anos.

GINÁSIO DO ESTADO DE RIO PRETO

Ano	Receita de taxas e emolumentos(27)	Dispositivo legal Decretos
1940	51.040\$000	Dec. 10.898, de 12/1/1940
1941	66.700\$000	Dec. 11.701, de 18/12/1940
1942	59.310\$000	Dec. 12.414, de 19/12/1941
1943	69.000\$000	Dec. 13.130, de 17/12/1942

(27) In, Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. 1940 - 1941 - 1942.

As despesas anuais destinadas ao cumprimento do quadro do "Pessoal Fixo" do Ginásio do Estado é de Rs. 247:830\$000, duzentos e quarenta e sete contos oitocentos e trinta mil réis.

Em 1943, o decreto nº 13.543 (28), que dispõe sobre a transformação de ginásios em colégios vem determinar a ampliação dos cursos ministrados no Ginásio Estadual de Rio Preto, que a 2 de agosto de 1940 (29) recebe a designação oficial de Colégio Estadual "Monsenhor Gonçalves" de São José do Rio Preto.

O crescente número de alunos que buscava o ensino de grau médio de 1º ciclo agora aguarda e reivindica a oportunidade de prosseguir os estudos, na própria localidade. Isso importa na ampliação e reforma do prédio para o atendimento às novas exigências da época, / que é iniciada em fins de 1942. No ano seguinte, com a comodações mais amplas, instalam-se no Colégio Estadual, os cursos clássico e científico.

Os quadros das páginas seguintes dão as informações numéricas a respeito dos cursos mantidos no citado Estabelecimento desde 1939 até 1949, inclusive.

(28) Decreto 13.543, de 9 de setembro de 1943 -- idem -- 1943.

(29) Decreto 18.740, de 2 de agosto de 1949 -- Tomo / LVIII -- 1949.



GINAÁSIO DO ESTADO DE RIO PRETO: matrícula geral nas diversas séries do curso secundário (fundamental).

Ano	Série:	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	total
1939		79	48	44	30	15	216
1940		87	76	45	46	20	274
1941		87	85	64	45	36	317
1942		85	87	72	49	44	337
1943		84	80	59	65	---	288
1944		128	83	59	50	---	320
1945		105	77	59	66	---	307
1946		86	73	73	60	---	289
1947		130	82	74	75	---	361
1948		113	89	70	72	---	344
1949		123	112	88	79	---	402

COLÉGIO ESTADUAL DE RIO PRETO: matrícula geral nas diversas séries do II ciclo: científico e clássico.

Ano	CIENTÍFICO				CLÁSSICO			
	1ª	2ª	3ª	Total	1ª	2ª	3ª	total
1943	39	40	---	79	8	23	---	31
1944	38	23	18	79	3	2	6	11
1945	34	24	20	78	4	3	---	7
1946	43	19	17	79	10	4	2	16
1947	48	29	19	96	8	5	3	16
1948	48	35	22	105	30	7	5	42
1949	49	42	33	124	42	16	8	66

MOVIMENTO DE INSCRIÇÕES E APROVAÇÕES aos Exames

De Admissão

Ano	Alunos inscritos			Alunos aprovados		
	Masc.	Fem.	total	Masc.	Fem.	total
1939	48	48	96	28	37	65
1940	?	?	129	?	?	46
1941	72	31	103	?	?	69
1942	?	?	144	?	?	90
1943	86	83	169	41	37	78
1944	93	79	172	56	56	112
1945	111	78	189	51	53	104
1946	66	50	116	31	30	61
1947	129	92	221	46	42	88
1948	86	105	191	38	51	89
1949	138	125	263	45	64	109

(?) Não obtivemos os dados, segundo o critério aqui adotado, mas apenas o total.

De Maduros

Ano	Alunos inscritos				Alunos aprovados				
	série:	3ª	4ª	5ª	Total	3ª	4ª	5ª	total
1940		3	1	---	4	3	1	---	4
1941		7	4	---	11	7	4	---	11
1942		?	?	?	12	?	?	?	12
1943		--	4	4	8	--	1	4	5

Escola Normal

Após longos anos de espera, o povo do Rio Prêto vê ser encaminhado à Assembléia do Estado um Projeto de Lei, assinado pelos deputados Solon Varginha e Pereira Lopes que "dispõe sôbre a criação de uma Escola Normal junto ao Colégio Estadual" da cidade. (30) Assim, o primeiro ciclo do Colégio será o curso fundamental da Escola Normal a ser criada e que atenderá em sua organização a Legislação Estadual referente a Escolas Normais Oficiais.

O projeto é encaminhado com a seguinte justificativa: "A criação e funcionamento de uma Escola Normal Oficial em São José do Rio Prêto, é uma velha e justa aspiração da distinta e operosa população do município. São José do Rio Prêto, é cidade nova, engastada no coração de São Paulo, limitada pelos grandes cursos de águas Tietê, Grande, Paraná. A sua privilegiada situação geográfica, fertilidade de suas terras e o espírito empreendedor de seus habitantes colocaram-na entre as cinco cidades mais importantes do Estado, no curto lapso de cinquenta anos. Distante da Capital bandeirante mais de 500 kms, tornou-se o centro rodoviário, econômico, social, político, religioso e educacional de uma das regiões mais ricas e prósperas do interior do nosso Estado. Por certo, justificam a medida pleiteada os dados seguintes: São José do Rio Prêto - centro educacional. A instrução em São José do Rio Prêto, tem alcançado grandes desenvolvimentos nestes últimos quinze anos. Além

(30) Projeto de lei nº 155, de 16 de maio de 1948, publicado no D.O. de 19 de maio de 1948.

das escolas de instrução primária, pública e particulares, conta com o Colégio Estadual, o Ginásio Ateneu Rio pretano, a Escola Técnica de Comércio D. Pedro II, e a Escola Normal Livre de Santo André. A instrução primária é ministrada nos cinco grupos escolares e em escolas isoladas, num total de 150 unidades. A matrícula, de acordo com elementos fornecidos pela Delegacia Regional do Ensino, alcança no município 6.000 crianças.

Conclusão: Diante do que ficou sumariamente exposto, vê-se que o povo de São José do Rio Preto, merece a medida que ploteia: uma Escola Normal Oficial, que possa abrigar estudantes de ambos os sexos. A Escola Normal Oficial é necessária e se impõe, porque São José do Rio Preto: a) é o centro natural e obrigatório de uma vasta região; b) é o maior centro comercial, bancário, agropecuário e industrial da Alta Araraquarense; e um dos mais importantes do Estado; c) é o centro e sede de uma das maiores e prósperas divisões eclesiásticas do Estado de São Paulo; d) é a sede da Delegacia de Polícia, do Ensino, do Trabalho e de Saúde; e) é o centro educacional de uma região nova e próspera para a qual a correm famílias de todos os pontos do Estado e do País.

Por outro lado, ainda que não leve em conta o contingente de alunos de outras cidades, São José do Rio Preto, por si só, está em condições vantajosas para fornecer alunos à sua Escola Normal, alcançando apreciável matrícula. Por fim, a criação e instalação da Escola Normal Oficial de São José do Rio Preto, não trará, ao Governo do Estado despesa de vulto, por isso, que poderá funcionar anexa ao Colégio Estadual, cujas instalações são suficientemente amplas e compatíveis com as ne

cessidades do empreendimento". (31)

Apesar de todo êsse arrazoado, o Projeto andou muito lentamente pela Assembléia por motivos divulgados pela imprensa local, em artigo enviado ao Jornal "A Notícia" pela Secretaria do Partido Social Democrático, a 28 de dezembro de 1949, como veremos a seguir: "Não é -- de hoje que Rio Preto vinha pleiteando a criação de uma Escola Normal Oficial. Muitos foram os passos nêsse / sentido, mas sempre em pura perda até agora. Os políticos e os governantes entretanto não regateavam promessas animadoras -- a escola viria sem dúvida... Mas, os anos passaram e a escola só veio agora trazida na garupa de uma lei cuja origem foi um projeto do deputado Solon Varginha. Com efeito, êsse parlamentar.....apresentou em tempo útil à Assembléia Legislativa um projeto de / lei criando as Escolas Normais de Rio Preto e Araraquara. Tal projeto favoravelmente acolhido pela Comissão de Educação passou logo para a pauta do Partido Social Democrático na Assembléia. E foi na sessão extraordinária daquela Casa do Legislativo estadual que graças ao empenho do Deputado Solon Varginha e de sua bancada, o projeto passou em três dias em primeira, segunda e terceira discussões. Mas não acredite que êle passou em -- branca nuvem.... Estêve a pique de ser bombardeado e -- sabem por quem? Nada menos que por aquêles que não se cansam de dizer-se "amigos de Rio Preto", por aquêles -- que sempre que nos visitam, nunca se esquecem de afir--

(31) Justificativa do Projeto de Lei nº 155, de 16 de maio de 1948, assinada em abril pelos Deputados: Solon Varginha e Pereira Lopes.

mar muito enfaticamente, que Rio Prêto é a menina de / seus olhos, e outros sentimentalismos dêsses estilos... improdutivos. Saiba-se, que, à última hora, as emendas de encomenda choveram sôbre o aludido projeto, com o intuito evidente de inutilizá-lo, frustando assim, o trabalho do deputado, em favor de Rio Prêto. Chegou a propor-se a criação de vinte e tantas Escolas Normais - com o fim evidente de tumultuar a questão!. Ilustres deputados do P.S.P., lembraram-se até de pedir a criação da Escola Normal de Cedral. Vá lá que se criasse essa escola. Mas não cheira essa proposição a menoscabo, a / despeito ou a coisa pior? Nem acreditamos que os cedra lenses se tenham batido muito por isso, visto como estão a meia hora de distância de Rio Prêto e são por enquanto, em número reduzido. O que queriam aqueles senhores deputados, está visto, era fazer confusão. Mas não o conseguiram, porque entre as apenas nove escolas criadas estão a de Rio Prêto e de Araraquara, e isso é o que interessa aos riopretenses"...

Nas entrelinhas dêste artigo, vê-se que na luta travada para a obtenção da Escola Normal Oficial, empenham-se grupos e cidades com o interêsse de fazer promoção pessoal e conseguir projeção estadual.

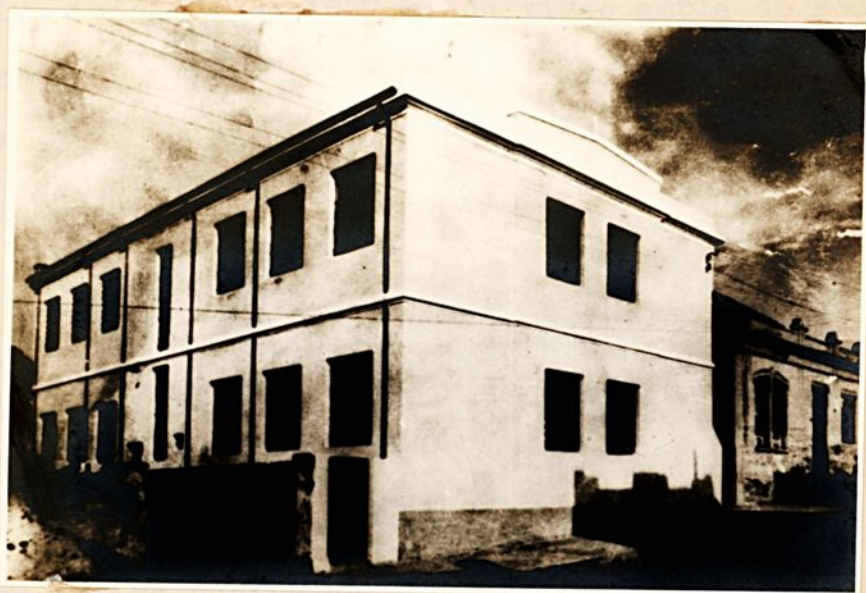
Finalmente, a 4 de janeiro de 1950 é aprovada a lei que dispõe sôbre a criação de Escolas Normais em cidades do Interior do Estado e nos distritos do Ipiranga e da Lapa, na Capital. (32) O documento é assinado

(32) Lei nº 619, de 4 de janeiro de 1950. Coleção de / Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Tomo LX, 1º volume, 1º Trimestre, 1950.

pelos senhores Adhemar de Barros, Arnaldo Laurindo e / Cassiano Ricardo, este último, na época diretor Geral da Secretaria dos Negócios do Govêrno. Neste mesmo ano a Escola Normal de Rio Preto, anexa ao Colégio Estadual "Monsenhor Gonçalves", começa a funcionar. A nova instituição de ensino veio engrandecer ainda mais as atividades educacionais de um dos Estabelecimentos de ensino médio que, sem dúvida, tem servido às aspirações e necessidades da Cidade, da Região e do Estado.



6. GINÁSIO RIOPRETANO.



Ginásio Riopretano. À direita, o prédio antigo da Escola Técnica de Comércio "D. Pedro II".

6. GINÁSIO RIOPRETANO.

A idéia da fundação de um Ginásio do tipo acadêmico, pela Faculdade de Comércio D. Pedro II, Sociedade/Civil Limitada, mantenedora da Escola Técnica de Comércio da cidade, foi a consequência natural de sua ação educativa iniciada em 1927 e, da visão ampla de seus diretores, que viram na ampliação da área de ação o fator decisivo e indispensável à manutenção e sobrevivência / da própria Entidade.

O estabelecimento planejado recebeu, inicialmente, o nome de ATENEU RIOPRETANO. Em 1939, foi requerida a inspeção preliminar, concedida a 6 de março de 1944 , pela Portaria Ministerial nº 123.

Por ocasião de sua instalação, o Jornal "A Notícia", em artigo publicado a 11 de fevereiro de 1940, diz:

"Surge em Rio Preto mais uma instituição destinada ao Ensino Secundário.

"O Governo Federal acaba de conceder ao Ateneu Riopretano, recentemente fundado nesta cidade, fiscalização para os primeiros exames que dentro de pouco tempo se vão fazer, de admissão para o curso ginasial. Inicia assim o novo estabelecimento de ensino a sua vida e atividade com autorização legal e satisfazendo aos requisitos das leis que regulam o ensino secundário.

"Nesta fase inicial é o Ateneu Riopretano portanto, um estabelecimento autorizado onde o ensino é legalmente válido. Estamos certos de que esse ginásio se desenvolverá prosperando e desarte contará, Rio Preto, com uma casa de ensino secundário a mais.

"Confiamos nisso porquanto os fundadores do Ginásio formam um grupo de professores experimentados todos com largo tirocínio alcançado em longos anos de magistério, alguns dêles no próprio estabelecimento que é hoje o ginásio oficial. Além disso, o empreendimento é por ora, um como que filho da Faculdade de Comércio D. Pedro II, antiga e acreditada casa de ensino técnico, que já se impôs definitivamente à confiança de toda essa região, e à sombra dessa escola o ginásio crescerá / com segurança até ao ponto em que se garanta para, de futuro, caminhar com as próprias forças.

"O Ateneu aparece nesta cidade como uma consequência do desenvolvimento de Rio Preto e das crescentes necessidades locais e regionais no pertinente ao ensino secundário.

"Há lugar aqui, para um ou talvez mais ginásios, além do que hoje pertence ao estado e que foi o antigo / Ginásio São Joaquim. Sempre desejamos que a instituição oficial, hoje definitivamente estabelecida, coexistisse com o São Joaquim, mas isto não foi possível. Ficou, / portanto, aberto o campo para uma instituição particular, pelo menos. E, foi compreendendo isso mesmo que, os organizadores do Ateneu Riopretano se abalançaram a sua benemérita iniciativa. Existe um grande número de alunos que se destinam ao curso secundário e que não encon

tram cabida no Ginásio Oficial, pela natural limitação/ das suas classes. Além disso, não menor é o número dos que estudam fora de Rio Prêto, na Capital e em outras / cidades em face da impossibilidade de o fazerem aqui, on de o Ginásio Oficial não basta. Como é sabido, não aten de a todos os que se destinam ao curso secundário.

"Observa-se, afinal, que é do maior interêsse / para Rio Prêto, encaminhar para esta cidade os estudan- tes de tôda região hoje fazendo seus cursos noutras par- tes, quando com visíveis vantagens o fariam aqui, si / houvesse ginásios quantos bastassem.

"Por diversos motivos, pois, o Ateneu Riopreta- no é um empreendimento oportuno e tem o seu lugar.

"E' nossa obrigação, nossa e de todos quantos de sejam tornar esta cidade cada vez mais culta, mais pres- tigiôsa e influente, mais útil para a sua zona e mais o- pulenta, garantindo-se um futuro estável, senão ininter- ruptamente próspero, encorajar e auxiliar a iniciativa/ dos fundadores do Ateneu Riopretano, que têm diante de si uma larga e bela senda. Esta será percorrida, sem ne- nhuma dúvida, si ao esforço dos que intentam nela acres- centar a boa vontade e a cooperação do povo de Rio Prê- to."

As inscrições de candidatos para os exames de / admissão à primeira série do curso fundamental do Ate- neu Riopretano foram abertas a 15 de fevereiro de 1940. Os candidatos deveriam apresentar, além do requerimento devidamente selado, a certidão de idade, provando ter on ze anos completos, no mínimo, ou completos até 30 de ju lho do corrente ano; atestado de saúde e vacinação anti variôla recente, e recibo de pagamento de taxas de ins-

crição.

Ao término do primeiro ano de funcionamento, a primeira turma de quartanistas do curso fundamental recebe seus certificados de conclusão do curso. Entre os que obtiveram aprovação nos exames finais da quarta série, estão: Déa Franco Costa, José Elias Abdalla, José Pires Urbinatti, Ney Eisio Santos Ramos, Edgard Mario / Soares e José de Castro Duarte (1).

Em 1941, a entidade mantenedora planeja a construção do edifício próprio, de grandes proporções, ajustáveis aos requisitos didáticos modernos. Era intenção, visto que a cidade, na época, possuía apenas dois estabelecimentos de ensino secundário (um exclusivamente feminino com internato, semi-internato e externato, particular: o Colégio Santo André, e o outro, misto, em regime de externato, oficial: o Ginásio do Estado), construir um edifício que pudesse abrigar um bom internato; Era uma iniciativa trabalhosa que exigia empenho constante.

"Os diretores do Ateneu Riopretano", diz o Artigo do Jornal "A Notícia", de 7 de agosto de 1941, "empenham-se em empreendimento que merece o amparo do público. (...) Quanto a nós, entendemos que essa confiança é justificada porque essa cidade está chamada a representar um papel cultural cada vez mais desenvolvido em toda esta zona e por isso qualquer empreendimento dessa natureza desde que bem orientado e assente em bases só-

(1) In A Notícia, 14/12/40. O aluno José de Castro Duarte é Juiz de Direito da Comarca de Rio Preto, atualmente e no período de 1964/66, dirigiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto,

lidas não poderá deixar de atingir seus escopos e lograr completo êxito. O fato, porém, de merecer Rio Prêto esta fé no porvir que no porvir demonstram os diretores / do Ateneu Riopretano, não tira a êsses homens animosos, o merecimento de se empenharem em uma obra de tão grande envergadura. E, porque seu mérito é grande e digno / de aplausos, convém que a cidade inteira -governantes e governados- dê ao Ateneu tôda a sua ajuda porque, evid^{en}temente, essa emprêsa é daquelas que se caracterizam / por uma indiscutível utilidade em relação à Rio Prêto e a tôda a região. Sempre entendemos, -e estamos firmes nessa opinião- que entre as medidas mais poderosamente / faltosas do progresso e prosperidade local se coloca, no primeiro plano, o desenvolvimento do ensino, tanto secundário como especial e técnico. Por múltiplas e visíveis razões, Rio Prêto ganhará em segurança para o seu futuro, desde que saiba instituir e manter o maior número de estabelecimentos de ensino de boa classe, pois / que isso representará o mais forte liame que aproxime / essa cidade de tôdas as localidades da zona, além de carrear para a nossa economia, por muitos canais, estimável contingente financeiro procedente de tôda a região. Há hoje em São Paulo, muitas cidades que vivem precipuamente dos recursos que lhe proporcionam o serem cidades de ensino. Se ~~as~~ fatores de outras ordens que esperamos hajam, no futuro, de informar a sólidamente estruturada economia de Rio Prêto pudermos reunir também, o fator / que representa a atividade do ensino secundário e especial em escola desenvolvida, teremos seguramente contri^{bu}buido para manter esta urbe no ritmo de crescimento em que ela caminha no rumo de sua grandeza".

A idéia de internato, contudo, não se tornou / realidade. O terreno escolhido para a construção do edifício que iria abrigar o Ginásio Riopretano e a Faculdade de Comércio localiza-se às margens do córrego Borá / entre as ruas Silva Jardim e Jorge Tibiriçá (2). O terreno necessitava, porém, ser aterrado e nisso a Prefeitura Municipal emprestou o seu apoio. A direção, levando em conta as exigências de salubridade, terreno seco, arenoso, permeabilidade e posição que permita o escoamento rápido das águas pluviais, decidiu construir o novo prédio no local em que já funcionava a Escola Técnica / de Comércio D. Pedro II (3), reservando o terreno às margens do córrego para a praça de esportes e aulas de educação física.

A administração do Ginásio Riopretano é constituída pelos seguintes membros da Diretoria:-- diretor, / vice-diretor, tesoureiro, e secretário, com atribuições próprias e especificadas no Regimento Interno do mesmo.

A Congregação é composta pelos docentes catedráticos ou seus substitutos, em exercício no estabelecimento. Reúne-se, ordinariamente, até o dia 5 de cada mês letivo, sob a presidência do Diretor. Todas as deliberações são consignadas em ata, lavrada em livro próprio. Poderá reunir-se, extraordinariamente, em qualquer data por convocação do Diretor. O objeto das deliberações da Congregação versa, exclusivamente, sobre assuntos pedagógicos, disciplinares, e outros que digam respeito ao interesse do ensino.

(2) Atual Avenida Bady Bassi.

(3) Esquina da rua General Glicério com Rubião Júnior.

No Quadro abaixo, apresentamos a Matrícula Geral do ATENEU RIOPRETANO ou GINÁSIO RIOPRETANO, a partir da data de sua fundação (1940) até 1950, nas diversas séries do curso médio.

GINÁSIO RIOPRETANO: matrícula geral.

Ano	Série: 1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	Total
1940	19	4	3	4	---	30
1941	35	11	5	5	6	62
1942	56	13	7	-	---	76
1943	38	34	11	6	---	89
1944	68	30	14	11	---	123
1945	62	47	26	15	---	150
1946	111	42	30	25	---	209
1947	72	57	31	20	---	180
1948	104	57	42	24	---	227
1949	102	89	65	22	---	278
1950	202	80	48	32	---	362



Faculdade de Comércio "D. Pedro II".

À esquerda, o Ginásio Riopretano.

7. ESCOLA DE COMÉRCIO "30 de OUTUBRO".

A cidade de Rio Prêto, centro de irradiação e de convergência de toda a Região Norte-Occidental do Estado de São Paulo, prolonga seu raio de ação econômica, social e educacional aos vizinhos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso.

Do conjunto de condições favoráveis emanadas da própria estrutura agrária e comercial da cidade, uma série de instituições de ensino de segundo grau são criadas a partir de 1920. Entre elas destacava-se uma, fundada em 1927, para o ensino comercial. Sobre ela falaremos agora e, para isso buscamos entre as entrevistas / que fizemos com antigos moradores da cidade, depoimentos, recordações sujeitas à certa subjetividade, porém autênticas, que dela narrassem a história. Destacamos dois testemunhos, ambos fornecidos por pessoas que viveram a história desta entidade de ensino, um, como aluno da primeira turma; o outro, como professor e um dos seus fundadores. Ninguém melhor do que eles para nos fornecer os dados e as informações que não encontramos em livros, nem em relatórios.

Do depoimento feito por Acacio da Silva Reis, - selecionamos os seguintes trechos: "Ao tempo de nossa - mocidade (1910 é a data do seu nascimento) Rio Prêto /

não possuía escolas de ensino secundário e muito menos superior. Estas, aliás, só nos dias presentes estão / sendo instaladas. A Escola de Comércio D. Pedro II nasceu, do desejo de um grupo de meninos-moços, desejosos de aprender. Este grupo, entre o qual nós nos achávamos, ficou sabendo que na agência do Banco do Brasil -- S.A., de nossa cidade, já existente àquela época, existia um moço chamado Enoch de Moraes e Castro que sabia ensinar. Procurámo-lo e recebemos d'ele a promessa de -- que se conseguíssemos vinte e cinco meninos-moços nas -- nossas condições; se, arranjássemos um prédio; se nobiliássemos pelo menos um salão d'esse prédio, se ligássemos pelo menos luz, êle se comprometeria a ensinar-nos, arranjando professores para auxiliá-lo. E nós, conseguimos tudo que foi solicitado, com rateio entre nós. -- Só que, uns três ou quatro dias, estudamos com a clareza de velas trazidas de casa, pois, a Companhia de / Força e Luz, para uma ligação, dependia de Araraquara".

O segundo depoente, Dr. Alberto José Ismael, nos informa outros aspectos da fundação desta mesma escola. "Vin  Rio Preto, diz nosso entrevistado, quando coproprietário da Escola de Comércio de São Carlos (SP), que mantinha internato e por isso me propus a percorrer o interior, nas Zonas Paulista e Araraquarense, no sentido de encaminhar àquela escola, alunos. Foi quando a portei a esta cidade pela primeira vez (1925) e verifiquei então as grandes possibilidades de São José do Rio Preto, no terreno educacional. Assim, em 1927, em princípios d'esse ano, vim para cá onde estabeleci um escritório de contabilidade e dando algumas aulas particula-

res. Posteriormente, com Enoch de Moraes e Castro e seu irmão José de Moraes e Castro, nos propusemos a transformar um pequena escola de datilografia existente na União dos Empregados no Comércio de Rio Preto em Escola de Comércio, que seria reconhecida pelo Governo Federal. Assim, com a ajuda de Manoel Nestor Pereira Junior, diretor da Faculdade de Comercio D. Pedro II, anexo à Associação dos Empregados do Comércio de São Paulo, conseguimos instalar a Escola sob a designação de "30 de Outubro". Em 16 de novembro de 1927, finalmente, foi instalada em caráter oficial, no prédio sito à rua Tiradentes, esquina da rua Antonio de Godói, em construção de dois pavimentos. Dois anos depois, passou a funcionar num prédio da mesma rua, (onde se instala hoje a Agência da Viação Aprazível Paulista e o Expresso Cometa S.A.). Dois anos depois, a escola mudou para o local atual, rua General Glicério esquina da Rubião Junior, onde se encontra até agora. Este imóvel foi adquirido pela escola, que fundou em 1940 o Ateneu Riopretano, hoje Ginásio Riopretano; em 1950 fundou a Escola Normal Livre D. Pedro II e finalmente em 1963 a Faculdade de Ciências Econômicas de São José do Rio Preto".

A fundação da Escola de Comércio vinha, pois, preencher uma das lacunas do ensino médio riopretense e representava para a cidade, manifestação do seu surto de progresso. O corpo docente e administrativo da novel entidade era apontado como um dos pontos básicos do grande empreendimento introduzido na "florescente e conceituada sociedade". Foi seu primeiro diretor, Enoch de Moraes e Castro, ex-lente do Mackenzie College de



São Paulo, diplomado pelo mesmo estabelecimento, funcionário graduado do Banco do Brasil e membro diretor e organizador da Escola de Comércio José Bonifácio de Uberba.

"O corpo docente foi escolhido escrupulosamente; cada professor especializado em sua matéria", dentre os que residiam na cidade e aí exerciam outras profissões. "Damos a seguir os nomes que compõem o professorado da escola a fim de que os nossos leitores possam aquilatar de sua competência e capacidade: Dr. Luis Nunes Ferreira Filho, lente cathedrático de Direito Internacional -- Privado, na Universidade do Rio de Janeiro e acatado advogado nesta cidade; Dr. Augusto de Medeiros, talentoso engenheiro civil e conhecido pofessor de Matemática; -- Prof. José Lourival de Oliveira, contador da Commarca, competente guarda-livro e acatado perito do commercio -- local; Dr. Assonipo de Sarandy Raposo, conhecido advogado nesta cidade; Dr. Nelson da Veiga, advogado e director da Fôlha Diária "A Noticia"; Dr. Alberto José Ismael, contador diplomado e ex-secretário da Escola de Commercio de São Carlos, lente de contabilidade da mesma escola; A.Morreaux, professor de francês, conceituado funcionário do Banco do Brasil; Mrs.Lizie Bathman, conhecida e competente professôra de inglês; Leonel Kaizer, habilitado guarda-livro nesta cidade; Antonio Ismael, contador diplomado, ex-lente da Escola de Commercio de São Carlos; Adolpho Strauss, tachygrapho diplomado pelo Instituto Moderno de São Paulo; Antonio F.Barbato, datylographo pelo Mackenzie de Araraquara e guarda-livros nesta cidade. As aulas de Português serão lecionadas de /

conformidade com o sr. João Teixeira de Lara, inspector/ de Ensino".(1)

Com esses argumentos, intensa propaganda foi / feita entre os moradores da cidade a fim de que enviassem seus filhos à Escola. As vantagens de seus cursos foram divulgadas. A oportunidade de seus ensinamentos exaltada, pois os mesmos podiam ser aplicados à vida prática. É significativo, neste particular, o trecho final do artigo citado acima, que insiste junto aos leitores:-

"Matricular-se na Escola de Commercio "30 de outubro" é, pois, garantir o próprio futuro, em vista da lei ora em discussão no Congresso, que vem legalizar a profissão dos Contadores e Guarda-livros.

Avante Mocidade de Rio Preto!

Aproveite a oportunidade!

Preparem-se para o futuro!

Matriculem-se na Escola de Commercio "30 de outubro", que vos oferece todas as garantias na vossa profissão".

A propaganda surtiu bons resultados e a 20 de / dezembro às bancas examinadoras de São Paulo apresentaram-se 103 alunos, dos quais foram aprovados oitenta.

A inauguração do novo centro de instrução se deu a 10 de março de 1928, na sede da Escola, já então/ designada por "ESCOLA DE COMÉRCIO D. PEDRO II". Na solenidade falou o advogado Dr. Teóthônio Monteiro de Barros Filho, orador oficial da União dos Empregados de Comércio. Na mesma oportunidade, prestou-se homenagem à memória do antigo secretário da União, o sr. Severino de Castro Neves. Para finalizar, a Diretoria ofereceu aos/

(1) In "A Notícia", de 30 de novembro de 1927.

associados e convidados especiais, grandioso baile, "para o qual não haverá convite para os sócios, servindo / de ingresso para o baile o recibo do corrente mez". Estranho programa cumprido neste dia, se considerarmos a sua finalidade principal.

A Escola recém instalada adota as normas traçadas pelo Decreto Federal de maio de 1926 (2) e as da Portaria Ministerial de 11 de março de 1928. Cuida-se / simultâneamente, do registro da mesma, na Junta Comercial de São Paulo. (3)

Em 1930, instala-se em prédio mais amplo, sob a designação de ESCOLAS REUNIDAS (ou Unidas) D. PEDRO II. Mantém os seguintes cursos:-- " comércio (diurno e noturno), preparatórios, profissional feminina, datilographia Olivetti, agrícola, primário e os do Conservatório Dramático e Musical filiado ao Conservatório Dramático e Musical de São Paulo". (4)

Em artigo publicado a 7 de março de 1928, já se exaltavam as qualidades do ensino ministrado no curso / de datilografia:-- "Curso completo, prático-scientífico de datilographia, ou ensino methodico da arte de escrever à machina, exata e rapidamente, com os dez dedos e sem olhar o teclado. É o único estabelecimento de ensino da sua especialidade nesta cidade e que está em condições de ministrar preparação completa dessa especialidade!"

(2) Decreto nº 17.329, de 28/5/1926. (Regulamento)

(3) Registro nº 45.783.

(4) In "A Notícia", de 9 de março de 1928.

O curso comercial geral, com matérias propedêuticas e técnicas é ministrado pelo conjunto de professores acima enunciados. Os programas das matérias são organizados de conformidade com a Escola de Comércio D. Pedro II de São Paulo, à qual está filiada. A orientação dada às diversas cadeiras é de "cunho essencialmente prático" e os professores se empenham em executar o "diário de lições" a fim de dar melhor desenvolvimento ao programa oficial.(5)

Com a nomeação do Inspetor Edison Sacramento, em julho de 1931, pela Superintendência do Ensino Comercial (6) a Escola passa a ser fiscalizada. Os diplomas expedidos são legalmente reconhecidos. Ao término deste ano, a primeira turma de contadores, num total de quatorze, recebe seus certificados em cerimônia paraninfada pelo Bispo Diocesano, D. Lafayete Libanio.

Ao iniciar o ano seguinte, a entidade mantém os seguintes cursos: anexo, de um ano; propedêutico, de três anos; de contador, de três anos; de guarda-livros, de dois anos e o curso primário (diurno e noturno). Entre os diversos cursos técnicos propostos pelo Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, que organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências, a Escola de Rio Preto escolhe dois - para a formação de contadores e de guarda-livros.

(5) Resolução da I Reunião da Congregação dos Professores da Escola de Comércio. 30 de maio de 1929.

(6) Ofício nº 1.863, de 29 de julho de 1931. Da Superintendência do Ensino Comercial à Diretoria da Escola.

As crises econômicas e políticas que atingem o Estado de São Paulo, difundindo a instabilidade em todos os setores da vida humana, trazem para a entidade alguns problemas, especialmente de ordem financeira.

A Congregação de Professores, em reunião realizada a 9 de julho de 1930, já decidira que "os professores fariam um empréstimo à escola de 30% sob seus vencimentos, em vista da crise que atravessavam e como auxílio à escola para satisfação de seus compromissos. A importância equivalente aos 30% será descontada a partir de julho que será creditada aos senhores professores em suas respectivas contas, especialmente abertas para esse fim." O prazo estipulado para a reposição das quantias emprestadas ficou fixado para seis meses, "dentro das possibilidades da entidade".

Em 1932, a situação torna-se mais complexa. Com a mobilização das tropas do exército constitucionalista, as aulas dos estabelecimentos públicos do Estado foram suspensas e os respectivos prédios colocados à disposição das autoridades, para o alojamento das forças de prontidão. A situação econômica não foi inteiramente superada. Alunos da Escola de Comércio encaminham ao Diretor, requerimento pedindo abono de 50% das mensalidades do mês de julho. Ora, os professores precisavam ser consultados, pois diante de tal pedido, a direção não podia se responsabilizar pelos pagamentos pontuais e totais dos ordenados. A Congregação, reunida a 17 de agosto de 1932, concede abatimento de 50% sobre as mensalidades de julho e autoriza o consequente desconto de 50% sobre seus ordenados referentes àquele mês. Compreendendo as dificuldades do momento, comprometem-se em



continuar a dar as aulas e à medida em que o número de alunos fôsse decaindo, seus ordenados, proporcionalmente abatidos.

Apesar dos esforços, a crise se agrava e a Congregação volta a reunir^{se} em 31 de agosto do corrente ano. A Faculdade, tendo em vista a eliminação de vinte e sete alunos, não tem condições para manter o corpo docente, já com o ordenado tão prejudicado. O Diretor, expõe a situação dizendo: "A arrecadação das mensalidades de julho e a de agosto com que a Faculdade deveria pagar os ordenados dos professores referentes aos meses de junho e julho atinge até esta data a Rs. 2:361\$000". As despesas totais dos meses especificados atingem a / Rs. 5:258\$000, incluindo as seguintes obrigações: ordenados dos professores: 3:230\$000; duplicatas Olivetti: 300\$000; duplicatas Casa Prass 300\$000; Aluguercs (junho e julho) 1:100\$000; Luz, água, telefone: 328\$000, - num total de Rs. 5:258\$000." "A arrecadação supra, dividida proporcionalmente entre os ordenados dos professores deu o seguinte resultado:

Professor	Ordenado pago	Crédito	Venc/Base/Tot.
Alberto J. Ismael	303\$000	256\$700	675\$000
José M. Castro	154\$900	131\$200	345\$000
Leonor Carranona	154\$900	131\$200	345\$000
Jamil Kauan	134\$700	114\$100	300\$000
João Seares Filho	141\$400	119\$800	315\$000
Paulo Taves	168\$400	142\$600	375\$000
Philadelpho Gouveia	67\$300	57\$100	150\$000
Marcio Castanheira	101\$000	85\$500	225\$000
Jorge Ismael	134\$700	114\$100	300\$000

Concluindo, o Diretor diz: "A Faculdade não podendo pagar aos professores os seus ordenados de agosto corrente, gratificá-los-á, na seguinte base: profs. Leonor Carramona, Janil Kauan, João Soares Filho, Paulo Taves, Jorge Ismael, Rs. 150\$000 cada um e o zelador Rs. 60\$000."

Alguns professores foram licenciados, sem vencimentos, mas os respectivos lugares foram-lhes garantidos. Estes, serão substituídos gratuitamente pelo Diretor da Escola. Aos professores que faltarem será abatida a importância de Rs. 5\$000 em cada dia, revertendo a importância para aquele que o substituir.

A escola, a partir de abril de 1932 adota a designação FACULDADE DE COMÉRCIO D. PEDRO II DE RIO PRETO. Neste mesmo ano, seu diretor e fundador Enoch de Moraes e Castro retira-se da cidade com destino à Capital do Estado, para onde fôra transferido como funcionário do Banco do Brasil. A direção da Escola passa pois, às mãos de Leonardo Gomes, contador diplomado pela Escola de Comércio Alvares Penteado, fundador do Instituto Comercial de Ribeirão Preto, diretor da Escola de Comércio de Bauru e diretor do jornal "A Notícia" de Rio Preto. A administração financeira e a direção técnica da entidade, porém, ficou a cargo do professor Alberto José Ismael. Este, em reunião de professores, realizada a 16 de fevereiro de 1933, apresenta minucioso relatório sobre a situação da instituição. Inserimos aqui, - alguns trechos deste relatório, pois nos pareceu bastante elucidativo:

"Depois de uma época realmente perturbadora, on-



de os mais desencontrados comentários se teciam em torno da existência da Faculdade de Comércio D. Pedro II, - desta cidade, quizeram os fatos que os destinos desta - instituição viessem parar em minhas mãos, para mais uma vez, procurar, conjuntamente com os meus collegas, - dar-lhe o alento de que tanto necessita para sua prosperidade. Não vejam na minha resolução, outro interesse que não seja o interesse dos srs. alunos e o da própria cidade. Não! Não, porque se interesse monetário existisse, no momento, o desaparecimento da Faculdade seria o aconselhável. Por que? Porque, cada um de nós, aqui presente e que faz parte do corpo docente da Faculdade, teria outra melhor forma de explorar suas aptidões; já lecionando particularmente, já se envolvendo em negócios mais rendosos e quiçá de maior futuro. O intuito único que me levou a reabrir a Faculdade, foi o de não deixar Rio Preto, privado de uma de suas boas e úteis instituições que muito custou ao seu actual director e que já i números benefícios tem prestado à mocidade estudiosa.

Quanto à forma pela qual o actual director recebeu este estabelecimento de ensino di-lo-á melhor a acta escrita e assignada pelos interessados e que passo a ler: Aos dezesseis dias de fevereiro de 1933,.....foi feita a ratificação da acta exarada a fls. 41 do livro intitulado Termos de visita do Fiscal, pela qual foi / feita, pelo sr. Enoch de Moraes e Castro, transferência ao sr. Leonardo Gomes, da posse e direção da Faculdade. Em seguida, o sr. Leonardo Gomes, declarou haver passado ao sr. Prof. Alberto J. Ismael a administração financeira e a direção technica do mencionado estabelecimento, com todos os poderes inherentes a essas funções, /

nos termos do contracto firmado entre elle e o prof. Al
berto Ismael, contracto esse que desobriga ao sr. Leo--
nardo Gomes de quaesquer obrigações e onus relativos à
 administração e direção e dá ao snr. prof. Alberto Is--
 mael o direito e a obrigação de fazer aquella administra--
 ção, tudo conforme o alludido contracto, assumindo em --
 seu próprio nome todos os compromissos e responsabilida--
 des, de ordem financeira ou outra, de agora em deante;
 segundo ainda o mesmo contracto, o Prof. Alberto Ismael
 não fica obrigado a prestar contas dos seus actos de ad--
 ministração e direção ao snr. Leonardo Gomes, obrigan--
 do-se, apenas a informar ao snr. Leonardo Gomes, sôbre
 interpelações que este poderá fazer, relativamente a ac--
 tos ostensivamente contrários aos dispositivos do con--
 tracto mencionado; finalmente, declararam estes dois se--
 nhores cingirem-se a que preceitua esse contracto, em --
 todos os seus restantes dispositivos. Dessa forma, fi--
 ca o snr. Alberto Ismael com toda a responsabilidade té--
 chnica e commercial da Faculdade, assumindo todos os --
 poderes que lhe são conferidos pelos artigo 5º, do Regi--
 mento Interno."

Retomemos o relatório apresentado pelo diretor
 aos professôres e encontramos as seguintes informações:
 "Os bens móveis da Faculdade até esta data pertencem ao
 snr. Leonardo Gomes, pertencendo, no entretanto à Facul--
 dade, o seu archivo e todos os demais documentos, que --
 actualmente se encontram sob o controle do director da
 Faculdade. -- Tendo já o snr. Fiscal Federal e o Sr. --
 Dr. Superintendente do Ensino Commercial dado posse ao --
 director que este subscreve, foi feita a remessa dos pa--
 péis e documentos precisos para a continuada legaliza--

ção de seus cursos. Elaborei o horário das aulas, já -- entregues aos snrs. profs. assim como pastas de processos para matrícula effectivando dessa forma a reabertura dos cursos. O total de alumnos matriculados é de cin-- coenta e cinco havendo além desse número, treis gratui-- tos, treis que pagam sòmente metade, estes incluídos no total supra, e alguns com pequeno abatimento, também in-- cluídos no total referido. A renda bruta da Faculdade é de Rs. 2:275\$000. A despesa é de Rs. 963\$000 assim -- distribuida: Aluguel de casa: 500\$000; Luz 98\$000; água 15\$000; contínuo 100\$000; impressos e almoxarifado / 50\$000; excesso de taxa de fiscalização 200\$000. Não -- contando com as alterações de pagamento de luz, água, -- carrectos, registrados, telegramas, fretes, etc. que / são pequenas parcellas que no fim do exercício avultam de quantidade. Resta pois, um saldo de Rs. 1:312\$000.

Procurei realizar a melhor tabella possível de honorários aos srs. profs. que é a seguinte, que fica -- no entanto sujeita à crítica dos snrs. interessados: Ja-- mil Kauam Rs. 180\$000; Paulo Taves 180\$000; Leonor Car-- ramona 150\$000; José Felício Miziara 120\$000; Dr. Sylos de Noronha 100\$000; Elias Sudaia 80\$000. Total: 810\$000. Para pagamento do director e secretário, assim como dos seus trabalhos resta a importancia de Rs. 502\$000 que -- continua também à cobertura de outras despesas que por acaso forem feitas para beneficiar a Faculdade. Preci-- sando o laboratório de augmento e novas aquisições, a -- diretoria vae se incumbir das respectivas despesas por conta própria, sem alterar os vencimentos dos snrs. pro-- fessores, que serão mínimos. Aumentando o número de a-- lumnos, o que parece um tanto difficil, serão melhorados

os vencimentos dos snrs. professores. Entretanto, devo preveni-los de que, não terei dúvida em passar a administração da Faculdade para a responsabilidade absoluta da Congregação, desde que ella, assuma todos os compromissos e responsabilidades por mim assumidas e que lhe transferirei. Nesse caso, a Congregação presente elege rá o seu director com os respectivos vencimentos, assim como o secretário e traçará o programa a ser obedecido."

Vemos clara a dependência da sobrevivência da própria entidade na contribuição mensal de sua clientela.

A direção técnica da Escola é transferida ao / prof. Paulo Taves e depois para Dr. Luiz Taylor de Noronha. Somente em meados de 1934, assumem a direção e a vice-direção, respectivamente os professores Bento Abelaira Gomes e Alberto José Ismael.

Os vencimentos dos professores passam a ser calculados de acôrdo com o número de aulas ministradas durante o mês, seguindo a tabela: 12 aulas semanais: Rs. 160\$000 mensais; 13 aulas semanais 170\$000; 15 aulas semanais 190\$000; e 16 aulas semanais 200\$000.

As taxas e mensalidades cobradas aos alunos, para o ano letivo de 1935 são: curso de admissão: 20\$000, 1º ano propedêutico: 30\$000; 2º ano propedêutico 35\$000; 3º ano propedêutico 35\$000; Cursos técnicos 50\$000; Taxa de matrícula 20\$000 e taxa de fiscalização 30\$000. -- Tratando-se de dois irmãos matriculados, o segundo gozará do abatimento de 10% sobre o primeiro.

No plano nacional, o ensino comercial estava exigindo modificações substanciais. Em 1935, iniciam-se os debates sobre o problema da equiparação do curso co-



mercial ao curso ginasial, para efeito de matrícula nos cursos das escolas superiores. A Congregação dos Professores da Faculdade de Comércio D. Pedro II de Rio Prêto decide enviar um memorial ao Deputado Theotônio Montheiro de Barros Filho, pois são unânimes em considerar "a equiparação, necessária e justa".

As transformações pretendidas, porém, constituem motivos de controvérsia. Alguns artigos do projeto apresentado à Camara Federal, na opinião de alguns, seriam prejudiciais às instituições existentes e aos seus alunos.

O Jornal "A Notícia", de Rio Prêto, comenta longamente o assunto em artigo de 9 de novembro de 1935. - Seu autor afirma: "o que apresenta de muito grave êsse projeto de lei é a ameaça de morte aos actuaes estabelecimentos de ensino commercial. Com effeito, com que meios, com que recursos, hão de poder as nossas escolas de commercio transformar seus cursos propedeuticos em gymnasio, quer dizer, instalar um curso ginasial de conformidade com as exigências legais, constituindo patrimônio, construindo prédio próprio, instalações complexas e caras, fiscalização duplicada, em summa, crear um curso "preparativo" custosissimo para um curso tecnico muito menos custoso? Não poderão, pois, transformar o curso propedêutico em curso ginasial mas poderão manter apenas curso técnico aceitando alumnos provenientes de gymnasios. Ora, um alumno que faz este curso, num gymnasio, difficilmente quererá fazer um curso subsequente, de tres annos, para uma profissão pouco rendosa, quando com cinco annos poderá formar-se, por exemplo, em direito. Além disso, eliminando o curso pro

pedêutico, das escolas de commercio, que é a sua fonte de renda, o curso technico não bastará de forma alguma, para cobrir uma reduzida parte das despesas. Sem curso gymnasial, pois, também não poderão as escolas de commercio subsistire. Logo, os actuaes estabelecimentos - terão de fechar as suas portas. Com compensação, não - há gymnasio que, com um acréscimo pouco sensivel de gastos, não encontre condições de instituir cursos technicos de commercio. É "liquidar" com estabelecimentos acreditados, alguns tradicionais e cheios de bons serviços prestados, animando os que os emprehenderam e construíram, por favor aos gymnasios, que têm a sua finalidade própria, não é justiça. E para isso nos permittimo-nos pedir a atenção inteligente e lúcida do nosso representante federal". (7)

Por essas razões, o deputado Theotônio Monteiro de Barros, em entrevista publicada no jornal local, esclarece sua atuação frente ao grave problema, afirmando:

"O projecto não é de minha autoria exclusiva. É da bancada paulista e attende a inúmeros pedidos de institutos de ensino commercial e de vozes representativas. Encaminhei-o, como o faria qualquer deputado da bancada. Com isto, não quero dizer que eu não reputo as medidas do projecto muito boas e capazes de levantar o nível do ensino. Os cursos a que o projecto se refere, necessitam de satisfazer à exigências novas, que dêem melhores e mais amplos conhecimentos aquelles que os frequenta--

(7) "As Escolas de Commercio tem suas existências ameaçadas". Artigo publicado pelo jornal "A Notícia", 9/11/35.

rem. Mas, o que dissemos é que as escolas de commercio, em geral, não poderão transformar seus cursos propedêuticos. Não se trata de transformar coisa alguma. Os actuaes cursos propedêuticos devem subsistir, visto que o seu fim é preparar alumnos para o curso de guarda-livros e outros de que cogita o decreto nº 20.158. Tudo o que a lei em projecto tem em vista, é exigir melhor preparo, isto é, o curso gymnasial para aquelles alumnos que se destinam ao curso superior do commercio, quer dizer, aos de perito-contadores, autuários e de administração e finanças. Estes cursos serão assim, cursos superiores situados parallelamente aos demais cursos technicos, de profissões que não dispensam os sólidos conhecimentos / de ensino gymnasial, mesmo sem curso gymnasial, portanto, continuarão as escolas actuaes, nas suas próprias / condições, a formar secretários, guarda-livros,... Então, os cursos de gymnasio das escolas de commercio são de criação facultativa. De resto parece que, sendo o projecto approved nos termos propostos, aquellas escolas / de commercio a que não convenham manter o curso de gymnasio não perderão practicamente nada, visto que, sendo mais exigentes e mais difficeis os cursos superiores, os alumnos que a elles se destinam buscarão, de preferên--cia, institutos superiores dessa especialidade. E, natu--ralmente, em razão mesmo das exigências então maiores, o número de alunos não será muito grande".

O debate que aqui registramos, deixa transparecer toda controvérsia que se estabelece sobre a necessi--dade de renovação dos ensinamentos a serem ministrados / nos cursos e sobre as consequências que essa renovação / provocará, nas instituições de ensino já cristalizadas /

pelo sistema anterior. As reformas, porém, só se efetua-
rão com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Comer-
cial, o decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943.
O seu conteúdo já foi por nós comentado em capítulo an-
terior.

A Entidade mantenedora da Faculdade de Comércio
D. Pedro II, de Rio Preto, antecipando-se às reformas de
estrutura que se anunciam há algum tempo e difundidas pe-
los debates de projetos, resolve instalar um curso gina-
sial, nos moldes acadêmicos. A este novo estabelecimen-
to, inaugurado em 1940, é dado o nome de ATENEU RIOPRE-
TANO, hoje simplesmente, GINÁSIO RIOPRETANO.

Como toda entidade educacional, reconhecida pe-
lo Governo Federal, a Escola Técnica de Comércio D. Pe-
dro II, de Rio Preto tem seu Regimento Interno aprova-
do pelo Departamento de Ensino Comercial. Em seus arti-
gos especifica:—"A Escola Técnica de Comércio D. Pedro
II, fundada em 16 de novembro de 1927 é mantida pela Fa-
culdade de Comércio D. Pedro II Ltda., tendo por fim mi-
nistrar o ensino comercial dentro do plano geral estabe-
lecido pelo Ministério da Educação e Cultura, suas leis
e regulamentos, destina-se: 1. Fornar profissionais /
aptos ao exercício de atividades específicas no comér-
cio e bem assim de funções auxiliares de caráter adminis-
trativo nos negócios públicos e privados. 2. Dar aos
candidatos ao exercício das mais simples ou correntes a-
tividades no comércio e na administração, uma sumária /
preparação profissional". "Em sua organização interna -
reger-se-á por este Regimento, que tem valor de contra-
to entre as partes interessadas. No ato da admissão ou
matrícula no Estabelecimento, deverá o professor, funcio

nário ou o responsável pelo estudante declarar, por escrito, estar de acordo com todas as suas cláusulas! " A Escola Técnica de Comércio D. Pedro II manterá, sob regime de externato, para frequência mista em turno noturno os cursos: comercial básico e técnico de contabilidade. Os referidos cursos estão sujeitos à seriação e aos programas oficiais, regendo-se, em todos os seus aspectos, pela legislação vigente".(8)

A Escola, seguindo a nova legislação sobre o ensino comercial, adota e mantém apenas o curso comercial/básico de quatro anos de duração, curso único do primeiro ciclo do ensino comercial; e, o curso técnico de contabilidade, de três anos, escolhido entre os cinco possíveis de formação ou comerciais técnicos.

A partir de então, a história do estabelecimento apresenta alguns problemas e dificuldades internas, mas não há nenhuma transformação em sua organização. Os sócios proprietários reduzem-se a três: srs. Bento Abelaira Gomes, Alberto José Ismael e J. Kauan (ou seus descendentes). O quadro de professores contratados é renovado com frequência. O movimento de matrícula apresenta aumento crescente, como podemos verificar nos dados numéricos do Quadro da página seguinte. Fizemos o levantamento da matrícula nas diferentes séries do curso comercial (primeiro e segundo ciclos), de 1929 a 1950. / Consultamos todos os livros de matrícula arquivados pela Escola, desde a sua fundação.

(8) Regimento Interno da Escola Técnica de Comércio D. Pedro II de Rio Preto: artigos 1º, 2º e 3º, respectivamente. Arquivo da Instituição.

Escola Técnica de Comércio D. Pedro II: matrícula geral

Ano	1ª	2ª	3ª	4ª	total	1ª	2ª	3ª	total
Curso Geral						Curso Superior			
1929	16	21	---	---	37	---	---	---	---
1930	24	20	20	---	64	---	---	---	---
Curso Propedêutico						Curso Técnico			
1931	5	26	13	---	44	---	---	---	---
1932	30	---	---	---	30	22	14	11	47
1933	26	11	---	---	37	---	15	11	26
1934	17	13	5	---	35	---	---	10	10
						Perito contador			
1935	38	10	9	---	57	4	---	---	4
1936	53	23	15	---	91	13	4	---	17
1937	51	33	26	---	110	9	9	4	22
1938	46	27	27	---	100	23	8	9	40
1939	67	27	27	---	121	24	20	8	52
1940	107	45	31	---	183	44	20	16	80
1941	60	41	25	---	126	41	30	19	90
1942	67	39	32	---	138	30	41	30	101
Básico (Iª ciclo)						Técnico (IIª ciclo)			
1943	84	43	38	---	165	49	28	37	114
1944	69	55	36	---	160	43	46	22	111
1945	101	52	34	18	205	27	37	31	95
1946	79	59	36	27	201	39	24	29	92
1947	72	47	27	22	168	53	28	22	103
1948	59	38	22	27	146	52	31	26	110
1949	63	38	24	23	148	53	39	30	122
1950	57	50	31	18	156	33	37	31	101

A Escola de Comércio D. Pedro II de Rio Prêto / funciona ininterruptamente desde 1927, adaptando-se sucessivamente às novas orientações emanadas do Governo / Federal. Tem contribuído para o desenvolvimento do ensino em toda Alta Araraquarense. Os fatores que, ao nosso ver, propiciaram e asseguraram-lhe vigência e sucesso, / durante esse período, são, além da dedicação e esforço / de seus fundadores, professores e funcionários, os seguintes: a) A Escola não sofreu a concorrência de outro estabelecimento de ensino comercial. b) O número reduzido de membros integrantes da Sociedade ~~Ltda.~~ que a mantém garantiu a homogeneidade de interesses, educacionais e financeiros, e a harmonia na linha de ação adotada. c) As dificuldades de ordem financeira foram enfrentadas / com a colaboração dos próprios membros que dela participam e algumas subvenções vindas do Poder Municipal. d) / Finalmente, a ampliação constante do seu raio de ação, / procurando atender às novas exigências da época e dentro das possibilidades que a própria lei oferecia, garantiu-lhe a estabilidade.

8. ESCOLA SENAC.

Somente a partir de 1948 é que Rio Preto conta, além do Curso Técnico de Contabilidade da Faculdade de Comércio D. Pedro II, com os Cursos de aprendizagem mantidos pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). Trata-se de uma instituição organizada e dirigida pela Confederação Nacional do Comércio, cujos recursos são fornecidos pela empresas comerciais mediante / contribuições.

Muito embora, inicialmente, o SENAC não ~~tivesse~~ / ^{tido} preocupação com o ensino de grau médio, consideramos oportuno, ao analisarmos a história das instituições escolares de Rio Preto, deter^{nos} sobre o seu trabalho, no período que vai da sua organização (1946) ao limite temporal que impusemos ao presente estudo (1949). O SENAC, a partir de 1956, dedica especial atenção aos cursos de comércio e por essa razão aqui o incluímos.

O SENAC surgiu do estudo e do acordo entre o alto comércio do país e o Presidente da República. (1) Tem por finalidade manter cursos para menores aprendizes, / dar educação geral e específica ao comerciário, desenvolver o treinamento e a formação da mão de obra especiali

(1) Referimo-nos à Conferência das classes produtoras / realizada em Teresópolis (1946).

zada.

As atividades educacionais do SENAC em Rio Prêto iniciam-se com os cursos radiofônicos da "Universidade do Ar", (2) que durante alguns meses ministram aulas teóricas sobre o comércio, história, gramática, aritmética, ... suplementadas por apostilas vindas de São Paulo (Capital) que são explicadas pelo professor em horários radiofônicos pré-determinados.

A princípio, essas aulas foram ministradas na Associação Comercial de Rio Prêto, quando era seu presidente o sr. Hêlio Negrelli. O diretor e professor dos cursos, a esta época, era Dr. Waldomiro Naffah.

No ato da instalação da Universidade do Ar, no dia 7 de julho de 1948 (3) estiveram presentes: Jady Bassit, presidente da Câmara Municipal, Hêlio Negrelli, presidente da Associação Comercial, Basileu Toledo França, diretor da Escola, Dr. Aluizio Nunes Ferreira, Dr. Philadelpho Gouveia Neto, representando o Prefeito Municipal, Cândido Brasil Estrêla, representando a Associação Comercial de Mirassol, Colbert Brasil Estrêla, alto dirigente do SENAC em São Paulo, Jorge Kauam, pela "A Notícia", Jacinto Cortezzi, diplomado pela Universidade do Ar no ano anterior. Desde 1º de maio de 1948, a instituição funcionava na rua Tiradentes nº 498, local que fôra sede da antiga Biblioteca Pública Municipal "Dr. Fernando Costa", na quadra entre as ruas General Glicério e Bernardino de Campos.

(2) Circular nº 4, de 18/4/41. A divisão do Ensino Secundário aceita dirigir e patrocinar a "Universidade do AR", empreendimento de elevado alcance para o professorado -

A imprensa local, a 28 de abril do mesmo ano insistia na oportunidade dessa conquista:-" Então se pode negar que, em uma época inteiramente conturbada / por ideologias estranhas de lutas de classes, êsse organismo tem destacado papel de harmonizar empregados e empregadores, criando um clima de confiança e de paz, do/ que resulta maior trabalho e maior riqueza para a nação. Daí estarmos nós todos, o comércio e o povo, de parabens com a abertura dos cursos do SENAC,... Eles vêm em / boa hora, dar oportunidade a algumas dezenas de moços e moças, que após o curso primário se encontram impossibilitados de ampliar os seus conhecimentos, para galgar / assim, novos degraus nas emprêsas"....(4)

Fundamentado nas disposições do decreto-lei nº 8.622, de 10 de janeiro de 1946, sôbre a aprendizagem / dos comerciários e dos deveres dos empregadores e dos / trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem, o SENAC em Rio Prêto promove um primeiro curso:- o de aspirantes ao Comércio. Inteiramente gratuito, destina-se a meninos e meninas de 12 a 14 anos, com o intuito / de desenvolver-lhes os conhecimentos adquiridos no grupo escolar, despertando-lhes, ao mesmo tempo, o interêsse pela vida comercial. "Ali nenhum conhecimento pura---mente digressivo será ministrado, tudo terá sua aplica---ção em atividades comerciais. E além do aspecto de orientação profissional, o SENAC, vai desenvolver um amplo

brasileiro, que o vai dever à iniciativa do Dr. Gilberto de Andrade, diretor presidente da Rádio Nacional.

(3) In "A Notícia", de 7 e 8 de julho de 1948.

() Idem, 28/4/1948: "Serão instalados brevemente....."

trabalho educativo, que pouco a pouco, integrará os pequenos estudantes em nosso mundo social. A título de curiosidade mencionamos aqui as cadeiras e como serão ensinadas, no curso de Aspirantes ao Comércio (CAC):

1. A prática da linguagem visará desenvolver o gosto da expressão falada e escrita, e a prática de correspondência.

2. a aritmética, de caráter elementar cuidará especialmente do cálculo mental e do desenvolvimento do raciocínio, jogando com dados econômicos da vida real e da vida doméstica do aluno.

3. O estudo da geografia cuidará especialmente, do conhecimento do meio em suas atividades comuns e comerciais estendendo-se ao Estado e ao Brasil.

4. O programa de noções de ciências incluirá tópicos de interesse para o conhecimento de produtos do meio, do Estado e do País, de modo prático e interessante.

5. A História terá como objetivo pôr os alunos em contato com a evolução do comércio, através dos tempos/nos seus fatos característicos, sobretudo no tocante à vida brasileira.

6. Juntamente com o ensino complementar e corretivo o curso aproveitará todas as oportunidades para despertar os interesses dos menores, sobretudo no tocante/à vida comercial.

7. Dar-se-á grande desenvolvimento no curso às atividades extra-curriculares, como por exemplo: visitas às indústrias, estabelecimentos de comércio e empresas / agrícolas.

¶ Para isso tudo, em especial por ser inteiramen-

de graça, constitui uma grande e auspiciosa notícia para o povo de Rio Preto, a abertura da "Casa do Comerciário", daqui a poucos dias, no edifício da antiga Biblioteca - Municipal. O número de matrículas, dia a dia maior, representa o índice de interêsse que a instituição criada e mantida pelo SENAC, vem merecendo em nossa cidade".(5)

Enquanto o Curso de Aspirantes ao Comércio funcionava nos períodos da manhã, das 9 às 11 horas, e, da tarde, das 14 às 17 horas, no mesmo prédio, das 19,30 às 21,30 horas instalam-se os Cursos para Praticantes de Comércio (CPC), destinados aos jovens e adultos.(6) Este curso ensinará "no primeiro ano: português, matemática, formação social, noções de comércio e merceologia; no segundo ano: português, matemática, formação social, noções de economia e técnicas de vendas".(7)

Os cursos da Escola não são frequentados exclusivamente por comerciários. Muitos estudantes de escolas de ensino médio, simultaneamente, participam como alunos da Universidade do Ar, do CAC, e do CPC.

A primeira vista, a notícia de que "Estudante / riopretense obtém o primeiro lugar em concurso do SENAC, em São Paulo"(8) é animadora. Ao focalizarmos, porém, o nome do jovem premiado, Arnaldo Rossi (9) verificamos / que o mesmo faz parte do corpo discente de outra instituição de ensino médio, acadêmico, da cidade. Pelo sim, pelo não, a classificação do estudante foi "motivo de alegria para Rio Preto onde o premiado realizou a sua /

(5) In "A Notícia", de 4/5/1948.

(6) Idem, 29/4/1948.

(7) Idem, 5/5/1948: "Os cursos práticos do SENAC".

formação cultural e indica ao mesmo tempo que estamos / no caminho de nos apresentar como uma das cidades do interior onde mais se cuida da educação de sua gente".(10)

Em meados de 1948 (11) os estudantes do SENAC / organizam duas chapas que concorrerão à eleição da primeira diretoria do Grêmio Literário e Esportivo "Rodrigues Alves". A primeira - "Tiradentes" - tem como presidente de Honra, o Sr.Hólio Negrelli; a segunda - "Mauá" tem como candidato à presidência, o jovem estudante Helcio Luiz Miziara (12) e presidente de Honra, o sr. Basileu de Toledo França. As eleições (13) foram efetuadas no dia 12 do corrente sendo vitoriosa a chapa "Tiradentes"(151 votos contra 41).

Sob a orientação do diretor Basileu Toledo França, da professora Dionizia Paganoti Frota, organiza-se a "Associação de Pais, Mestres e Empregadores da Escola SENAC Paiva Meira". Os oradores que fizeram uso da palavra na reunião do dia 26 de junho examinaram, sucessivamente; a importância da entidade, "o modo especial como o lar, e o trabalho podem auxiliar a obra da formação / da mocidade". Do exposto, concluíram que de várias maneiras se pode e se deve auxiliar na formação da juventude. Entre outras medidas: "a) acompanhando a vida escolar/ das crianças e dos jovens; b) repreendendo os que levam notas más e incentivando aqueles que se esforçam e se / destacam entre os colegas; c) chamando-lhes a atenção pa

(8) In "A Notícia", de 25/5/1948.

(9) Arnaldo Rossi foi premiado com uma viagem aos EE.UU.

(10) In "A Notícia", de 25/5/48: "Estudante Riopretense,.

(11) Idem, 5/6/48: "Movimentam-se os estudantes do SENAC..

(12) Este aluno também não era comerciário.

ra as possibilidades de vencerem melhor na vida prática quando armados de cultura comercial; b) estimulando a todos para que continuem nos estudos gratuitos e eficientes que o SENAC lhes proporciona; e) finalmente, / compreendendo o trabalho e autoridade moral dos mestres, que as crianças e os jovens devem acatar como aos próprios pais".(14)

Simultaneamente à fundação da Escola SENAC, instalou-se em Rio Preto, a 15 de maio de 1948, um Centro Social do Comerciário (SESC), que tem como atribuições realizar ampla ação social, com assistência médica, dentária, à maternidade e à infância, e (assistência) jurídica aos comerciários e suas famílias.

"E, portanto, essa instituição assistencial notável pelo trabalho que realiza em prol do melhor ajustamento social e oferece maiores oportunidades de vida racional aos comerciários. Seu característico é a ação, é não esperar que se façam sentir momentos difíceis para aqueles e suas famílias, é ir a casa de cada um, por intermédio de suas visitadoras à procura de problemas / em que se encontrem a fim de auxiliar no possível, com sua mensagem de cordialidade e assistência. Casos de enfermidade, de irregularidades nos documentos profissionais, instruções para os filhos, alimentação, higiene, pedidos de mudança sob ameaça de despêjo, e, muitas ou-

(13) In "A Notícia", de 12 e 13 de junho de 1948.

(14) Ata da instalação da Associação, In "A Notícia", de 29 de junho de 1948: Associação de Pais, Mestres e Empreendedores da Escola SENAC "Paiva Meira".

tras situações precárias que surgem comumente, terão para solução o precioso auxílio de um departamento, cujo fim é a real e efetiva assistência social aos trabalhadores do comércio.

Em Rio Preto, o Centro Social "Angelor Paranugian" sito a rua Tiradentes, 490, funcionando em estreita colaboração com o SENAC, iniciou este mês suas atividades e já conta com mais de centena de comerciários inscritos. O gabinete dentário e o serviço médico já vem assistindo grande número de jovens com as facilidades a que se propõem, bastando para isso que o comerciário seja sindicalizado. As regalias se estendem às suas famílias, inclusive a colônia de férias em Bertioga (Santos), com instalações confortáveis e especialmente feitas para esse fim, que é o de proporcionar repouso restaurador durante as férias"... (15)

O segundo semestre do ano letivo de 1948, assim como todo o ano de 1949, transcorre pleno de atividades extra-curriculares: os alunos participam de maratona intelectual (16), comemoram o aniversário de nascimento do patrono do Grêmio (17), empenham-se no campeonato de futebol e bola ao cesto (18).

(15) In "A Notícia", de 6/8/48: "O SESC inicia suas atividades nesta cidade!"

(16) Idem, 6/9/48: "Os alunos da Escola SENAC Paiva Meira, participaram ontem de interessante maratona intelectual."

(17) Idem, 19/7/49: "Grêmio Literário e Esportivo Rodrigues Alves".

(18) Idem, 4/12/49: "Festa de Formatura".

Ao terminar 1949, a Escola SENAC encerra suas / atividades com a festa de formatura, entregando os diplomas aos primeiros aspirantes e participantes do comércio, bem como os certificados da Universidade do Ar. A festa é realizada no Cine Rio Preto e conta com a presença / do Dr. Brásilio Machado Neto, presidente do Conselho Regional do SENAC e paraninfo das turmas; do Sr. João Pacheco Chaves, diretor geral do SENAC, e do Prof. Walter Barioni, chefe da Divisão do Ensino, além de outros colaboradores do Departamento Regional de São Paulo. (19)

Interrompemos neste ponto o levantamento histórico descritivo sobre a Escola SENAC "Paiva Meira", de Rio Preto, pois delimitamos a faixa para o nosso estudo até fins de 1949. Muito teríamos a dizer sobre esta Es-cola, deste ponto até os nossos dias. Esperamos fazê-lo mais tarde, em outra oportunidade. Em 1951, a instituição enfrentou o sério problema do prédio, pois o velho / sobrado em que estava instalada exigia prontas reformas. Em 1952, correu o perigo de fechar suas portas por determinações superiores. Essas dificuldades, porém, foram / superadas após longas demarches e a partir de 1956, a SENAC inicia uma nova fase, em prédio próprio e com os cursos e currículos reestruturados.

Para concluir essas ligeiras considerações, temos a acrescentar que ela é uma escola diferente, que procura corresponder às exigências da civilização atual. " / Uma casa onde a educação e a instrução se colocam ao mesmo nível de igualdade" (20). Um novo estabelecimento /

(19) In "A Notícia", de 4/12/1949: Festa de Formatura.

(20) Idem, palavras de Basileu Toledo França.

de ensino, que em vez de seguir as linhas tradicionais/ da escola brasileira propôs ampliar a formação dos estudantes, orientando-os ao mesmo tempo na vida prática. / Suas realizações, contudo, são realizações humanas, com "arrancos" e "estagnações", com falhas e acertos, num / esforço constante de renovação progressiva buscando realizar o que lhes pareceu melhor, no momento, e cumprindo sempre o lema:- "DO COMÉRCIO, PELO COMÉRCIO, PARA O COMÉRCIO".



VI. O SIGNIFICADO DO DESENVOLVIMENTO

DO ENSINO DE NÍVEL MÉDIO EM RIO PRÊTO.

1. Exigências educacionais decorrentes do desenvolvimento.
2. Razões que fundamentam pedidos de criação, ampliação e oficialização das Instituições de Ensino Médio.
3. Iniciativas diversas: tipos de instituições.
4. Fases evolutivas da História das Instituições de ensino médio de Rio Prêto.

VI. O significado do desenvolvimento do ensino
de nível médio em Rio Prêto.

O processo de desenvolvimento (1) de Rio Prêto é recente e não apresenta um ritmo uniforme. Até 1940, mais ou menos, este processo caracterizou-se por um / crescimento descontínuo, que se evidenciou nos diversos "surtos de desenvolvimento" pelos quais o Município passou. Desde o início, não houve no desenvolvimento rio-pretense progresso, mas progressos,... também não houve uma só ordem, monolítica ou única, mas uma variedade de ordens que ^{se} ~~vtm~~ juntado para formar, às vêzes, contrariamente, o sistema local a um tempo uno e plural em / seu modo de ser, de vida e de cultura. A emergência dos períodos de intensificação e a instabilidade do processo de crescimento são condicionadas e explicadas pela especificidade da estrutura econômica riopretense, tal como ela se articula com a paulista e esta, por sua vez

(1) Empregamos "desenvolvimento" no seu sentido mais amplo, como processo multicausal cumulativo e espiral, que implica realidades de infra-estrutura: território, distribuição demográfica, formas de trabalho ou de organi-

vinculada à brasileira e à capitalista internacional. É uma economia exportadora de produtos primários. O ritmo de expansão da economia interna acha-se sujeito à flutuações determinadas pela conjuntura econômica internacional. Somente depois da Segunda Guerra Mundial é que começam a existir condições, criadas pela própria dinâmica interna do sistema econômico do País, capazes de estimular o desenvolvimento industrial.

A observação geral dos fatos em nosso município, nas décadas dos anos vinte, trinta e quarenta, claramente revela os índices de ascensão na urbanização, no consumo "per capita" de energia, na produção industrial, de um lado; e de participação, cada vez maior, do povo em fontes de informação e de ação política, de outro. Há variações da estrutura social e maior mobilidade, e, em consequência, mudanças nos valores reais de classes e instituições. O conjunto retrata um processo de desenvolvimento.

Como não poderia deixar de ocorrer, essas transformações provocaram desajustamento entre algumas esferas da cultura chegando, em certos casos, a criar situações que podem ser definidas em termos de "problemas sociais". Muitos deles puderam ser resolvidos através de reações espontâneas do próprio sistema social, sem que houvesse interferências deliberadas para controlar seus efeitos. Outros porém, decorrentes do desenvolvimento econômico, impõem, como uma das condições essenciais ao próprio desenvolvimento, o controle deliberado e racionalização econômica, como também as expressões de natureza política, social ou de cultura simbólica.



nal.

De tais considerações, insinua-se uma hipótese geral que é a de que o desenvolvimento contém em si a idéia de mudança social num sentido progressivo de organização democrática, bem como a da estabilidade das instituições que a caracterizam. Este desenvolvimento / relaciona-se com as variações da estrutura profissional assim como com a estrutura demográfica, decorrentes dos efeitos da urbanização e industrialização.

O processo de crescimento industrial significa / para Rio Preto, a "transformação de uma economia de base agrária, que se assentava no latifúndio organizado / em moldes patriarcais, e visava diretamente a exportação de produtos primários para o mercado internacional, numa economia de base capitalista que se desenvolve numa sociedade de classes, onde a indústria torna-se, ao lado da agricultura, um componente essencial do mecanismo econômico".(2)

Ao mesmo tempo, esse processo dependerá e resultará na transformação da antiga sociedade patriarcal, estratificada em camadas rígidas, na sociedade democrática de classes abertas. É em função desta transformação / mais geral, e tendo consciência da importância do crescimento industrial para que ela se efetue que o educador precisa pensar nas reformas educacionais.

Os grupos de populações economicamente ativas / transferem-se das ocupações "primárias (agricultura, / criação de gado, indústrias extrativas, caça e pesca),

(2) Otavio Ianni: Industrialização e desenvolvimento social no Brasil. p-211.

para as atividades "secundárias" (indústrias de transformação, construção civil e serviços) e "terciárias" (comércio, transporte, administração pública, forças armadas e atividades sociais em geral). Isso explica a correspondência que há entre quotas elevadas de população ativa empregadas em atividades primárias e a renda nacional "per capita" mais baixa. A elevação dessa / renda requer proporção considerável da população atuante em atividades "secundárias e terciárias". Assim, diminui a importância relativa das oportunidades ocupacionais em que não se exigia ~~se não~~ ~~pouca~~ ou nenhuma formação escolar, aumentando-a, quer no sentido geral, isto é, no domínio das técnicas de assimilação da cultura escrita, quer no sentido restrito de semi-qualificação e qualificação profissional.

1. Exigências educacionais do desenvolvimento.

Expressam as primeiras exigências educacionais decorrentes do desenvolvimento: a) o reconhecimento e a manifestação da própria necessidade da educação; b) a criação e a instalação de instituições educativas e escolares, seja pela maior demanda do próprio povo, seja em função das necessidades das empresas,

A Educação é fonte segura de progresso na medida em que influi nas oportunidades ocupacionais e profissionais e, portanto, na estrutura social. O sistema socio-econômico e o educacional apresentam interrelações / ou influências mútuas de efeitos cumulativos. Através / da ação educativa bem exercida, solidarizam-se o progres

so econômico e o desenvolvimento social e político nas condições da vida moderna.

A educação está associada ao trabalho, à estrutura profissional e à mobilidade social. Por isso, são necessárias medidas que permitam e realizem a introdução de uma educação produtiva e reprodutiva, que gere / desenvolvimento, que gere educação.

Essas medidas, no entanto, não podem ser adotadas arbitrariamente, sem planejamento, sem articulação / de esforços, pois as diretrizes ou os pressupostos gerais de uma ação política em matéria de educação, como / aliás de outra atividade política qualquer, provém dos costumes e das leis, podendo mesmo estar referidas na legislação. Toda essa matéria constitui um corpo de / pressupostos em que se afirmam ideais e aspirações, carregados de valores.

a) Manifestação da necessidade de educar e da importância da instrução.

J. A. Martins Gomes em seu balanço sintético dos / Grandes Problemas de Rio Prêto, publicado no Album Illustrado da Comarca (1927-1929), de maneira objetiva aborda o problema da necessidade de instrução pública dizendo:

"Rio Prêto atravessa actualmente o momento mais delicado da sua história, porque se aproxima a hora em que hão de definir-se fatalmente os seus destinos. É precisamente por isso, que julgo inútil e inoportuna / qualquer manifestação cívica, enquanto não solucionarmos

praticamente todos os problemas que devem ser concebidos pela lógica à luz do raciocínio. Desde que fallamos dos grandes problemas materiaes, das incomparáveis maravilhas naturaes e das enormes vantagens da nossa situação perante o mundo culto, necessariamente teremos que fallar também, do nosso progresso moral, da nossa illustração de espírito e da nossa feição de carácter, afin / de sabermos se estamos ou não convenientemente preparados para ingressar no dia de amanhã, com a consciência / levantada e a razão esclarecida. Precisamos, portanto, habituar-nos a ver as cousas pelo seu lado real, tornando-nos mais práticos e menos prolixos quanto aos problemas essenciaes do organismo social colectivo, onde temos muito que fazer e muito em que pensar.... Que somos cultos, trabalhadores, honestos, donos de uma das maiores cidades do Interior e dominadores do maior, do mais prospero e ubérriimo de todos os latifúndios do Estado, já foi dito por toda parte e creio que ninguém mais o ignora. O que nos resta saber, é, se amanhã, daqui a / uns dez ou vinte annos, poderemos dizer outro tanto, caso queiramos permanecer indifferentes à solução dos vários problemas que se impõem à nossa acção realizadora, como um conjunto de iniciativas inadiáveis. Pode muito / bem ser que assim seja, mas duvido que um povo se possa julgar eternamente feliz, sem ter adquirido a consciência do seu próprio destino.

"Os bens materiaes só completam a felicidade do homem quando a sua intelligência estiver apta a fruir / pelo equilibrio da própria razão, todos os prazeres espirituaes que taes bens possam proporcionar-lhe. Fóra / disso, até o porco seria mais feliz que o homem, porque

não quebra a cabeça a resolver problemas e engorda tran-
quilamente dentro do chiqueiro. Mas o homem, na sua qua-
lidade de animal superior dotado de faculdades espiri-
tuaes que vão muito além da obtusidade material, eviden-
temente não pode limitar o seu poder intellectivo á con-
templação pathética das faustosas riquezas que o deslun-
bram. Pouco vale uma tulha cheia deante de uma alma va-
sia,....."

Em 1929, a opinião pública riopretense começa a
tomar consciência do problema ainda que em termos impre-
cisos e pouco a pouco exige soluções. J.A.Martins Gomes
continúa:-

"O povo, dir-se-ia que accordou envergonhado /
dentro do marasmo da sua ignorância e começa a gritar /
pelo ensino em que porta o encontrará. Precisamos de en-
sino, queremos escolas, pedidos pela imprensa, pedimos
nos bares e em toda a parte mas ninguém nos attende.(...)
Rio Prêto até há poucos annos atrás, contentava-se com
tudo e tudo estava bom, porque não tinha a população que
tem hoje, e nem o seu progresso social exigia requintes
de aperfeiçoamento intellectual, como os pode exigir a
sua população actual. Durante muitos annos, não passou/
de um vasto núcleo agrícola formado por um alluvião de
elementos rústicos que se deixou absorver inteiramente/
pela lucta tremenda na conquista da terra. Terminada es-
ta, succedeu-se o período de formação social provocada /
pela influência dos elementos cultos que vieram poste-
riormente e pela própria aspiração das novas gerações/
provindas dos velhos troncos, assim surgindo entre a
convulsão etherogênea da moderna fanillia riopretense, a

imperiosa necessidade de aprender a ler.

"Começamos então, um dia destes, a reflectir / que ser rico é muito agradável, mas ser ignorante é uma espiga dos diabos. Temos tulhas fabulosas e dinheiro a rêdos. Com elle compramos todos os prazeres, alimenta--mos todos os vícios e, Deus louvado! até compramos cons--ciências e conquistamos a amizade hypócrita de todos os que veneram a nossa grandeza com o sentido nas migalhas que deixamos cahir em suas mãos, como um peso humilhante sôbre a sua miséria. No final das contas, satisfeita a vaidade, o orgulho, o prazer e o vício, regressamos / de novo ao invólucro natural da nossa ignorância e en--tão, sentimo-nos mais pobres, mais indignos e mais es--cravos do que o peor dos asnos.

"Temos sêde de luz, necessidade de illustração, de verdade e de belleza, e então lembramo-nos furiosa--mente da escola, do mestre e do ensino, mas....a sorte, numa ironia satânica, faz rolar nos velhos goncos uma porta rústica e, abre-se-nos a tulha empanturrada de milho, feijão, palha e batatas. Ora, com este manjar / não se aprende a ler e nem se illustra o espirito, mas, como a empedernida rotina dos nossos maiores acha isso interessante, trata de se afundar sorratamente no seu insondável desmasêlo e, as gerações novas se quize--rem latin ou philosophia, que vão à tulha a br batatas!"

A consciência da necessidade da educação, que / apenas despertou em certas camadas da população, provo--ca a demanda pela escola secundária, ligada às estrutu--ras sociais tradicionais e com um ensino que constitui--privilégio das classes dominantes. Através do ensino a classe em ascensão identifica-se com as categorias daque

las. Certos valores são transmitidos e utilizados como instrumento que lhes permite assegurar seu domínio e / sua participação na nova posição social.

Filhos e netos de imigrantes, impregnados de aspirações de ascensão social vêm na educação o meio mais eficaz de concretizar e testemunhar, confirmando uma ascensão já ocorrida ou em processo de ascensão. Já não se conformam com os padrões tradicionais, já não aspiram só ao ensino superior, como trampolim para empregos públicos (rendosos), para os cargos políticos. Querem melhor "status" social, qualificações variadas para oportunidades de ocupação de uma sociedade já diversificada.

Nos anos vinte, trinta e quarenta, difundem-se as idéias de que: a) a educação de nível primário e médio é uma necessidade fundamental aos jovens para a sua subsistência e vitória numa sociedade evoluída, b) impõem-se a procura de escolas oficiais, mais "abertas", porque gratuitas quando o custo desta operação em instituições pagas, está acima das posses de grande parte / dos que pretendem e devem cursá-las.

b) Criação, instalação e expansão do sistema escolar.

"A educação tornou-se um problema social em todas as sociedades que compartilham da moderna civilização, associada à economia de mercado, ao regime de classes sociais, à ordem"...(3)

(3) Florestan Fernandes: Educação e Sociedade no Brasil. p.101. "Problema social" é a designação dada pelos soció

A expansão de um sistema escolar, em todos os seus níveis e graus, não depende apenas do empenho idealista de alguns homens que compreendem o significado íntimo e profundo e a função do trabalho educacional na formação da pessoa humana e na edificação dos regimes / políticos.

Em Rio Prêto, na década de vinte, o problema da instrução não é de caráter local apenas, mas sim, regional. "O problema do ensino na situação em que se encontra, não está absolutamente resolvido, e nem nós podemos admitir que permaneça em tais condições por prazo / indeterminado", afirma J.A.Martins Gomes. Clamam pela / criação de escolas primárias, secundárias, normais, técnicas e por uma Universidade, já em 1929.

No Capítulo X, do Album Ilustrado da Comarca, publicado em 1929, o responsável pelo artigo "Instrução Pública", prof. Dario de Jesus, argumenta que "a razão / da felicidade humana não provém do dinheiro e sim da inteligência", que "sem cultura e educação moral, podemos ser imensamente ricos mas, nunca deixaremos de ser / idiotas".

Os dados estatísticos apresentados pelo Autor, / no tocante ao ensino primário mostram quanto havia por ser feito:

logos ao "conjunto, constituído pelas coisas encaradas como socialmente indesejáveis, as atitudes valorativas que elas suscitam e os comportamentos inconformistas / que elas desencadeiam".

"Total de crianças recensadas (1927)	13.582
Idem, que frequentam escolas	2.722
Idem, que não frequentam escolas	10.860
Escolas creadas e não providas	39
Escolas providas por professores leigos	12"

"Por êstes algarismos, verifica-se que 10.860 / crianças recensadas -escreve Dario de Jesus- continuam em casa dos paes caçando mûscas ou espantando ratos, até que a instrução se resolva a dar-lhes uma escola e um professor. Com o decorrer do tempo, porém, todos êles / terão desenvolvido o physico e a imbecilidade, e, então em vez de 10.860 pessoas cultas teremos 10.860 animais/ inconscientes, que adiccionados aos que já existem e à- quelles que hão de vir, completam a esplendida colmeia/ de nullidades de que está carecendo o Brasil para attes- tar a sua esplendida cultura. Não há dúvida que com taes progressos, nós iremos longe! Com uma tal porcentagem, de analphabetos dormindo à sombra da ignorância, daqui/ a dois dias toda nossa cultura ficará reduzida a planta- ções de café, que dão em resultado um rio de dinheiro / desembocado num mar de estupidez.

"Podia ser peor; mas, também podia ser melhor / se cultivássemos o trabalho e a moral ao mesmo tempo. / Com um tal estado de cousas, nunca attingiremos o plano elevado a que ascendem os povos cultos".

c) Adequação das Instituições às necessidades e aspirações.

Afirmamos, anteriormente, que o desenvolvimento/ contém em si a idéia de mudança social, num sentido pro



gressivo de organização democrática, bem como a da estabilidade das instituições que a caracterizam. Na realidade, tais instituições supõem mobilidade social no sentido vertical, ou um sistema de "classes abertas"; supõem o bem-estar econômico e um sistema de valores igualitários no que toque ao exercício dos direitos; supõem, enfim, uma participação ativa de todos os cidadãos na direção dos negócios públicos por um sistema representativo de govêrno, e, enfim, sob o princípio de que ao Estado competem macro-decisões, no interêsse de todos, admitem a livre participação individual em organizações / voluntárias.

Assim, acompanhando as transformações da estrutura socio-econômica, as instituições de ensino têm sofrido modificações contínuas. Entretanto, apesar do esforço de ajustamento desenvolvido pelos promotores da educação, que se ocuparam do assunto no plano municipal, estadual e nacional, ainda hoje não conseguimos elaborar e, principalmente, executar uma política educacional capaz de atender às necessidades de uma sociedade em processo de urbanização e industrialização. Isto não significa, no caso específico de Rio Prêto, que não tenham / sido feitos esforços com o objetivo de atender às necessidades locais e regionais. Significa que, as transformações sofridas pela estrutura socio-econômica têm sido tão rápidas e profundas que entre o panorama por elas / traçado e as tentativas de elaboração e de reforma da educação institucionalizada às condições reais há um hiato cada vez mais largo. De um lado, o sistema educacional; de outro, a existência social.

A adequação do sistema educacional à nova ordem



econômica e social emergente é uma questão que acarreta e exige medidas racionais e práticas.

A expansão do comércio, da indústria e dos serviços exigem, além da qualificação profissional de mão-de-obra numerosa, também a sua diversificação progressiva para atender às condições presentes e às perspectivas previsíveis de desenvolvimento econômico social. As necessidades efetivas da expansão das atividades econômicas exigem transformações nos diversos cursos, e por isso deve-se evitar as inadequações dos currículos de certas escolas, por exemplo.

"Essa inadequação produz, naturalmente, consequências indesejáveis. Por um lado, dificulta a introdução de técnicas realmente capitalistas de produção, pois que estas dependem da invenção tecnológica e da utilização de material humano devidamente treinado. Por outro lado, torna-se uma fonte de determinados tipos de tensão social que emergem na sociedade como consequência / da preservação de ideais tradicionais de formação da juventude que já não correspondem às condições vigentes / de existência social".(4)

Como pondera J.A.Martins Gomes: "O que é que pode significar a instalação de um Lyceu, um Gymnasio, / uma Escola Normal, ou uma Universidade para a ignorância crassa de um povo analfabeto? Naturalmente, a sua faculdade intellectiva deve olhar para tudo isso com o / mesmo interêsse com que uma bête de carga pode olhar a uma vitrine de jóias. São cousas bonitas, muito honrosas e louváveis, mas pouco úteis enquanto a consciência

(4) O. Ianni: Op.Cit. p.239.



popular não fôr despertada pela luz do alfabeto. O que devemos fazer pois, para que o problema do ensino seja uma realidade consumada em tôdas as suas modalidades? / Primeiro: aproveitar sãbiamente o concurso da própria / legislação do Estado, que é nêste sentido, a mais ampla e perfeita em todo o paiz. Segundo: prover com o auxílio official tôdas as escolas não providas e fundar tantas quantas sejam necessárias á alfabetização de tôdas as crianças em idade escolar. Terceiro: officializar ou equiparar as escollas officiaes, tôdas as casas de ensino de caráter particular. Quarto: criar e installar em prédios próprios e adaptados, o ensino secundário. Quinto: fundar, construir e installar definitiva e officialmente, em prédios convenientemente adaptados, o tão necessário e suspirado ensino superior. Feito isso, poderemos cuidar posteriormente, da instalação de Escolas / profissionais, Institutos agrônomos, Postos zootécnicos e tantas outras cousas que o próprio tempo nos ensinará com a luz da experiência". E' sintomática a hierarquia / estabelecida pelo Autor!...

As aspirações do riopretense enriquecido ou em vias de enriquecimento, continua^{ndo} sendo a de permitir ao filho a frequência nas escolas para as elites e com / ela a penetração num grupo social mais elevado. Mas, à proporção que os recursos de que dispõe a classe média se tornam insuficientes para manter os filhos na escola secundária, reivindicam a atuação do Estado na Educação através da instalação de um "Gymnasio Official", gratuito.

2. Razões que fundamentam pedidos de criação, ampliação e oficialização das Instituições de ensino médio de Rio Preto.

As instituições de ensino médio de Rio Preto / constituem expressivo exemplo de que a "História de uma cultura não se processa independentemente dos fatores / econômicos, sociais e políticos que, de certa forma, a condicionam".(5)

Cumpre-nos indagar do sentido e objetivo por / que se concretizaram as aspirações dos riopretenses que, direta ou indiretamente, influenciaram as instituições de ensino médio da cidade.

Em suas linhas gerais, os argumentos que fundamentam os pedidos de criação, ampliação e oficialização das instituições de ensino médio de Rio Preto estão intimamente vinculados à maneira de encarar os problemas humanos e são expressos numa linguagem extremada de expressões e modos de falar do homem do interior habituado a encarar as dificuldades com espírito "terra-a-terra", sem devaneios mas com algumas reflexões singelas.

a) Expansão quantitativa da população e aumento do seu poder de produtividade e aquisição.

A medida que o Oeste Paulista se povoa e progride, novas exigências surgem. As necessidades humanas ampliam^{se} e evoluem em si e nas formas de satisfazê-las.

O urbanismo, entendido como um modo de existência histórica, como uma forma particular de existência, "significa a satisfação de necessidades materiais e não

materiais diversas em conteúdo e quantidade ^{das} inerentes - aos estilos de vida pré-urbana, de tal modo que, embora não redutível a um "quantum" maior de consumo, o urbanismo o exige ao implicar basicamente um padrão mais elevado de consumo de bens e serviços". (6)

A urbanização realiza-se portanto, como sub-produto integrante do desenvolvimento da formação econômico-capitalista.

O desenvolvimento da formação econômico-social capitalista riopretense na etapa posterior a 1940, evidencia não só a simples expansão quantitativa das "velhas" necessidades com o crescimento demográfico, como ^{também} responsabiliza a urbanização capitalista pela generalização de "novas necessidades".... "Mais do que a desintegração e rebaixamento do padrão de existência "tradicional" promoveu a aspiração de um padrão de vida "material" e "não material" mais elevado". (7)

Articulistas e políticos locais em seus pronunciamentos destacam esse aspecto do problema da instrução. Dario de Jesus, insiste que "O homem, onde quer que se estabeleça, onde quer que prospere, por mais egoísta que seja, sempre reserva um pouco da sua preocupação para a instrução da prole. A sua preocupação máxima nas zonas chamadas novas, como a nossa, é sabido - que é a riqueza. Logo, porém, que a prosperidade pecuniária começa a sorrir-lhe eis que desperta nêle o sentimento de proporcionar aos filhos uma educação melhor que a sua, que lhes dê uma vida mais suave do que a sua,

(6) L. Pereira, op. cit. pág. 113.

(7) L. Pereira, op. cit. pág. 116

tôda cheia de agruras, revezes e sofrimentos. O homem vê, então, cheio de mágica, que em nossa zona tudo é fá-
cil, tudo se consegue de um momento para outro, inclusi-
ve o dinheiro, menos, porém, a instrução, menos, as esco-
las para seus filhos. E êle, entristecido, começa a -
ver, então, as suas crianças na mais completa ignorân-
cia a prolongar-se pela sua geração inteira, esse gran-
de perigo que tem sido o maior entrave à sua prosperida-
de".(8)

b) Rio Prêto, centro da Comarca.

A cidade de Rio Prêto foi e é o ponto de irra-
diação para tôda a região Norte Ocidental do Estado de
São Paulo e projeta^{se} como centro de atividade e produ-
ção. Ora, a extensão territorial notável e o aumento -
constante da população requerem soluções racionais e não
mais o improvisado.

J.A. Martins Gomes focaliza a questão explican-
do que se "todas as regiões têm o seu centro de conver-
gência, e os estados e os Países têm suas capitais, Rio
Preto é muito naturalmente a capital dessa zona riquís-
sima criada dentro dos seus próprios domínios e sob o -
influxo de sua civilização. Não ponho nisto pretensão
nem bairrismo, pois seria utopia enaltecer uma cidade -
em detrimento de outras, quando todas merecem a mesma -
veneração e respeito".

O problema da instrução deve ser tratado em ter

(8) Dario de Jesus - As grandes necessidades desta Co-
marca - in Album Ilustrado de Rio Prêto - 1927 - 1929.

mos regionais e não apenas locais, argumentam os riopretenses em 1929. "Se Rio Preto foi sempre centro de actividade de onde irradiou a vida para toda uma região - nova e riquíssima, naturalmente deve ser elle também o grande centro de cultura intelectual ou sede universitária de toda essa zona de onde hão de surgir gerações - fortes e sadias com sêde de luz e de aperfeiçoamento moral". (9)

São essas mesmas idéias, que reencontramos na justificativa ao projeto de criação da Escola Normal Oficial apresentada em 1948, pelo deputado Solon Varginha, onde enfatiza que S.J. do Rio Prêto é "o centro natural e obrigatório de uma vasta região; é o maior centro comercial, bancário, agropecuário e industrial da alta araraquarense; e um dos mais importantes do Estado; é o centro e sêde de uma das maiores e prósperas divisões eclesiásticas do Estado de São Paulo; é a sêde de Delegacia de Polícia, do Ensino, do Trabalho e de Saúde; é o centro educacional de uma região nova e próspera para a qual acorrem famílias de todos os pontos do Estado e do País". (10)

c) Democratização das instituições pela oficialização das mesmas.

Em face das atuais condições de desenvolvimento economico e social, evidencia-se a necessidade de lutar por uma concepção democrática do próprio ensino e pela

(9) J.A. Martins Gomes, op cit.

(10) D.O. de 19 de maio de 1948.

"democratização" do sistema educacional existente. Lutar por um "ensino orientado de modo a possibilitar pelo menos uma aceleração do processo de generalização / dos benefícios de uma ordem social nova". (11) Todavia, é necessário compreender que a instauração do ensino democrático no país não é um problema adstrito à estrutura administrativa da escola. Mesmo que se inclua nessa concepção também as questões relativas à composição e - seriação das disciplinas, à substância do ensino ministrado, às relações pedagógicas e sociais entre alunos e professores, aos agrupamentos sociais que constituem no interior do estabelecimento de ensino, etc..., ainda -- restam outros fatores fundamentais a serem considerados.

O processo de democratização desencadeado por -- outros setores da nossa sociedade, não pode ser contido pela educação inspirada em valores não democráticos, / pois esta é impotente para conter aquêle, "e, fatalmente, com ou sem propósito deliberado de ajustamento, o -- sistema educacional tenderá a modificar-se, acompanhando as transformações da sociedade inclusiva". (12) Por outro lado, a democratização do ensino, encontra, naturalmente, os limites de sua possibilidade e da extensão de seus efeitos na própria sociedade". (13)

Apesar dos obstáculos, alguns dos quais insuperáveis a curto prazo, o riopretense reconhece que é urgente a tomada de posição frente aos problemas assinalados. ~~como por exemplo~~ ^{Um deles,} ~~de~~ ^{problema} de ordem estrutural, -

(11) O. Ianni -- op. cit. pág. 265.

(12) O. Ianni -- op. cit. pág. 216.

(13) O. Ianni -- op. cit. pág. 217.

é a impossibilidade de ^e entender rapidamente a rede de estabelecimentos secundários ~~sem~~ pressão, especialmente das classes médias, cada vez mais numerosas, no sentido de se criarem e expandirem as condições institucionais susceptíveis de ^{elas} possibilitar a ascensão social. A aquisição de instrução é talvez o meio menos oneroso no sentido de possibilitar a mobilidade de um para outro estrato social.

A proliferação de escolas nos seus diversos níveis resulta da expansão dos setores de produção "secundários e terciários" da economia riopretense, que exige cada vez maior número de profissionais adestrados para múltiplas ocupações.

"O essencial do problema - afirma J.A.M. Gomes em seu trabalho - consiste precisamente em desenvolver systematicamente e homogeneamente o ensino, começando - por alfabetizar e aperfeiçoar o senso intelectivo de todas as classes desde a mais humilde á mais opulenta. Cuidar somente do ensino superior, esquecendo-nos da alfabetização, é um trabalho tão inútil como não cuidar de coisa nenhuma. O que é que pode significar a instalação de um Lyceu, um Gynnasio, uma Escola Normal, ou uma Universidade para a ignorancia crassa de um povo analfabeto?" A democratização da educação refere-se aqui a extensão a "todos" da educação primária, sem caráter seletivo algum.

Argumentam em Rio Prêto, por volta de 1925, a necessidade da ampliação de seu sistema escolar, visto, "existirem nesta cidade inúmeras pessoas educadas, / tais como grande número de advogados, médicos, engenheiros, pharmaceuticos, cirurgiões-dentistas, comerciantes,

artistas que veem com nagua profunda crescer seus filhos e filhas, sem lhes poder dar uma instrucção compativel com a sua educação. Das pessoas mencionadas nem todas, são abastadas para manter seus filhos em gymnasios particulares que cobram dois contos de reis, annuaes de cada alumno e além do mais não lhes offerecem garantias - de validade do diploma nem da positividade do ensino / que ministram, dada a falta de fiscalização conveniente por parte do poder público. Uma família que tenha três filhos em idade escolar e de matrícula em escola secundaria terá de dispender nada menos do que seis contos de reis por anno ou terá que sacrificar um ou dois filhos, deixando de lhes dar a conveniente instrucção. / Rio Prêto, que concorre para o thezouro estadual com -- perto de 1000 contos de réis por ano como se pode verificar pelo movimento da Collectoria, deve merecer a atenção do Governo do Estado, dotando-o de um gymnasio official, onde possam seus filhos educar-se e melhor se aparelharem para a vida". (14)

Dois testemunhos de uma mesma época, numa linguagem que o homem comum compreendia e aceitava. Mas, como observa Lauro de Oliveira Lima: (15) "O processo - de democratização do ensino secundário, acelerado nos últimos decênios, de elevação das massas à cultura, / apresenta um aspecto negativo quando fica rebaixada a -

(14) Dario de Jesus, "Nossos Problemas", artigo publicado in "O Quarto Poder", jornal de Rio Prêto, ano I, / Nº 4, de 28 de maio de 1925.

(15) Lauro de Oliveira Lima, "Estudo crítico da Lei Orgânica do Ensino Secundário" - pág. 134 - 135.

qualidade de ensino. A escola secundária foi organizada para servir aos filhos dos senhores de engenho, fazendeiros de café, estancieiros que constituíam a elite dominante. Esses elementos que procediam das famílias tradicionais já traziam consigo uma bagagem cultural adquirida no próprio lar e estavam em condições de assimilar os conhecimentos proporcionados pela escola secundária, cujo currículo é extremamente carregado e com programas extensos a desenvolver. Mas os novos alunos egressos de camadas populares, procedentes de famílias sem tradição cultural, defrontam hoje pela primeira vez, nos bancos escolares, com todo o peso de uma cultura acumulada que é preciso assimilar rapidamente. Como consequência dessa situação temos os problemas dos mais graves da repetência e evasão escolar".

d) A criação e instalação de instituições escolares oficiais "não trará ao Governo do Estado despesa de vulto

Num esforço de dar às reivindicações o caráter de transações bilaterais e não a conseqüência de um auxílio, de uma ajuda, argumentam que as despesas não serão de vulto pois poderão essas novas instituições "funcionar anexas a outras já existentes, cujas instalações são suficientemente amplas e compatíveis com as necessidades do empreendimento". (16)

A história aqui relatada nos mostra, porém, que

(16) Justificativa do projeto de lei nº 155, de 16 de maio de 1948. D.O. de 19 de maio de 1948.

êsse argumento é ilusório. Basta tomarmos como exemplo a instalação do Ginásio do Estado já relatada em outro capítulo. De fato a Prefeitura adquiriu o prédio e instalações, e doou-as ao Estado, mas a manutenção do mesmo, o pagamento dos professores e funcionários foram imediatamente assumidos pelo Estado. A lei de criação - porém, falava em que à Prefeitura Municipal, caberiam tais gastos durante os dois primeiros anos de atividade.

Neste período, não temos outro exemplo a citar, mas isso se repete em 1958 na campanha da Estadualização da Universidade Municipal de Rio Preto, atual Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Sistema de Institutos Isolados do Estado de São Paulo.

3. Iniciativas diversas no setor do ensino médio; tipos de instituições.

Para a descrição das instituições de ensino médio de Rio Preto, adotamos dois critérios:

- 1 - Complexidade da Unidade Escolar
- 2 - Entidade Mantenedora

O curso médio está geralmente inserido em unidades administrativas complexas que comportam vários cursos de diversos graus. Assim temos dentro do primeiro critério, os seguintes tipos de entidades:

Ginásio e Colégio com os cursos de 1º e 2º ciclos, respectivamente com duração de quatro e de três anos.

Escola Normal e Ginásio com o curso de 1º ciclo, de 4 anos de duração, o curso de formação de professô--res primários de três anos de duração e o curso primá--rio anexo de quatro anos de duração.

Ginásio, com curso exclusivo de 1º ciclo de 4 a nos de duração.

Escola de Comércio e Ginásio simultâneamente^{com} os cursos de 1º ciclo do ensino comercial e ginásial, am--bos de quatro anos de duração.

De conformidade com o segundo critério adotado, a natureza da entidade mantenedora, as instituições escolares de segundo grau podem ser públicas e particula--res.

Com os critérios já disciplinados, nos ~~são~~ ^{são} permi--tidos as seguintes possibilidades lógicas, das quais en--contramos exemplos em Rio Prêto, no período de 1920 a - 1949:

Entidade mantenedora	particular	pública
Ginásio	1920-Lyceu S. José 1928-Ginásio S. Luís 1929-G. Diocesano	1939-Gin. Estadual
Ginásio e Escola Normal	1943-Gin. e Colégio Estadual "Mons. Gonçalves".	
Ginásio e Escola Normal	1932- Gin. e Escola Normal Livre "Sto. André"	
Ginásio e Esc. de Comércio.	1.927- Esc. de Comércio "30 de Outubro". 1.940- Gin. Riopretano. ("Ateneu")	

Torna-se conveniente relembrar que as escolas / de ensino médio acadêmico de primeiro ciclo ampliaram / seus cursos como [Normal, o segundo ciclo: Científico e Clássico ou o Ensino Comercial. As entidades que não se expandiram, pereceram. Apenas uma delas se transforma, / oficializando-se.

Em Rio Prêto, ao lado do sistema oficial de ensino opera o sistema privado, que, por sua vez, se subdivide em laico e confessional. Como a existência de sistemas paralelos de ensino é um problema que exige atenção especial, vamos nos deter por alguns momentos nêle. É preciso que se examine o problema dos interesses criados em tôrno dêsses dois ramos, das condições especiais de funcionamento, do rendimento e da eficácia de cada um.

Deve Rio Prêto à iniciativa particular --religiosa e leiga-- a solução inicial do problema da instrução/secundária. Diversas instituições como o Colégio Santo/André, o Liceu São José, o Ginásio São Luís, o Ginásio/Diocesano e a Escola de Comércio 30 de Outubro, são organizadas no período que vai de 1920 a 1930. Isto é uma demonstração do entusiasmo com que um "pugilo de bravos/lançou mãos às obras, mas eu, mui sinceramente, confesso que tão notável e honroso melhoramento não resolveu a situação do Ensino! (...) "O problema do ensino auxiliado pela boa vontade de tôdas as iniciativas isoladas, nunca será um problema convenientemente solucionado". (17)

Em geral, a escola particular, leiga ou confessional, é criticada no fato de ser muito fechada em si

(17) In Album Illustrado da Comarca. Art. de J.A.M. Gomes.



mesma; por ser escola socialmente discriminatória, acces
sível à grupos privilegiados, portanto, anti-democráti-
ca, ou escola que faz dinheiro com a educação. Frequen-
temente se afirma que "a rêde de escolas particulares /
não está ao alcance nem da maioria dos filhos da classe
média e muito menos da classe pobre".(18)

Em Rio Prêto, como em muitas cidades do Brasil,
a escola particular é criticada sob os seguintes aspec-
tos: a) é discriminatória e por isso mesmo anti-democrá-
tica; b) é escola de ricos, dado o alto custo das mesmas;
c) é uma empresa exclusivamente preocupada com lucros.

Com relação à primeira das críticas citadas, Otávio Ianni escreve:- "o caráter eminentemente seletivo do sistema privado, em conjunto, é inevitável. Se é relativamente evidente a distribuição das escolas parti-
culares segundo determinadas classes sociais, é menos /
visível, mas também impossível de ser negada, a manipu-
lação ideológica anti-democrática que nelas se pode rea-
lizar. Ambos os aspectos estão, aliás interligados, e /
são fatores que possuem importância fundamental para a
compreensão dos motivos subjacentes às posições de deter-
minados grupos que intervêm nos esforços de renovação /
da escola brasileira".(19)

As escolas de nível médio numa cidade como Rio/
Prêto tendem a fazer desaparecer as diferenças sociais/
entre seus alunos. Pela própria tendência democrática /
do país, o ensino médio tende a deixar de ser, definiti-
vamente, mais ainda o é, um ensino de "privilegiados",

(18) O.Ianni: Op.cit. p.257.

(19) Idem, p.257.



só que êstes são agora em número muito maior do que no passado.

A expansão da civilização urbano-industrial que ocorre no país e na região em estudo, atinge pouco a / pouco, promovendo alterações mais ou menos intensas, as mais diversas instituições sociais.

Os estabelecimentos particulares, confessionais ou leigos, não conseguiram escapar ao preconceito dominante e à influência do meio; acompanharam as estruturas existentes. "O desenvolvimento do ensino por meio de organizações privadas gira, pois, em torno de três pessoas cuja existência não pode ser ignorada:-- o estabelecimento, o professor e o aluno. O produto de seu esforço comum representa matéria de interesse público, justificando a ação coordenadora do Estado, a qual, entretanto, há de assegurar um tríplice objetivo: a adequada compensação do capital invertido no empreendimento, a justa remuneração do trabalho do professor e a modicidade da contribuição devida pelo aluno. Esses aspéctos fazem do problema um triângulo de ferro, inevitável e incoercível e só dentro dêle pode ser encontrada a solução orgânica do assunto".(20) O ensino médio mantido pelas entidades privadas foi, sob certos aspectos, profundamente atingido.

Duas grandes dificuldades estão constantemente/ a exigir da escola particular prontas medidas. De um lado, a operação escolar aumenta dia a dia o seu custo e de outro, a sua própria tentativa de transformar suas estruturas, aprimorando o seu nível acadêmico e educatiti

(20) Sílvio Marcondes, InAnais do M.E.S.--junho 1945,p86.

vo, provoca o aumento proporcional do custo desta operação. Em decorrência das proporções e exigências de caráter financeiro, a escola secundária particular torna-se excessivamente pesada ao orçamento familiar da classe / média. Por isso, na atual conjuntura e para sobreviver, ela continua inacessível à massa dos jovens, como sempre ocorreu.

Pelo relato histórico que apresentamos e na / atual situação, a escola particular em Rio Prêto se justifica como também é necessária, mas dentro de novos / moldes, moldes que as idéias de democratização do ensino e de promoção cultural do povo, exigem. Ela só poderá sobreviver, se se adaptar a condições históricas que podem a democratização verdadeira da escola. Se à este chamamento ela resistir, e fechar^e sobre si mesma, alimentando-se de uma riqueza privilegiada, tornar-se-à / mais e mais marginalizada e perderá sua razão prática / de existir.

Embora, muitas vezes, involuntariamente, o ensino permitiu a manutenção de uma estrutura social e de valores culturais ultrapassados. A abertura de novas escolas principalmente para as classes médias, em atendimento a evolução social autêntica, constitui a única solução / adequada possível.

4. Fases evolutivas da história das instituições de ensino médio em Rio Prêto.

O estudo das instituições de ensino secundário / criadas em Rio Prêto do decurso de trinta anos, permite distinguir diversas fases de desenvolvimento e depreen-

der os problemas apropriados a cada uma delas.

Falamos em fases de desenvolvimento e isto equivale a admitir que há certa regularidade na evolução do ensino médio e a existência de tendências que caracterizam os períodos, através de atitudes muito diferentes / de cada um d'êles em relação aos seus problemas.

Concedendo a necessária primazia às constantes / e às tendências comuns, consideraremos as fases de desenvolvimento que marcam a história das instituições de ensino médio de Rio Prêto, e formularemos os problemas / que surgiram nas diferentes etapas. Feito o necessário / desconto da relativa impropriedade de quase tôdas as designações que pretendem caracterizar quadras históricas, distinguimos quatro grandes períodos, dentro dos quais / a evolução e o desenvolvimento do ensino secundário, se efetuarãem ritmo constante, nos trinta anos, do período que escolhemos para estudo -- de 1920 a 1949.

Do período anterior a 1920, poucas informações / foram encontradas, apesar dos esforços nesse sentido. / Somos levados a pensar que os documentos desta fase ou foram destruídos por mero descuido e desconhecimento do seu valor histórico, ou seus depositários insistem em deixá-los guardados.

Informações pouco numerosas e algumas vêzes contraditórias levam-nos a hipótese de que o Colégio "Rio Branco", provavelmente, foi o primeiro a ser instalado na cidade, por volta de 1915, sob a responsabilidade do Prof. André Gonçalves. Se foi realmente o primeiro, não / temos provas, mas não foi o único a estabelecer-se, pois muitos outros o seguiram. Dispunha de internato masculino e externato para ambos os sexos. Mantinha, "além do

primário, os cursos ginásial, intermediário e de trabalhos manuais"....(21)

Impossível descrever as vicissitudes desse Colégio pela falta de documentos e informações precisas. As poucas referências oferecidas por Carlos R. Nogueira em seu livro, são confusas no tocante ao fundamento legal da instituição. O Autor afirma que "a autorização para o funcionamento foi concedido em 19 de dezembro de 1917, pela lei de ensino nº 1.578". Porém, esta lei não especifica nem determina autorização para o funcionamento de nenhum estabelecimento de ensino particular. Trata-se de documento decretado pelo Congresso Legislativo, promulgado pelo Dr. Altino Arantes, presidente do Estado de São Paulo, que estabelece disposições sobre a Instrução Pública do Estado de São Paulo; que é regulamentada pelo Decreto nº 2.944, de 8 de agosto de 1918. Entre outras medidas, dispõe sobre o Ensino Particular, determinando que "nenhum estabelecimento particular de ensino, primário ou secundário, poderá ser instalado no Estado sem prévia autorização da Diretoria Geral da Instrução Pública, que somente poderá concedê-la mediante requerimento a que o interessado deverá juntar os seguintes documentos: I. Atestados ou títulos que proven a capacidade moral e técnica do diretor e dos professores; II. Planta do prédio em que haja de funcionar a escola, instruída com relatório do Inspetor-médico escolar sobre as condições higiênicas e pedagógicas do mesmo. III. Compromisso de confiar a professores brasileiros o ensino de Português, Geografia e História do Brasil, bem como de

(21) Carlos R. Nogueira: São José do Rio Preto-1852-1945-p.144.



fazer com que todo o ensino, salvo em se tratando de /
línguas estrangeiras, seja ministrado em idioma pátrio".

(22) "Aos diretores dos estabelecimentos de ensino já existentes, será marcado prazo, para, sob as penas da -
lei, satisfazerem às exigências nos números I, II, III
do artigo 30". (23)

Por outro lado, e para nosso pesar, o Livro de
Leis Municipais referente ao período que vai de agosto
de 1910 a janeiro de 1917 se perdeu, e por isso não po-
demos determinar o momento em que a Prefeitura passa a
subvencionar a escola. A primeira referência neste par-
ticular está inserida na Lei Municipal nº 309, de 22 de
outubro de 1917, que aprova o orçamento para 1918 e on-
de se destina ao Colégio Rio Branco, a importância de -
Rs 960\$000 (novecentos e sessenta mil réis) no quadro -
das Despesas fixas com a Instrução Pública da Municipa-
lidade. Essa mesma importância lhe é endereçada nos a-
nos seguintes (24) até 1923 quando então ela é aumenta-
da para Rs 2.400\$000 (dois contos e quatrocentos mil /
réis) (25) para construção de prédio novo, próprio.

O aparecimento de outras escolas de grau médio,
por volta de 1920, provavelmente restringiu as ativida-
des do Colégio Rio Branco ao ensino elementar e às au--

(22) Lei nº 1.578, de 19 de dezembro de 1917, artigo 30.
Tomo XXVII da Coleção de Leis e Decretos do Estado de S.
Paulo - 1917 - pág. 44 e segs.

(23) idem, artigo 32.

(24) Lei nº 24, de 1921 (sem data)

(25) Lei nº 57, de 31 de outubro de 1922.

las particulares de línguas. Testemunhos orais colhidos a êste respeito, afixam-nos que a escola assim / funcionou ainda durante longo tempo. Isso nos é confirmado também pelo Album Ilustrado da Comarca de Rio Prêto que, nos dados estatísticos sôbre as escolas da cidade e região, apresenta o Colégio Rio Branco em 1927, / com duas classes em funcionamento e oitenta alunos matriculados. Como a última subvenção municipal data de outubro de 1922 e se destina à construção de prédio próprio, pressupõem-se certo esforço no sentido de satisfazer as exigências estabelecidas na lei, mas com o objetivo de restringir o âmbito de suas atividades educacionais ao nível primário, como pudemos apurar em várias entrevistas, até 1929 aproximadamente, e nas quais, a figura do professor André Gonçalves, é frequentemente recordada e apontada pelos antigos moradores de Rio Prêto, como um dos esteios da difusão da cultura em Rio Prêto.

Nada nos informa, se o Colégio solicitou a autorização da Diretoria Geral da Instrução Pública como determina a lei citada, nem, se o fêz, qual o despacho recebido.

Às vêzes, pela falta dos poderes públicos e muito mais pela própria mentalidade dos pais e governantes ou diretores responsáveis pela entidade, muitas dessas iniciativas, no campo da instrução de grau médio, falham. Apesar de tôdas as dificuldades porém, realizam um trabalho de grande envergadura que facilitará mais tarde a instalação de instituições duradouras.

Ainda no período anterior a 1920 encontramos referências a um outro colégio instalado em Rio Prêto, /

por iniciativa de imigrantes, por volta de 1919. Apesar de todos os esforços, a respeito do Colégio Árabe - Brasileiro obtivemos um número exíguo de informações / que podem ser resumidas em poucas palavras. Era uma entidade de ensino particular, mantida pela Sociedade Jovens Sírios, dirigida pelo professor José Abdulah Racy. É certo que mantinham "uma escola gratuita com o ensino da língua portuguesa", e por isso a Prefeitura lhe concede isenção de impostos municipais em Resolução (nº49) de 17 de outubro de 1925. Nada confirma a hipótese de que tenha sido ministrado outro curso em nível secundário.

1ª fase: Tentativas sucessivas e desconexas; que vai de 1920 a 1931, quando são empreendidas iniciativas de caráter particular, no campo do ensino secundário.

Variadas foram as experiências realizadas em / Rio Preto, a partir da segunda década desse século, pela instrução particular e em prol do desenvolvimento da cultura intelectual dos jovens riopretenses.

Algumas, deixaram marcas sensíveis na história da Educação riopretense, seja pela qualidade do seu ensino, à altura dos mais altos padrões, em que pese o / seu cunho caracteristicamente abstrato, retórico, livresco e clássico, orientado para a preparação de futuros - intelectuais, consoante os costumes generalizados da época e sobre os mesmos já nos detivemos bastante em capítulos anteriores. Neste caso, está o Colégio "Lyceu São José", fundado provavelmente em 1920, ou talvez antes, conhecido em toda a Região e lembrado, com grande respeito por seus ex-alunos. Igualmente prestigioso é

o Colégio Santo André, instalado por freiras belgas da Congregação das Religiosas de Santo André, em 1920, único instituto destinado à formação das moças. Até os nossos dias êle atrai as atenções de tôda a cidade e --- clientela de Estados vizinhos. Novidade para êste período foi a criação da Escola de Comércio "30 de Outubro", organizada por professores empenhados na difusão dos conhecimentos técnicos comerciais. Vigora até hoje como Faculdade de Comércio D. Pedro II.

Uma outra tentativa, de duração extremamente / breve, foi o Ginásio São Luís, fundado em 1927 pelo Dr. Assonipo Sarandy, conhecido pelo seu interêsse pelas --- coisas públicas e pelo ensino. Fundado por particula--- res é municipalizado, mas logo a seguir, em 1931, encer--- ra suas atividades silenciosamente. Finalmente, o Giná--- sio Diocesano de Rio Prêto é organizado em 1929 e / tornou², por longos anos a matriz da formação cultural --- dos meninos e dos jovens da região, os quais se destaca--- ram pela segurança da sua formação humanística.

Neste período, três estabelecimentos devem ser ressaltados, pela influência que tiveram no desenvolvi--- mento da educação secundária e pela constância de suas realizações durante décadas (até nossos dias): o Colé--- gio "Santo André", a Escola de Comércio D. Pedro II e o Ginásio Diocesano.

2ª fase: Reivindicações para a Criação de Insti--- tuções Oficiais de Ensino Médio. Compreendido entre as publicações da Reforma do Ensino Secundário (Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931) e da Criação do Gymna--- sio Oficial de Rio Prêto (Decreto nº 5.494, de 29 de a

bril de 1932) e a instalação efetiva deste último em / 1939.

Neste período, apenas três instituições de ensino médio prosseguem a obra iniciada na década anterior. Um, destinado exclusivamente ao ensino comercial: A escola de Comércio D. Pedro II, e as duas outras, de ensino ginásial, o Colégio Santo André, que passa a ministrar também curso para formação de professores primários em sua Escola Normal Livre (1932) e o Ginásio São Joaquim, sob a tutela do bispado, ^{que se} firma um patrimônio com a edificação de prédio próprio.

As reivindicações neste período são de duas ordens: a primeira referente à obtenção de um ginásio estadual, e a segunda, a criação de uma escola normal oficial. Quanto à primeira, toda a década decorre marcada com publicações de decretos de criação, de prorrogação do prazo para o cumprimento das exigências impostas nelas, pelo esforço da municipalidade em encontrar os recursos e formas de responder às condições prévias para a instalação, pela renovação periódica dos decretos de criação. Somente ao término da década, em 1939, é a solução encontrada. A transferência, por doação ao Estado, dos próprios adquiridos pela Municipalidade ao Ginásio São Joaquim finalmente se efetua. Dessa forma, - Rio Preto vê atendida sua reivindicação e passa a ter, embora perca uma instituição particular, o seu primeiro ginásio do Estado.

Traçamos rapidamente êsses acontecimentos e não apresentamos as fontes legais dos mesmos pois que êste assunto já foi amplamente desenvolvido quando nos detivemos na história dos Ginásios Diocesano e do Estadual



do Rio Prêto.

A segunda reivindicação, a da criação de uma Escola Normal, que venha contribuir para a formação de / professoras primárias que se radicarão na própria região com que já estão familiarizadas, tem uma resposta provisória. A criação da Escola Normal Livre Santo André - vem dar sua contribuição às necessidades do momento, / contudo, os pedidos e os debates para a obtenção de uma Escola Normal oficial prosseguem e, a longo prazo, serão atendidos.

3ª fase: Ampliação das iniciativas no setor do ensino médio. (1940 a 1949) Novos cursos e novas escolas surgem. Em 1940 funda-se o Ginásio Riopretano para ensino ginásial, mantido por entidade particular. Os - cursos do Ginásio Estadual, com as determinações legais passa a contar com o 2º ciclo de ensino médio: científico e clássico.

O ensino Normal particular passa por um ano crítico em 1941, o que vem reforçar a insistência nos pedidos de uma escola normal oficial, encaminhado à Assembleia Paulista em 1948, mas aprovada somente dois anos depois.

Ao terminar o período, Rio Prêto é aquinhoadada - com os cursos da Escola SENAC.

A partir de 1950 as instituições de ensino médio: ginásial ou comercial, mantidas por entidade particular ou oficial, consolidam^e definitivamente.

Fica patenteado, no caso de Rio Prêto, que a nova consciência do problema das relações entre Educação e Desenvolvimento se expande e cria raízes e produziu e



está produzindo frutos. Com o intuito de evidenciar /
tais fatos é que apresentamos as observações contidas --
neste capítulo sôbre as realidades históricas do ensino
médio riopretense, em confronto com as necessidades que
o processo de desenvolvimento parece exigir.



VII. Conclusão

VII. CONCLUSÃO.

VII. Conclusão

O caminho que percorremos, descrevendo e analisando instituições de ensino médio no período que vai de 1920 a 1949, permitiu-nos compreender um dos episódios mais significativos da vida educacional riopretense dos últimos anos. A evolução cultural da população desta Região revelou-se, não como um acontecimento isolado, destituído de ligações com o meio em que se insere. Através de inúmeras vicissitudes, os motivos e ideais que nortearam as atividades educacionais das instituições de ensino médio confundem-se com as aspirações e propósitos da própria sociedade da época.

O que nos animou a elaborar êste trabalho foi o pensamento de trazer uma pequena contribuição ao estudo de um dos aspectos mais esquecidos da história da educação brasileira. A análise do desenvolvimento de nossas entidades de ensino não mereceu, no conjunto dos estudos e de investigações históricas, a atenção que se faz necessária.

O ensino médio riopretense ilustra e patenteia um dos aspectos mais significativos da organização do sistema nacional de ensino, no período em que se desen-



volvê. Não cabe neste trabalho indagar até que ponto - as soluções apresentadas pelos promotores da instrução de grau médio riopretense traduzem e concretizam as aspirações comuns dos educadores, intelectuais e políti--cos da época. Tão significativo foi o esforço de reali--zação que é importante atinar com o legítimo sentido de sua evolução institucional.

Nas páginas anteriores, reflexões se misturam a uma documentação abundante, mas desigual e heterogênea. Traçamos, em resumo, o quadro da evolução cultural de --Rio Prêto e de suas instituições pedagógicas de ensino médio, de 1920 até 1949. Se nessa síntese sôbre a cul--tura e a educação de grau médio da cidade, o quadro é --histórico, êle não se construiu apenas sôbre o plano / cronológico, estreito; ao contrário, o quadro foi cons--truído naquele espírito de análise e de interpretação, o espírito sociológico que nos permite destacar a com--plexidade dos fatos, iniciativas e reformas, o movimen--to de ideais e os fenômenos mais significativos que nos pareceram dominar a educação local, regional e nacional, nas diversas fases de seu desenvolvimento.

Nosso estudo tentou ser, a um tempo, genético e analítico. Procuramos remontar às origens das institui--ções de ensino médio de Rio Prêto para estabelecer atra--vés de sua evolução, as tendências da educação brasilei--ra, o caráter da cultura nacional, as suas relações com o panorãma social da época e as influências das corren--tes pedagógicas do pensamento do mundo ocidental contem--porâneo.

Uma sondagem como a presente abre muitas pers--pectivas a conclusões de caráter geral, teóricas ou prá



ticas. Através da história das instituições de ensino médio em Rio Prêto, compreender-se-á melhor o problema educacional, pois se trata de um caso singular ocorrido em muitas outras cidades brasileiras, durante mais ou menos o mesmo tempo.

O conteúdo deste trabalho já indica certas tendências do rápido desenvolvimento do ensino médio em / Rio Prêto. O crescimento quantitativo, a diversificação e a especialização, o interesse público por êsse / grau do ensino, anteriormente todo entregue à iniciativa privada, a mudança da administração meramente fiscal pela administração técnica, de orientação e estímulo e, por fim, o esforço local para levar a rede escolar a aproximar-se das necessidades da cidade, quantitativa e qualitativamente. Examinemos especificamente êsses pontos.

1 - Expansão: A rede escolar de Rio Prêto em todos os ramos e graus do ensino, é insuficiente. No ensino médio não poderia ser diferente e as estatísticas o assinalam claramente. As tabelas anexas e anteriormente vistas mostram o seu rápido crescimento a partir de 1930. Essa expansão se deve, entre outros fatores, à regulamentação das instituições de ensino e ao desenvolvimento geral do município. Ressaltamos, também, o esforço dos governos, que vêm, sucessivamente, se desdobrando em iniciativas com êsse fim.

O crescimento do ensino médio é fenômeno mundial deste século. Acentuou-se no Brasil, nestas três últimas décadas. Dos vários ramos do ensino médio brasileiro, o secundário e o comercial foram os que se expandiram com maior velocidade. Essa expansão, a partir de /

1930, apresenta taxas de crescimento ascendentes.

O esforço tem sido enorme. Não só a iniciativa privada tomou impulso decisivo, como também o poder público. Este, como espectador e, às vezes, colaborador momentâneo, passa a tomar inúmeras iniciativas, organizando e reorganizando sucessivamente os planos de ensino, visando adaptá-los melhor às realidades nacionais e locais.

Criou-se uma complexa máquina administrativa.

Articulou-se o ensino médio em seus vários ramos.

2 - Evolução da administração do ensino: Ressaltamos que antes da década de 1920, praticamente não existia em Rio Preto ensino destinado a preparar pessoal especializado para as atividades liberais e para as atividades comerciais. Isto se deve, muito especialmente, a limitação regional do comércio e da cultura, a ausência de tecnologia nas atividades das empresas, e ao reduzido tamanho e simplicidade das mesmas. Nesta década, começaram a aparecer as primeiras escolas específicas visando a preparação para o curso superior e para o pessoal do comércio. Nascidas da iniciativa particular, o Estado passou a fornecer os planos de estudos e a reconhecer as iniciativas privadas. A partir de 1930 e até 1950 mais ou menos, através de seu novo Ministério da Educação e Cultura, o Governo Federal passou a focalizar mais minuciosamente o ensino secundário e o comercial, desenvolvendo, simultaneamente com o controle do exercício das profissões (magistério, contabilidade, liberais) o controle estatístico, de pessoal docente e administrativo, da vida escolar dos alunos, registro de diplomas,

de exames e atividades didáticas, por intermédio de uma rde de inspetores federais.

a) Perspectiva Vegetativa. A tradição na administração da educação brasileira tem demonstrado satisfazer-se com o crescimento vegetativo das instituições. Esta perspectiva fundamenta-se na hipótese de que a estrutura existente é realista. O que aí está é o que pôde ser feito. O progresso econômico, as transformações de mentalidade espontaneamente, encarregar-se-ão, como - força de mudança, de indicar os ajustamentos posteriores. Teríamos pois, de esperar o aparecimento dos sintomas. Estes, indicariam os estabelecimentos que poderiam subsistir e os que deveriam desaparecer. Dessa forma, os critérios de seleção seriam "naturais" e evitariam casos políticos.

Aparentemente, os dados que a história das instituições de ensino médio riopretense nos fornecem acen- tuam esta perspectiva.

b) Perspectiva planificada. Há porém a perspectiva planificada, que se apresenta apenas em germe. Há uma planificação "desarticulada", ou simplesmente, plano de transformar, ampliando as instituições criadas e criando outras mais, para o atendimento de uma população escolar cada vez maior. Apontamos, em capítulos anteriores, as diversas possibilidades de opções ^{em} ~~no~~ caso riopretense.

3 - Diversificação, especialização e entrosamen- to. O ensino médio em Rio Prêto começou com o curso gi- nasial, de caráter preparatório. Passou a cursos orga- nizados com o fim específico de preparar e formar para o 2º ciclo do ensino médio e criou-se então, um plano

de diversos cursos para formar profissionais destinados ao comércio e ao magistério. Em 1932, a criação da Escola Normal acentuou essa diversificação.

Em 1948, com a criação do SENAC, essa diversificação projetou-se muito mais amplamente.

Por outro lado, a rede de cursos e escolas inteiramente livres, mantidos por particulares e professores avulsos, dezenas de especializações rápidas funcionam na cidade, desde os cursos de datilografia aos cursos de piano. Esboça-se, também, o esforço de conjugar os diversos ramos do ensino médio. Este esforço começou, por motivos práticos e de ordem econômica, junto aos estabelecimentos de ensino privado, que paulatinamente incluíram várias categorias de ensino médio numa/mesma entidade. Os estabelecimentos de primeiro ciclo ampliaram suas atividades para os cursos de segundo ciclo, os de ensino comercial abarcaram os de ensino ginasial, sucessivamente. Recentemente esboça-se um esforço no sentido de estudar e pesquisar objetivamente as necessidades profissionais e educacionais da população /riopretense, de tal forma que as atividades de ensino /possam ser programadas com base mais objetiva.

4 - Integração das diversas instituições de ensino médio. Como se observou, o ensino médio nasceu da iniciativa privada, transformou-se em instituições definidas e sólidas, que se dividem em diversas especialidades. Vantagens econômicas, didáticas e sociais favoreceram a articulação entre os vários ramos do ensino nas instituições particulares, que passaram a organizar e manter os diversos cursos de ensino médio no mesmo estabelecimento. Em consequência, pouco a pouco, transforma

ram-se em grandes organizações de ensino médio, compreendendo no momento, até mesmo cursos superiores. Encontramos, na cidade, estabelecimentos que mantêm desde o curso pré-primário, primário, os de comércio, secundário, economia, etc, numa grande organização com centenas de alunos.

5 - Iniciativa do Estado. É outra tendência nova no ensino médio de Rio Preto, pois até a transformação do Ginásio São Joaquim em Ginásio do Estado (1939), praticamente, os estabelecimentos de ensino médio eram de iniciativa privada. O amadurecimento dos ideais educacionais e das necessidades sociais levaram os poderes públicos a se interessarem pelo ensino médio de forma sistemática.

6 - Aperfeiçoamento. Até 1950, aproximadamente, o esforço riopretense parecia, em relação ao ensino médio, controlar-se na organização, na administração e no controle das instituições. A partir de então, surge a preocupação com a melhoria das qualidades do ensino, sem contudo se abandonar as preocupações quantitativas. Seus objetivos e funções se resumem em duas palavras:-- aperfeiçoamento e expansão.

A análise sistematizada do que revelam as estatísticas de ensino é tarefa essencial para se aferir da espécie de presença que vai obtendo a educação escolar em determinada área. Buscamos agora, comentar certos aspectos estatísticos do ensino médio riopretense, no período de 1920 a 1949, estabelecendo confrontos e cotejos. Uma observação preliminar cabe fazer: a ausência de documento-fonte, que servisse de base, impôs o trabalho /

inicial de levantamento e organização dos dados estatísticos em cada estabelecimento, ano por ano.

Feitas estas considerações preliminares, passemos à análise de alguns aspectos que nos parecem merecedores de destaque na estatística apresentada.

Quadro I

Crêscimento da Matrícula Geral do Ensino Médio-GINASIAL

Entidade mantenedora Ensino Ginasial	Anos		Crêscimento	
	1940	1949	bruto	%
Médio Público	274	402	128	32
Médio Particular	223	495	272	55
Total	497	897	400	45

Considerando globalmente, o ensino médio ginasial teria crescido entre 1940-1949, comparadas as respectivas matrículas gerais, em número de 400, o que significa um aumento percentual de 45%. Aspecto digno de destaque é que êsse crescimento global se estaria processando muito mais pelas escolas particulares do que pelas / escolas públicas. Merece destaque que êste aspecto vai transformar^{se} na década seguinte (1950-1960) pois, gradativamente, mercê de pressões sociais irresistíveis, o ensino médio vai passando a ser mais público do que privado.

Quadro II

Crêscimento da Matrícula Geral do Ensino COMERCIAL

Ciclo	Matrícula na primeira série do ciclo				
	1930	1935	1940	1945	1949
Iº ciclo	24	38	107	101	63
IIº ciclo	--	4	44	27	53
Total	24	42	151	128	116

O Quadro II nos mostra, em números absolutos, / como se distribui a matrícula geral do ensino médio co-mercial (Iº e IIº ciclos) em cada um dos anos especifi- cados. Vê-se, por êsse Quadro, como a escola média de / Comércio vem funcionando, com avanços e recuos.

Quadro III

Crescimento da Matrícula no Ensino Comercial: 1940/1949

Ciclos	Matrícula geral de tôdas as séries		
	1940	1949	Crescimento
Iº Ciclo	183	148	- 55
IIºCiclo	80	122	42
Total	263	270	7

Podemos aqui, confrontar a matrícula geral (em tôdas as séries) do ensino comercial de Rio Prêto, re- gistradas em 1940 e 1949 e observar o seu crescimento, no Iº e IIº ciclos, respectivamente. Constatamos o de- créscimo de -55 para o Iº ciclo e o aumento de 42 para o IIº ciclo. Os totais, porém, mantêm-se quase iguais, devido ao acréscimo ocorrido no IIº ciclo, que veio e- quilibrar a queda ocorrida no número de matrículas do Iº ciclo.

Quadro IV

O Quadro IV (página seguinte), demonstra como / cresceram, em números absolutos, de 1940 para 1949, os vários ramos do ensino médio, por ciclos. Nos totais, o Iº ciclo foi o que mais cresceu, enquanto que o IIº ci- clo apresenta acréscimo em menor intensidade. No total, verifica-se o crescimento nos ramos do ensino secundá- rio e normal.

Matrícula Geral do Ensino Médio: 1940-1949.

Ramos de ensino	1940			1949			Crescimento 40/49		
	Ciclos			Ciclos			Ciclos		
	Iº	IIº	Total	Iº	IIº	Total	Iº	IIº	total
Secundário	497	---	497	977	190	1167	480	190	670
Comercial	183	80	263	148	122	270	-35	42	7
Normal	--	27	27	--	117	117	---	90	90
Total	680	107	787	1125	429	1554	445	322	767

Quadro V

Crescimento da Matrícula Geral do Ensino Médio de 1940 para 1945, segundo os ciclos didáticos e as entidades /

Matrícula	Ciclo	E.M.Público	E.M.Particular	Total
1940	Iº	274	406	680
	IIº	---	107	107
	Total	274	513	787
1945	Iº	307	621	928
	IIº	85	198	283
	Total	392	819	1.211
Crescimento de 1940/1945	Iº	33	215	248
	IIº	85	91	176
	Total	118	306	424

O Quadro IV dá, em números absolutos, uma visão da situação da matrícula geral do ensino médio de 1940/ e 1945, segundo os ciclos didáticos e as entidades mantenedoras. Nota-se que há substancial diferença para / mais, no Iº ciclo em relação ao IIº. Verifica-se também, que o índice é mais alto nas entidades mantidas por particulares (+215) do Iº ciclo.

Tudo o que foi feito em Rio Prêto a respeito de ensino médio nestes trinta anos, patenteia, bem apreciada a verdade dos fatos, esta observação corriqueira:-- "As instituições valem o que valem os homens, e o valor dos homens se mede não apenas pelos gestos fortuitos / que venham porventura a praticar, mas pela força dos empenhos que embora muitas vêzes rapidamente esquecidos, / dignificam uma comunidade, uma nação e até a humanidade toda".(1)

Neste trabalho, tivemos como objetivo, compreender uma época. Se algumas vêzes a nossa interpretação é falha, ou possivelmente, "bairrista", estas deficiências devem ser atribuídas especialmente às naturais limitações de nossa inteligência e de nossa própria perspectiva. Não nos preocupamos em encontrar o valor intrínseco ou a originalidade de que cada uma das instituições casualmente encerrassem. Buscamos levantar os fatores e elementos, da maneira como emergiam e se manifestaram / no quadro da situação histórica respectiva. A história / das instituições tem suas leis e vicissitudes. Ela é decorrência das implicações recíprocas dos fatores existenciais, extra-teóricos, e da história das idéias e das ideologias que em cada situação histórico-social se entrelaçam.

As atividades das instituições aqui abordadas, de 1920 a 1949, se desenvolvem no quadro dos dispositivos legais dos mais convulsivos anos da República. O denominado comum ideológico dos professores que nelas atuaram foram as doutrinas evolucionistas e positivistas,

(1) L.Ramos de Carvalho: O ensino em S.Paulo, p.621. In *Ensaio Paulistas*.

em suas variadas manifestações, e a católica. Seus ideais e seus propósitos foram quase os mesmos de grande maioria dos que atuaram no magistério secundário brasileiro da época.



Bibliografia

ALBUM

- "Aniversário de São José do Rio Preto"-1852/1962.
 Erô Editôra, Propaganda e Publicidade, São Paulo, 1963.
- "Ilustrado da Comarca de São José do Rio Preto-
 Organizado por Abílio Abrunhosa e dirigido por Pau
 lo Laurito, Editôra Casa Duprat e Mayença, São Pau
 lo, 1ª edição, 1929.
- "O Consórcio Ilustrado". Realizado pelo Consórcio/
 Intermunicipal da Alta Araraquarense para Assistên
 cia de Menores, 1960.
- ALMEIDA, Fernando F.M. de, e BARBOSA, Otávio - Geologia
das Quadriculas de Piracicaba e Rio Claro. Ministé
 rio da Agricultura - Divisão de Geologia e Minera-
 logia. Boletim nº 143. Rio de Janeiro, 1953.
- ALMEIDA, A. Tavares de - Oeste Paulista, a experiên cia /
etnográfica e cultural. Alba Editora, Rio de Janci
 ro. 1943.
- ANAIS do Ministério da Educação e Saúde - Auxílio finan
ceiro aos Estabelecimentos de Ensino. Imprensa Na-
 cional. Rio de Janeiro. Julho de 1945.
- ANUÁRIO Estatístico do Estado de São Paulo - Estatísti-
ca Escolar. Separata, Departamento Estadual de Es-
 tatística. São Paulo. 1947.
- ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Instituto Brasileiro de
 Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Esta
 tística. Ano IV. 1953.
- ARID, Fahad Moisés - A formação Baurú, na Região Norte -
Ocidental do Estado de São Paulo. Tese de doutora-
 mento em Ciências, apresentada à Faculdade de Filo
 sofia, Ciências e Letras de S. José do R. Preto, 1967
- ASSIS VIEIRA, Francisco de. (Organizador) Lei Orgânica/
do Ensino Secundário e Legislação Complementar. De
 partamento de Imprensa Nacional. Seção de Pesquisa
 do Serviço de Documentação. Coleção Documentos. Rio
 de Janeiro, 1955.

- ASSIS VIEIRA, Francisco - Legislação do Ensino Comercial
Serviço de Documentação. Coleção Documentos, nº 2,
Rio de Janeiro, 1957.
- ASSIS RIBEIRO, Paulo de. Esbôço do Ensino Secundário no
Brasil. Conferência realizada em 26 de agosto de /
1937, no Instituto de Educação da Universidade de
São Paulo, publicada no "O Estado de São Paulo", /
nos dias 1, 2 e 3 de setembro de 1937. São Paulo.
- AZEVEDO, Fernando de. A educação na encruzilhada. Obras
Completas, 2ª Edição, Vol. VI. Edições Melhoramen-
tos, São Paulo. s/d.
- A Cultura Brasileira - Introdução ao Estudo da Cul-
tura no Brasil. Obras Completas, 2ª Edição, Vol. -
XIII, tomo III, Edições Melhoramentos, S. Paulo 1958
- Novos Caminhos e Novos Fins. Obras Completas, vol.
VI, 3ª Edição. Edições Melhoramentos, s/d. - , ,
- Sociologia Educacional. Obras Completas, vol. X. Edi-
ções Melhoramentos, São Paulo. 5ª Edição.
- BASTIDE, Roger. Brasil, Terra de Contrastes. Difusão Eu-
ropéia do Livro, 2ª edição, 1964. Traduzido por Ma-
ria Isaura Ferreira Queirós.
- BEAULIEU, Charboneau, e A. Martins. Educação Brasileira
e Colégios de Padres. Editôra Herder. São Paulo .
1966.
- BASTIDE, Paul-Arbousse. O ensino secundário, chave de
toda a reforma educacional. Conferência proferido
na Faculdade de Direito a 30 de outubro de 1935 e
publicada no "O Estado de São Paulo", a 31/10/35.
- BETTELHEIM, C. Fatores Econômicos do Planejamento da Edu-
cação. In Estudos e Documentos, série I, "Planifi-
cação da Educação e Seus Problemas econômicos e so-
ciais", pp. 67-71. Ministério da Educação e Cultura
Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof.
Queiroz Filho". Vol. 2. 1967. Trad. por Maria Apa-
recida Tamasso Garcia.
- BITTENCOURT, Raul. A Educação Brasileira no Império e /
na República. In Revista Brasileira de Estudos Pe-
dagógicos. Instituto Nacional de Estudos Pedagógi-
cos. vol XIII. janeiro-março, 1953. nº 49.
- BOLETIM Paulista de Geografia. Associação dos Geógrafos
Brasileiros. Vários Autores. São Paulo. nº 25, mar-
ço, 1957.

- BOTURA, Heitor. O Futuro. Pequeno estudo sôbre a cidade/ de São José do Rio Preto. Luzes Gráfica Editôra / ~~Edta~~ São Paulo. 1966.
- BRANDÃO LOPES, Juarez R. Zonas Ecológicas do Estado de SÃO PAULO. Revista Educação e Ciências Sociais, vol 2, nº 5, agosto 1957,
- CAMPOS BICUDO, Joaquim de. O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação, de 1931 a 1941 inclusive. São Paulo, 1942.
- CALMON, Pedro. História do Brasil. Vol.V. A República. Co- leção Brasileira. Biblioteca Pedagógica Brasileira Série 5ª. Vol. 176 D. Companhia Editôra Nacional.-- São Paulo. 1956.
- COLEÇÃO DAS LEIS DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRA SIL. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro.
- Vol, I, 1, 1901.(1902)
 - Vol, I, 1911, (1914)
 - Vol,II, 1915,
 - Vol, I, 1925,
 - Vol, I, 1926,
 - Vol. I. 1932.
- CONSTITUIÇÕES DO BRASIL. 1824 (1834, Acto Adicional),-- 1891 - 1926 e 1934. Tabelaão Veiga. São Paulo, 1934
- CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA de 1) de novembro de 1937. Edi- tôra, Cultura Moderna, Secção de Direito, São Paulo 1938.
- COOLEY, Charles H. Social Organization, Human Nature and the Social Order. Part. V. Cap.28. Tradução publi- cada pela Revista Sociologia, vol. XXVII, nº 1, mar- ço 1965. São Paulo.
- CORTES, Lafayette. Discurso. Proferido no Iº Congresso/ Nacional dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Comercial realizado no Rio de Janeiro em setem- bro de 1944. In Documentário, Editôra do Brasil SA e Ind.Gráfica Cruzeiro do Sul Ltda. São Paulo, 1945
- CRUZ COSTA, João. Contribuição à História das Idéias no Brasil. O desenvolvimento da Filosofia no Brasil é a evolução histórica nacional. Coleção dirigida por Octávio T. de Souza. Nº 86, Livraria José Olympio/ Editôra. Rio de Janeiro. 1956.

- DAL PORTO, Wilson.Nilo. Considerações sôbre os basaltos da Cachoeira de Marimbondo e Salto de Avanhadava. Boletim da Cadeira de Mineralogia e Petrologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São / José do Rio Preto, Nº 22. 1963.
- DECRETOS do Govêrno Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. 1890. Imprensa Nacional. 1891.
- DECRETOS do Estado de Eão Paulo (Coleção de Leis e Decro tes). Imprensa Oficial. 1894-1949.
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICIPIOS BRASILEIROS. Edição comemorativa do 404º aniversário da Fundação da Cidade / de São Paulo. Planejada e organizada por Jurandyr Pires Ferreira, presidente do I.B., .E.25 de janeiro de 1958. Rio de Janeiro, Vols. XII e XIX.1958.
- ESCOBAR, Ildefonso. A marcha para o Oeste. Conto de Magalhães e Getúlio Vargas. Editôra A Noite. Rio de / Janeiro, 1941.
- FEITOSA, Miguel A. Ensino Fundamental -- Primário e Secundário. Of.Gráfica Monteiro Lobato. São Paulo. 1922
- FERNANDES, Florestan. Educação e Sociedade no Brasil. Coleção Ciências Sociais, Dominus Editôra S.A. São / Paulo. 1966.
- FORACCHI, Marialice M. O estudante e a transformação da Sociedade Brasileira. Companhia Editôra Nacional. São Paulo. 1965.
- FREYRE, Gilberto. Ordem e Progresso. Processo de desintegração das sociedades Patriarcal e Semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre. Aspectos de quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, e da monarquia para a república. Tomo I e II. Obras reunidas de Gilberto / Freyre. Livraria José Olympio Editôra. Rio de Janeiro. 1959.
- GEIGER. Evolução da rde urbana brasileira. Coleção / Brasil Urbano. CBPE. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Ministério de Educação e Cultura, 1963
- HOCHLEITNER, Diez. A importância dos fatores pedagógicos e institucionais. Estudos e Documentos. Serie I, / vol. 2, Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho". Revista Planificação da Educação e seus problemas econômicos e sociais.M.E.C.

1967. Trad. por Rachel Lisboa Rodrigues.
- HUBERT, René. História da Pedagogia. Série III, Atualidades Pedagógicas, vol. 66, Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1957. Trad. Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna.
- IANNI, Otávio. Industrialização e desenvolvimento no Brasil. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro. 1963.
- KNOWLTON, Clark S. Sírios e Libaneses. Mobilidade Social e Espacial. Editora Anhami S.A. São Paulo. 1960.
- LEAL, João. A luta de um Homem simples. (Memórias), Indústria Gráfica Siqueira S.A. São Paulo. 1960.
- LENHARD, Rudolf. Atividades Econômicas na cidade de São José do Rio Preto. Revista de Sociologia, vol. XXVI nº 2, São Paulo, junho de 1964.
- Trabalho masculino em São José do Rio Preto. Revista de Sociologia, Vol. XXVII, nº 1, março, 1965.
- LIMA, José Augusto de. O Ensino Secundário e sua Legislação. Edição do Serviço de Informações do Ensino/Secundário. Rio de Janeiro. 2ª Edição. 1935.
- LIVRO DO TOMBO, da Paróquia da Catedral de São José do Rio Preto. A partir de 13 de agosto de 1914. Patrimônio do Bispado Diocesano de Rio Preto.
- LOURENÇO Filho, M. Introdução ao Estudo da Escola Nova. Biblioteca de Educação. Vol. XI. Companhia Editora/Melhoramentos de São Paulo. s.d.
- O descaso Nacional pela Instrução Popular. Revista do Brasil. São Paulo. Vol. XVI, 1921.
- Orientação Profissional. Revista "Escola Nova" (segunda fase da Rev. Educação), Estabelecimento Gráfico/Irmãos Ferraz. São Paulo, vol. III. nº 1 e 2, 1931.
- MENDES DE ALMEIDA, Fernando H. Responsável pela revisão, confecção e organização dos índices sobre Constituição do Brasil, Legislação Brasileira. Edição Saraiwa. São Paulo, 1954.
- MENUCCI, Sud. A Crise Brasileira de Educação. Editora / Piratininga. São Paulo. 2ª edição. 1934.
- MILLIET, Sérgio. Roteiro do Café e outros Ensaios. Bip Editora. São Paulo. 1946.
- MOACYR, Primitivo. A Instrução e a República. Vol IV - (1911-1924) Reformas Rivadávia e Carlos Maximiliano. Ministério da Educação e Saúde. INEP. Imprensa

Nacional, Rio de Janeiro. 1942.

MONBEIG, Pierre. Pionniers et Planteurs du S. Paulo. Livraria Armand Colin, Paris. 1952.

NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade no Brasil. 1920-1929 Tese de concurso de Docência-livre, Cadeira de Pedagogia Geral, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. São Paulo. I e II vols. (mimeografada), 1966.

OGBURN, William, e NINKOFF, Meyer F. Sociologia. Biblioteca de Ciências Sociais. Sección Segunda. Sociologia. Madrid. 1959. Trad. de la 2ª Edición americana por José Bugeda Sanchiz.

OLIVEIRA, José Feliciano de. O ensino em São Paulo. Revista de Educação. vol. VI. 1932.

PARANHOS DA SILVA, José Bernardino. Consolidação da Legislação do Ensino Superior e Secundário. Tip. Rev. dos Tribunais. 1ª edição. Rio de Janeiro. 1918.

PARKYN, George W. O Ensino de Segundo Grau. Estudo de Educação Comparada. Sob os auspícios da UNESCO. MEC Diretoria do Ensino Secundário. 1966.

PEREIRA, Luiz. A Escola numa área metropolitana. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Livraria Pioneira Editôra. São Paulo. 1967.

Trabalho e Desenvolvimento no Brasil. Difusão Européia do Livro. São Paulo. 1965.

PEREIRA RODRIGUES, Leda Maria. A Instrução Feminina em São Paulo. Editôra Faculdade "Sedes Sapientiae". / São Paulo. 1962.

PRADO, A. de Almeida. Escolas de Ontem e de Hoje. Reminiscências e evocação. Anhambi. São Paulo. 1961.

RALPH, Linton. O Homem. Uma Introdução à Antropologia. / Biblioteca de Ciências Sociais. 4ª edição. Livraria Martins Editôra. São Paulo. Trad. de Lavínia Vilclla

REIS Filho, Casemiro dos. Índice Básico da Legislação do Ensino Paulista. 1890-1945. Edição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto. Publicação nº 3, 1964.

RICARDO, Cassiano. Marcha para o Oeste. Influência do "Bandeirante" na formação social e política do Brasil. Livraria José Olympio. Rio de Janeiro. 3ª edição. Vols. I e II. 1959.

REVISTAS

Administração Pública. Órgão do Departamento do Serviço Público do Estado de São Paulo. ano 3, nº IV, dezembro, 1945. J. Reis: "Educação e Serviço Público: O Bandeirante. São Paulo, outubro 1956.

Brasileira dos Municípios. ano II, nº 6, 1943; ano III, nº 9, 1950; ano III, nº 11, 1950; ano V, nº 20, 1952; ano VIII, nº 30, 1955.

CAPE. Estudos de desenvolvimento Regional - São Paulo. Série Levantamentos e Análises. Ed. Rio de Janeiro. nº 18. 1959.

O Commentário. Rev. publicada pela secção de Obras d'"O Estado de São Paulo", dirigida por Veiga Miranda. São Paulo 1926.

A Congregação de Santo André. Typografia Diocesana. Jaboticabal (SP) 1937.

Cosmos. Publicação da Loja Cosmos do Rio Prêto, dirigida por Adolpho Guimarães Corrêa. Rio Prêto, nº 3, 1902.

Dois Anos de Realizações. (1941-1943). Biênio Governamental do Interventor Fernando Costa. Separata / de dois anos de governo. DEIP.

I Exposição Regional do Rio Prêto. Catálogo oficial Dezembro, 1938.

Escola Nova. (segunda fase da Rev. Educação, órgão da Diretoria Geral do Ensino de São Paulo. Est. Gráfico Irmãos Ferraz. São Paulo. Vol II, nº 1 e 2, 1931. Vol V., nº 3, 4 e 5, 1931, Vol. VII, 1932.

Educação. São Paulo. Vol. VIII, nº 6 e 7, 1932; Vol X, nº 10 e 11, 1932; Vol. IV, 1933 e Vol. VII, 1934. Educação. Serviço de Expansão Cultural, Intercâmbio e divulgação. São Paulo. Departamento de Educação. Vol XXXVII. nº 60 e 61. 1951.

Fôlha Artística. Rio Prêto. ano I, vol. V. Diretor/ Edson Sacramento. julho, 1935.

Formação. Revista do Ensino Secundário. Rio de Janeiro. Ano I, nº 3, 1938. Ano II, nº 9, 1939.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. I Conferência Nacional de Educação. Vol I. Rio de Janeiro, 1941.

- Idem, Sinopse Estatística do Estado de São Paulo, - Serviço Gráfico. I.B.G.E. Rio de Janeiro. nº 1, se parata. 1936; nº 4. 1942.
- Nacional de Educação. M.E.S. Museu Nacional. Rio / de Janeiro. nº 9, 1933.
- São José do Rio Preto, 1961. Publicações Erothides Dias Silveira. São José do Rio Preto. 1962.
- Riopretana. Órgão Oficial do Clube de Nataçã de Rio Preto. Diretores: A.Tavares de Almeida e Carlos Vasques. nº 3, 1939.
- Les Religieuses de Saint-André, du XIIème au XIXème siècle. Sociéte Saint-Augustin, Paris. s/d.
- RODRIGUES, João Lourenço. Um Retrospecto. 1930. Livro / Jubilar da Escola Normal da Capital, Editôra Instituto D.Anna Rosa. São Paulo. (Alguns Subsídios para a História pragmática do ensino público em São/ Paulo).
- RODRIGUES NOGUEIRA, Carlos. São José do Rio Preto. 1852 1945. Apontamentos para a história do grande município paulista. J.Bentivegna Ed., São Paulo, 1952.
- SANTOS, Milton. A cidade nos países sub-desenvolvidos. Ed.Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1965.
- SÃO PAULO E SEUS HOMENS NO CENTENÁRIO.Organizado por Antônio G.Fonseca e Carlos M.Brizola. 1922.
- SILVA, Geraldo B. Introdução à Crítica do Ensino Secundário. M.E.C. CADES. Rio de Janeiro. 1955.
- SCHULTZ, Theodore. O Valor Econômico da Educação. Zahar Editôra. Rio de Janeiro. 1967. Trad.P.S.Wernwek.
- SMITH, Lynn. Brazil Peopel and Institutions. Resenha publicada pela Rev.Sociologia. Vol XXVI, nº 2, 1964. São Paulo.
- TAUNAY, Alfredo D'Escregnole. Visões do Sertão. Comp. Melhoramentos de São Paulo. 2ª edição.1928.
- Viagens d' outrora. Ed. Comp. Melhoramentos de São Paulo, 2ª edição, 1921.
- TEIXEIRA, Anísio. A Educação e a Crise Brasileira. Comp Editôra Nacional. São Paulo, 1956.
- TOLEDO FRANÇA, Basileu. Rio Preto de Ontem. Pequeno roteiro da nossa História Municipal até 1912. Edição da Casa de Cultura de Rio Preto, 1947.

TOLEDO FRANÇA, B. e SAKAKIBARA, Kinichi. Três Instantes de Rio Prêto. 1912-1927-1949, Tip. Irmãos Iovinazo. Rio Prêto, junho de 1949.

Vários: Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado de São Paulo. Contribuição à Carta de Solos / do Brasil. Comissão de Solos. Boletim do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, Ministério da / Agricultura. Rio de Janeiro. 1960.

Vários: Noções de Didática Geral e seus fundamentos, por um grupo de orientadores dos cursos da CADES. Ministério da Educação e Cultura. Editora Conquista, s/d.

VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil. vol.III, Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro. 1938.

VIEIRA, Pe. Arlindo, S.J. A Decadência do Ensino no Brasil. Suas Causas e Remédios. F. Briguet & Cia. Ed. Rio de Janeiro, 1935.

VILELA LUZ, Nícia. A luta pela Industrialização no Brasil (1808 a 1930) Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1961.

WEREBE, Maria José Garcia: Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil. Difusão Européia do Livro. Rio de Janeiro, 1963.

WERNECK SODRÉ, Nelson. O que se deve ler para conhecer o Brasil. C.B.P.E. Rio de Janeiro, 1960.

Vários - Ensaios Paulistas (contribuição de "O Estado de São Paulo" às comemorações do IV centenário da cidade). Editora Anhambí S.A. - São Paulo - 1958.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia

ALBUM

"Aniversário de São José do Rio Preto"-1852/1962.
Erô Editora, Propaganda e Publicidade, São Paulo,
1963.

"Ilustrado da Comarca de São José do Rio Preto-
Organizado por Abílio Abrunhosa e dirigido por Pau
lo Laurito, Editora Casa Duprat e Mayença, São Pau
lo, 1ª edição, 1929.

"O Consórcio Ilustrado". Realizado pelo Consórcio/
Intermunicipal da Alta Araraquarense para Assistên
cia de Menores, 1960.

ALMEIDA, Fernando F.M. de, e BARBOSA, Otávio - Geologia
das Quadrículas de Piracicaba e Rio Claro. Ministé
rio da Agricultura - Divisão de Geologia e Minera-
logia. Boletim nº 143. Rio de Janeiro, 1953...

ALMEIDA, A.Tavares de - Oeste Paulista, a experiência /
etnográfica e cultural. Alba Editora, Rio de Janci
ro. 1943.

ANAIS do Ministério da Educação e Saúde - Auxílio finan
ceiro aos Estabelecimentos de Ensino. Imprensa Na-
cional. Rio de Janeiro. Julho de 1945.

ANUÁRIO Estatístico do Estado de São Paulo - Estatísti-
ca Escolar. Separata, Departamento Estadual de Es-
tatística. São Paulo. 1947.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Instituto Brasileiro de
Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Esta-
tística. Ano IV. 1938.

ARID, Fahad Moisés - A formação Baurú na Região Norte -
Ocidental do Estado de São Paulo. Tese de doutora-
mento em Ciências, apresentada à Faculdade de Filo-
sofia, Ciências e Letras de S.José do R.Prêto, 1967

ASSIS VIEIRA, Francisco de. (Organizador) Lei Orgânica/
do Ensino Secundário e Legislação Complementar. De
partamento de Imprensa Nacional. Seção de Pesquisa
do Serviço de Documentação. Coleção Documentos. Rio
de Janeiro, 1955.



- ASSIS VIEIRA, Francisco - Legislação do Ensino Comercial
Serviço de Documentação. Coleção Documentos, nº 2,
Rio de Janeiro, 1957.
- ASSIS RIBEIRO, Paulo de. Esbôço do Ensino Secundário no
Brasil. Conferência realizada em 26 de agosto de /
1937, no Instituto de Educação da Universidade de
São Paulo, publicada no "O Estado de São Paulo", /
nos dias 1, 2 e 3 de setembro de 1937. São Paulo.
- AZEVEDO, Fernando de. A educação na encruzilhada. Obras
Completas, 2ª Edição, Vol. VI. Edições Melhoramen-
tos, São Paulo. s/d.
- A Cultura Brasileira - Introdução ao Estudo da Cul-
tura no Brasil. Obras Completas, 3ª Edição, Vol. -
XIII, tomo III, Edições Melhoramentos, S. Paulo 1958
- Novos Caminhos e Novos Fins. Obras Completas, vol.
VI, 3ª Edição. Edições Melhoramentos, s/d. . .
- Sociologia Educacional. Obras Completas, vol. X. Edi-
ções Melhoramentos, São Paulo. 5ª Edição.
- BASTIDE, Roger. Brasil, Terra de Contrastes. Difusão Eu-
ropéia do Livro, 2ª edição, 1964. Traduzido por Ma-
ria Isaura Ferreira Queirós.
- BEAULIEU, Charboneau, e A. Martins. Educação Brasileira
e Colégios de Padres. Editôra Horder. São Paulo .
1966.
- BASTIDE, Paul-Arbousse. O ensino secundário, chave de
tôda a reforma educacional. Conferência proferido
na Faculdade de Direito a 30 de outubro de 1935 e
publicada no "O Estado de São Paulo", a 31/10/35.
- BETTELHEIM, C. Fatores Econômicos do Planejamento da Edu-
cação. In Estudos e Documentos, série I, "Planifi-
cação da Educação e Seus Problemas econômicos e so-
ciais", pp.67-71. Ministério da Educação e Cultura
Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof.
Queiroz Filho". Vol. 2. 1967. Trad. por Maria Apa-
recida Tamasso Garcia.
- BITTENCOURT, Raul. A Educação Brasileira no Império e /
na República. In Revista Brasileira de Estudos Pe-
dagógicos. Instituto Nacional de Estudos Pedagógi-
cos. vol XII. janeiro-março, 1953. nº 49.
- BOLETIM Paulista de Geografia. Associação dos Geógrafos
Brasileiros. Vários Autores. São Paulo. nº 25, mar-
ço, 1957.

- BOTURA, Heitor. O Futuro. Pequeno estudo sôbre a cidade/ de São José do Rio Preto. Luzes Gráfica Editôra / ~~Edtda~~. São Paulo. 1966.
- BRANDÃO LOPES, Juarez R. Zonas Ecológicas do Estado de SÃO PAULO. Revista Educação e Ciências Sociais, vol 2, nº 5, agosto 1957,
- CAMPOS BICUDO, Joaquim de. O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação, de 1931 a 1941 inclusive. São Paulo, 1942.
- CALMON, Pedro. História do Brasil. Vol.V. A República. Co- leção Brasileira. Biblioteca Pedagógica Brasileira Série 5ª. Vol. 176 D. Companhia Editôra Nacional.-- São Paulo. 1956.
- COLEÇÃO DAS LEIS DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRA- SIL. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro.
 -Vol, I, 1, 1901.(1902)
 -Vol, I, 1911, (1914)
 -Vol, II, 1915,
 -Vol, I, 1925,
 -Vol, I, 1926,
 -Vol. I. 1932.
- CONSTITUIÇÕES DO BRASIL. 1824 (1834, Acto Additional),-- 1891 - 1926 e 1934. Tabelaão Veiga. São Paulo, 1934
- CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA de 1) de novembro de 1937. Edi- tã, Cultura Moderna, Secção de Direito, São Paulo 1938.
- COOLEY, Charles H. Social Organization, Human Nature and the Social Order. Part. V. Cap.28. Tradução publi- cada pela Revista Sociologia, vol. XXVII, nº 1, mar- ço 1965. São Paulo.
- CORTES, Lafayette. Discurso. Proferido no Iº Congresso/ Nacional dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Comercial realizado no Rio de Janeiro em setem- bro de 1944. In Documentário, Editôra do Brasil SA e Ind.Gráfica Cruzeiro do Sul Ltda. São Paulo, 1945
- CRUZ COSTA, João. Contribuição à História das Idéias no Brasil. O desenvolvimento da Filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional. Coleção dirigida por Octávio T. de Souza. Nº 86, Livraria José Olympio/ Editôra. Rio de Janeiro. 1956.

- DAL PORTO, Wilson Nilo. Considerações sôbre os basaltos da Cachoeira de Marimbondo e Salto de Avanhandava. Boletim da Cadeira de Mineralogia e Petrologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São / José do Rio Preto, Nº 22. 1963.
- DECRETOS do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. 1890. Imprensa Nacional. 1891.
- DECRETOS do Estado de São Paulo (Coleção de Leis e Decretos). Imprensa Oficial. 1894-1949.
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Edição comemorativa do 404º aniversário da Fundação da Cidade / de São Paulo. Planejada e organizada por Jurandyr Pires Ferreira, presidente do I.B., E.25 de janeiro de 1958. Rio de Janeiro, Vols. XII e XIII. 1958.
- ESCOBAR, Ildefonso. A marcha para o Oeste. Conto de Magalhães e Getúlio Vargas. Editôra A Noite. Rio de / Janeiro, 1941.
- FEITOSA, Miguel A. Ensino Fundamental -- Primário e Secundário. Of. Gráfica Monteiro Lobato. São Paulo. 1922
- FERNANDES, Florestan. Educação e Sociedade no Brasil. Coleção Ciências Sociais, Dominus Editôra S.A. São / Paulo. 1966.
- FORACCHI, Marialice M. O estudante e a transformação da Sociedade Brasileira. Companhia Editôra Nacional. São Paulo. 1965.
- FREYRE, Gilberto. Ordem e Progresso. Processo de desintegração das sociedades Patriarcal e Semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre. Aspectos de quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, e da monarquia para a república. Tomo I e II. Obras reunidas de Gilberto / Freyre. Livraria José Olympio Editôra. Rio de Janeiro. 1959.
- GEIGER. Evolução da rede urbana brasileira. Coleção / Brasil Urbano. CBPE. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Ministério de Educação e Cultura, 1963
- HOCHLEITNER, Dietz. A importância dos fatores pedagógicos e institucionais. Estudos e Documentos. Serie I, nº vol. 2, Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho". Revista Planificação da Educação e seus problemas econômicos e sociais. M.E.C.

1967. Trad.por Rachel Lisboa Rodrigues.
- HUBERT, René. História da Pedagogia. Série III, Atualidades Pedagógicas, vol. 66, Companhia Editôra Nacional. São Paulo. 1957. Trad. Luiz Damasco Penna e J B.Damasco Penna.
- IANNI, Otávio. Industrialização e desenvolvimento no Brasil. Editôra Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro. 1963.
- KNOWLTON, Clark S. Sírios e Libaneses. Mobilidade Social e Espacial. Editôra Anhami S.A. São Paulo. 1960.
- LEAL, João. A luta de um Homem simples. (Memórias), Indústria Gráfica Siqueira S.A. São Paulo. 1960.
- LENHARD, Rudolf. Atividades Econômicas na cidade de São José do Rio Preto. Revista de Sociologia, vol.XXVI nº 2, São Paulo, junho de 1964.
- Trabalho masculino em São José do Rio Preto. Revista de Sociologia, Vol XXVII, nº 1, março, 1965.
- LIMA, José Augusto de. O Ensino Secundário e sua Legislação. Edição do Serviço de Informações do Ensino/Secundário. Rio de Janeiro. 2ª Edição. 1935.
- LIVRO DO TOMBO, da Paróquia da Catedral de São José do Rio Preto. A partir de 13 de agosto de 1914. Patrimônio do Bispado Diocesano de Rio Preto.
- LOURENÇO Filho, M. Introdução ao Estudo da Escola Nova. Biblioteca de Educação. Vol.XI. Companhia Editôra/Melhoramentos de São Paulo. s.a.
- O descaso Nacional pela Instrução Popular. Revista do Brasil. São Paulo. Vol. XVI, 1921.
- Orientação Profissional. Revista "Escola Nova" (segunda fase da Rev.Educação), Estabelecimento Gráfico/Irmãos Ferraz. São Paulo, vol. III.nº 1 e 2, 1931.
- MENDES DE ALMEIDA, Fernando H.Responsável pela revisão, confecção e organização dos índices sobre Constituição do Brasil, Legislação Brasileira. Edição Sarai va. São Paulo, 1954.
- MENUCCI, Sud. A Crise Brasileira de Educação. Editôra / Piratininga. São Paulo. 2ª edição. 1934.
- MILLIET, Sérgio. Roteiro do Café e outros Ensaios. Bip Editôra. São Paulo. 1946.
- MOACYR, Primitivo. A Instrução e a República. Vol IV - (1911-1924) Reformas Rivadávia e Carlos Maximiliano. Ministério da Educação e Saúde. INEP. Imprensa

- Nacional, Rio de Janeiro. 1942.
- MONBEIG, Pierre. Pionniers et Planteurs du S. Paulo. Livraria Armand Colin, Paris. 1952.
- NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade no Brasil. 1920-1929 Tese de concurso de Docência-livre, Cadeira de Pedagogia Geral, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. São Paulo. I e II vols. (mimeografada). 1966.
- OGBURN, William, e NINKOFF, Meyer F. Sociologia. Biblioteca de Ciências Sociais. Sección Segunda. Sociologia. Madrid. 1959. Trad. de la 2ª Edición americana por José Bugeda Sanchiz.
- OLIVEIRA, José Feliciano de. O ensino em São Paulo. Revista de Educação. vol. VI. 1932.
- PARANHOS DA SILVA, José Bernardino. Consolidação da Legislação do Ensino Superior e Secundário. Tip. Rev. dos Tribunais. 1ª edição. Rio de Janeiro. 1918.
- PANKYN, George W. O Ensino de Segundo Grau. Estudo de / Educação Comparada. Sob os auspícios da UNESCO. MEC Diretoria do Ensino Secundário. 1966.
- PEREIRA, Luiz. A Escola numa área metropolitana. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Livraria Pioneira Editôra. São Paulo. 1967.
- Trabalho e Desenvolvimento no Brasil. Difusão Européia do Livro. São Paulo. 1965.
- PEREIRA RODRIGUES, Leda Maria. A Instrução Feminina em São Paulo. Editôra Faculdade "Sedes Sapientiae". / São Paulo. 1962.
- PRADO, A. de Almeida. Escolas de Ontem e de Hoje. Reminiscências e evocação. Anhambi. São Paulo. 1961.
- RALPH, Linton. O Homem. Uma Introdução à Antropologia. / Biblioteca de Ciências Sociais. 4ª edição. Livraria Martins Editôra. São Paulo. Trad. de Lavínia Vilobla
- REIS Filho, Casemiro dos. Índice Básico da Legislação / do Ensino Paulista. 1890-1945. Edição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto. Publicação nº 3, 1964.
- RICARDO, Cassiano. Marcha para o Oeste. Influência do / "Bandeirante" na formação social e política do Brasil. Livraria José Olympio. Rio de Janeiro. 3ª edição. Vols. I e II. 1959.

REVISTAS

Administração Pública. Órgão do Departamento do Serviço Público do Estado de São Paulo. ano 3, nº IV, dezembro, 1945. J. Reis: "Educação e Serviço Público: O Bandeirante. São Paulo, outubro 1956.

Brasileira dos Municípios. ano II, nº 6, 1949; ano III, nº 9, 1950; ano III, nº 11, 1950; ano V, nº 20, 1952; ano VIII, nº 30, 1955.

CAPES. Estudos de desenvolvimento Regional - São Paulo. Série Levantamentos e Análises. Ed. Rio de Janeiro. nº 18. 1959.

O Commentário. Rev. publicada pela secção de Obras d' "O Estado de São Paulo", dirigida por Veiga Miranda. São Paulo 1926.

A Congregação de Santo André. Typografia Diocesana. Jaboticabal (SP) 1937.

Cosmos. Publicação da Loja Cosmos de Rio Prêto, dirigida por Adolpho Guimarães Corrêa. Rio Prêto, nº 3, 1902.

Dois Anos de Realizações. (1941-1943). Biênio Governamental do Interventor Fernando Costa. Separata / de dois anos de governo. DEIP.

I Exposição Regional de Rio Prêto. Catálogo oficial Dezembro, 1938.

Escola Nova. (segunda fase da Rev. Educação, órgão da Diretoria Geral do Ensino de São Paulo. Est. Gráfico Irmãos Ferraz. São Paulo. Vol II, nº 1 e 2, 1931. Vol V., nº 3, 4 e 5, 1931, Vol. VII, 1932.

Educação. São Paulo. Vol. VIII, nº 6 e 7, 1932; Vol X, nº 10 e 11, 1932; Vol. IV, 1933 e Vol. VII, 1934. Educação. Serviço de Expansão Cultural, Intercâmbio e divulgação. São Paulo. Departamento de Educação. Vol XXXVII. nº 60 e 61. 1951.

Fôlha Artística. Rio Prêto. ano I, vol. V. Diretor/ Edson Sacramento. julho, 1935.

Formação. Revista do Ensino Secundário. Rio de Janeiro. Ano I, nº 3, 1938. Ano II, nº 9, 1939.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. I Conferência Nacional de Educação. Vol I. Rio de Janeiro, 1941.

- Idem, Sinopse Estatística do Estado de São Paulo, - Serviço Gráfico. I.B.G.E. Rio de Janeiro. nº 1, separata. 1936; nº 4. 1942.
- Nacional de Educação. M.E.S. Museu Nacional. Rio / de Janeiro. nº 9, 1933.
- São José do Rio Preto, 1961. Publicações Erothides Dias Silveira. São José do Rio Preto. 1962.
- Riopretana. Órgão Oficial do Clube de Natação de Rio Preto. Diretores: A.Tavares de Almeida e Carlos Vasques. nº 3, 1939.
- Les Religieuses de Saint-André, du XII^{ème} au XIX^{ème} siècle. Société Saint-Augustin, Paris. s/d.
- RODRIGUES, João Lourenço. Um Retrospecto. 1930. Livro / Jubilar da Escola Normal da Capital, Editôra Instituto D.Anna Rosa. São Paulo. (Alguns Subsídios para a História pragmática do ensino público em São/ Paulo).
- RODRIGUES NOGUEIRA, Carlos. São José do Rio Preto. 1852 1945. Apontamentos para a história do grande município paulista. J.Bentivegna Ed., São Paulo, 1952.
- SANTOS, Milton. A cidade nos países sub-desenvolvidos. Ed.Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1965.
- SÃO PAULO E SEUS HOMENS NO CENTENÁRIO. Organizado por Antônio G.Fonseca e Carlos M.Brizola. 1922.
- SILVA, Geraldo B. Introdução à Crítica do Ensino Secundário. M.E.C. CADES. Rio de Janeiro. 1959.
- SCHULTZ, Theodore. O Valor Econômico da Educação. Zahar Editôra. Rio de Janeiro. 1967. Trad.P.S.Wernwck.
- SMITH, Lynn. Brazil People and Institutions. Resenha publicada pela Rev.Sociologia. Vol XXVI, nº 2, 1964. São Paulo.
- TAUNAY, Alfredo D'Escagnole. Visões do Sertão. Comp. Melheramentos de São Paulo. 2ª edição.1928.
- Viagens d' outrora. Ed. Comp. Melhoramentos de São Paulo, 2ª edição, 1921.
- TEIXEIRA, Anísio. A Educação e a Crise Brasileira. Comp Editôra Nacional. São Paulo, 1956.
- TOLEDO FRANÇA, Basileu. Rio Preto de Ontem. Pequeno roteiro da nossa História Municipal até 1912. Edição da Casa de Cultura de Rio Preto, 1947.

TOLEDO FRANÇA, B. e SAKAKIBARA, Kinichi. Três Instantes de Rio Prêto. 1912-1927-1949, Tip. Irmãos Giovinazzo. Rio Prêto, junho de 1949.

Vários: Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado de São Paulo. Contribuição à Carta de Solos / do Brasil. Comissão de Solos. Boletim do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, Ministério da / Agricultura. Rio de Janeiro. 1960.

Vários: Noções de Didática Geral e seus fundamentos, por um grupo de orientadores dos cursos da CADES. Ministério da Educação e Cultura. Editora Conquista, s/d.

VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil. vol.III, Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro. 1938.

VIEIRA, Pe.Arlindo, S.J. A Decadência do Ensino no Brasil. Suas Causas e Remédios. F.Bríguet & Cia. Ed. Rio de Janeiro, 1935.

VILELA LUZ, Nícia. A luta pela Industrialização no Brasil (1808 a 1930) Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1961.

WEREBE, Maria José Garcia: Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil. Difusão Européia do Livro. Rio de Janeiro, 1963.

WERNECK SODRÉ, Nelson. O que se deve ler para conhecer o Brasil. C.B.P.E. Rio de Janeiro, 1960.

